

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

QUESTÕES NUCLEARES NO LESTE ASIÁTICO: A DISSUAÇÃO NAS  
RELAÇÕES INTERCOREANAS

VICTÓRIA MARIA PESSOA RAPOSO

UBERLÂNDIA/MG

2025

VICTÓRIA MARIA PESSOA RAPOSO

QUESTÕES NUCLEARES NO LESTE ASIÁTICO: A DISSUASÃO NAS  
RELAÇÕES INTERCOREANAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional.

Linha de Pesquisa: Segurança Internacional.

UBERLÂNDIA/MG

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R219  
2025

Raposo, Victória Maria Pessoa, 1998-  
Questões Nucleares no Leste Asiático [recurso  
eletrônico] : A Dissuasão nas Relações Intercoreanas /  
Victória Maria Pessoa Raposo. - 2025.

Orientador: Flávio Pedroso Mendes.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.197>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Mendes, Flávio Pedroso,  
1982-, (Orient.). II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais.  
III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado condições de finalizar essa pesquisa.

Agradeço também aos meus pais, Irlan Raposo e Arlete Raposo, que acreditaram em mim, me confortaram e me aconselharam nos momentos difíceis, além de me levarem cafezinhos e lanchinhos diariamente durante a escrita desta dissertação.

Agradeço aos meus amigos, que oraram e torciam por mim a cada etapa do Mestrado.

E agradeço aos professores do PPGRI-UFU, que através dos conhecimentos passados ao longo dos dois anos de curso, contribuíram mesmo que indiretamente para a execução deste trabalho e para a minha formação acadêmica.

“Temos que reconhecer de uma vez por todas que,  
o propósito da diplomacia é prolongar uma crise”

Tenente Spock

Star Trek (1967-1969)

3ª temporada - Ep.16

## RESUMO

O desenvolvimento nuclear do governo norte-coreano e os interesses externos das potências, Estados Unidos, China, Rússia e Japão são trazidos ao centro da análise, já que o interesse e impacto na segurança destas será mais alto em relação às demais nações. Também é fundamental para entender a dinâmica destas em um eventual processo de restabelecimento diplomático na Península Coreana. Além disso, também foram verificadas ações do governo sul-coreano no que concerne às políticas de desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte e a continuidade do discurso mais hostil em relação às políticas de desenvolvimento de ogivas nucleares. Por meio de uma revisão bibliográfica, será realizado um estudo de caso da nuclearização da Coreia do Norte e das relações diplomáticas na Península Coreana, mediante uma abordagem histórica, utilizando autores referência em segurança internacional do leste asiático. De igual forma, relatórios produzidos por agências e observatórios que realizam o monitoramento das relações na Península, a evolução das questões nucleares, o impacto na segurança da Coreia do Norte e da Coreia do Sul e o posicionamento diplomático das potências globais, são importantes para a confirmação da argumentação nesta pesquisa. A ascensão de novos atores e elementos pode mudar o panorama estabelecido no início do século pelos observatórios, aportando novos rumos às relações na península e conjuntamente as potências globais, em especial de 2003 a 2022. Com esses aspectos em mente, a principal motivação é investigar de que maneira o desenvolvimento do aparato nuclear promovido pela Coreia do Norte afeta a percepção da Coreia do Sul e dos demais atores influentes na dinâmica de poder, moldada pelo debate sobre dissuasão. Além disso, busca-se deixar pontuar as discussões sobre o estabelecimento das relações diplomáticas na Península, com o apoio e a supervisão das grandes potências.

**Palavras-chave:** Península Coreana; Desenvolvimento Nuclear; Potências Globais; Dissuasão.

## **ABSTRACT**

The North Korean government's nuclear development and the external interests of major powers, namely the United States, China, Russia, and Japan, are brought to the center of the analysis, as their interest and impact on security will be greater compared to other nations. It is also essential to understand their dynamics in a potential process of diplomatic reestablishment on the Korean Peninsula. Furthermore, actions taken by the South Korean government regarding North Korea's nuclear development policies and the continuation of a more hostile discourse toward nuclear warhead development policies have also been examined. Through a literature review, a case study will be conducted on North Korea's nuclearization and diplomatic relations on the Korean Peninsula, using a historical approach and referencing key authors in East Asian international security. Likewise, reports produced by agencies and observatories that monitor relations on the Peninsula, the evolution of nuclear issues, the impact on the security of both North and South Korea, and the diplomatic positioning of global powers are important for validating the arguments in this research. The rise of new actors and elements may alter the landscape established at the beginning of the century by observatories, bringing new directions to relations on the Peninsula and, consequently, among global powers, particularly from 2003 to 2022. With these aspects in mind, the main motivation is to investigate how North Korea's nuclear development affects the perception of South Korea and other influential actors in the power dynamics shaped by the debate on deterrence. Additionally, this study aims to highlight discussions on the establishment of diplomatic relations on the Peninsula, with the support and supervision of major powers.

**Keywords:** Korean Peninsula; Nuclear Development; Global Powers; Deterrence.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|              |                                                                                                 |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>APEC</b>  | Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico                                                      |
| <b>ASEAN</b> | Associação de Nações do Sudeste Asiático                                                        |
| <b>DIA</b>   | Defense Intelligence Agency (Agência de Inteligência de Defesa)                                 |
| <b>DMZ</b>   | Demilitarized Zone (Zona Desmilitarizada)                                                       |
| <b>ELP</b>   | Exército da Libertação Popular                                                                  |
| <b>EPC</b>   | Exército Popular da Coreia                                                                      |
| <b>EUA</b>   | Estados Unidos da América                                                                       |
| <b>FACN</b>  | Forças Armadas da Coreia do Norte                                                               |
| <b>FACS</b>  | Forças Armadas da Coreia do Sul                                                                 |
| <b>ICBM</b>  | Intercontinental Ballistic Missile (Míssil Balístico Intercontinental)                          |
| <b>IMINT</b> | Imagery Intelligence (Inteligência de Imagens)                                                  |
| <b>IRBM</b>  | Intermediate-Range Ballistic Missile (Míssil Balístico de Alcance Intermediário)                |
| <b>MAD</b>   | Mutual Assured Destruction (Destruição Mútua Assegurada)                                        |
| <b>MBT</b>   | Main Battle Tank (Tanque de Batalha Principal)                                                  |
| <b>MRBM</b>  | Medium-Range Ballistic Missile (Míssil Balístico de Médio Alcance)                              |
| <b>NIA</b>   | National Intelligence Agency (Agência Nacional de Inteligência)                                 |
| <b>NSC</b>   | National Security Council (Conselho Nacional de Segurança)                                      |
| <b>ONU</b>   | Organização das Nações Unidas                                                                   |
| <b>OTAN</b>  | Organização do Tratado do Atlântico Norte                                                       |
| <b>OPCON</b> | Controle Operacional                                                                            |
| <b>PCC</b>   | Partido Comunista Chinês                                                                        |
| <b>PTC</b>   | Partido dos Trabalhadores da Coreia                                                             |
| <b>ROK</b>   | República da Coreia (sigla do nome em inglês)                                                   |
| <b>RPC</b>   | República Popular da China                                                                      |
| <b>RPDC</b>  | República Popular Democrática da Coreia                                                         |
| <b>SAM</b>   | Surface-to-Air Missile (Míssil Superfície-Ar)                                                   |
| <b>START</b> | Strategic Arms Reduction Treaty (Tratado para a Redução de Armas Estratégicas)                  |
| <b>SORT</b>  | Strategic Offensive Reductions Treaty (Tratado para a Reduções de Armas Ofensivas Estratégicas) |

|              |                                                                                   |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>SRBM</b>  | Short-Range Ballistic Missile (Míssil Balístico de Curto Alcance)                 |
| <b>THAAD</b> | Terminal High Altitude Area Defense (Defesa de Área de Alta Altitude em Terminal) |
| <b>TNP</b>   | Tratado de Não Proliferação                                                       |
| <b>UNC</b>   | United Nations Command (Comando das Nações Unidas)                                |
| <b>URSS</b>  | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas                                       |

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

|                                                                   |           |
|-------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>TABELA 1 - Dados militares Coreia do Sul e Coreia do Norte</b> | <b>65</b> |
| <b>QUADRO 1- Raio de Alcance Balístico</b>                        | <b>68</b> |
| <b>TABELA 2 - Armamento norte-coreano</b>                         | <b>68</b> |
| <b>QUADRO 2 - Declarações Conjuntas das Coreias</b>               | <b>73</b> |
| <b>QUADRO 03 - Cúpulas Bilaterais da Coreia do Norte</b>          | <b>76</b> |

## **LISTA DE ANEXOS**

|                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>ANEXO I: Mapa Guerra da Coreia (1950-1953)</b>             | <b>91</b> |
| <b>ANEXO II: Área de Alcance em Relação à Coreia do Norte</b> | <b>92</b> |

## SUMÁRIO

|                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>RESUMO</b>                                                               | <b>5</b>  |
| <b>ABSTRACT</b>                                                             | <b>6</b>  |
| <b>ABREVIATURAS E SIGLAS</b>                                                | <b>7</b>  |
| <b>QUADROS E TABELAS</b>                                                    | <b>9</b>  |
| <b>SUMÁRIO</b>                                                              | <b>10</b> |
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                           | <b>1</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1: AS DUAS COREIAS</b>                                          | <b>4</b>  |
| 1.1. Período pré-Guerra da Coreia (1945 - 1950)                             | 4         |
| 1.2. Guerra da Coreia (1950-1953)                                           | 12        |
| 1.3. Península Coreana                                                      | 20        |
| <b>CAPÍTULO 2: O PODER NUCLEAR COMO ARMA DE DISSUAÇÃO</b>                   | <b>30</b> |
| 2.1. Dissuasão nas relações multilaterais                                   | 30        |
| 2.2. EUA e Japão                                                            | 41        |
| 2.3. China e Rússia                                                         | 49        |
| 2.4. Adesão e rejeição do TNP pela Coreia do Norte                          | 53        |
| <b>CAPÍTULO 3. JOGO DE PODER NA PENÍNSULA</b>                               | <b>60</b> |
| 3.1. Coreia do Norte contra Coreia do Sul: arsenal balístico e nuclear      | 60        |
| 3.2. Coreia do Norte contra Coreia do Sul: cúpulas e diálogos inter-coreias | 67        |
| 3.3. Interesse chinês contra interesse americano                            | 75        |
| 3.4. As novas gerações na Península Coreana                                 | 75        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                 | <b>84</b> |
| <b>ANEXO I: Mapa Guerra da Coreia (1950-1953)</b>                           | <b>87</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>                                           | <b>88</b> |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dispõe a explicar as questões de segurança na Península Coreana, tendo como ponto de partida o desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte e de que modo esse avanço é refletido nas relações diplomáticas com as demais nações, em especial com a Coreia do Sul. O comportamento das grandes potências também é avaliado, em especial dos Estados Unidos da América (EUA) e da China, objetivando entender as relações entre as nações, pontuando historicamente os fatos que foram relevantes para a construção do cenário atual das duas Coreias. A influência russa (ou soviética) e japonesa também serão estudadas ao longo dos capítulos propostos.

Para entender o que levou ao acirramento das relações diplomáticas na Península coreana, será priorizado o estudo do marco temporal proposto, de 2003, ano da saída da Coreia do Norte do Tratado de Não Proliferação (TNP), e 2022, ano de encerramento do governo de Moon Jae-in na Coreia do Sul. Contudo, será extrapolado o limite, para que o leitor entenda o histórico do desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano, o conflito com a Coreia do Sul e as discordâncias do governo norte-coreano com as suas aliadas, Rússia e China e sua aversão aos EUA e ao Japão.

A pesquisa consiste em um estudo histórico do programa nuclear da Coreia do Norte com objetivo de agregar e potencializar as pesquisas no campo de estudo central do trabalho, a segurança e defesa na Península, centralizando a Coreia do Norte e sua relação diplomática com sua vizinha, Coreia do Sul (Norris; Kristensen, 2005; Kim, 2001). Além disso, é de igual modo importante verificar como os Estados Unidos, China, Rússia e Japão, ou seja, as potências, se comportam em relação às atividades nucleares na Coreia do Norte e quais são os interesses de cada uma dessas nações no que tange a manutenção ou não do cenário balístico na Coreia do Norte, apontando também os interesses nacionais de cada Estado (Norris; Kristensen, 2013). Autores de importância histórica e estratégica são primordiais para a compreensão das motivações dos conflitos entre as Coreias (Cha; Kang, 2018).

Atualmente a Coreia do Sul e a Coreia do Norte são importantes para a balança de poder e têm grande méritos no desenvolvimento da Nova Ordem Mundial. Não muito diferente dos anos anteriores, a Península Coreana ainda enfrenta impasses na cooperação regional e no estabelecimento de políticas conjuntas voltadas ao bem-estar e à perpetuação da

paz no leste asiático. Por esse motivo ainda é considerada uma região de instabilidade política e demanda estratégias robustas para a defesa regional (Kim, 2006).

Durante a pesquisa, o objetivo geral foi verificar o desenvolvimento de tecnologia nuclear pela Coreia do Norte e qual é o impacto desse desenvolvimento na Península. Inicialmente há uma contextualização das relações históricas das duas nações, considerando as interferências externas e os interesses das potências em diferentes períodos, além do entendimento teórico, capaz de ser fonte explicadora das motivações estatais. O impacto foi medido conforme as análises mostradas no terceiro capítulo, primeiramente, referente às respostas governamentais da Coreia do Norte e do Sul às políticas de expansão nuclear e, em segundo plano, o comportamento americano e chinês, além da participação russa e japonesa nas questões de segurança e defesa internacional (Mansourov, 1995; Van Ness, 2003; Zhang, 2007).

Uma descrição histórica é feita para entender qual é posicionamento político da Coreia do Norte e da Coreia do Sul e qual é o entendimento da dissuasão, presente na teoria neorrealista de Relações Internacionais, distinguindo os interesses das potências, Estados Unidos, China, Rússia e Japão, sendo a orientação teórica para estabelecer uma comparação na Península e medir estimativas para a legitimidade da permanência do desenvolvimento do programa nuclear e possibilidade de uso desses armamentos em futuras decisões diplomáticas (Armstrong, 2013; Beal, 2005; Cha; Kang, 2018).

É inegável a contribuição americana e chinesa na evolução estatal das duas nações e, por este fato, há uma maior atenção ao envolvimento dos EUA e da China. Contudo, seria irresponsável deixar de lado a atenção e interesse da Rússia e do Japão, que de igual forma foram estímulo para a movimentação de tropas e o estabelecimento das políticas de segurança e defesa, que autores como Denisov (1996) e Lukin e Pugacheva (2022) se debruçam. Por meio desta investigação, as relações entre Coreia do Norte e Coreia do Sul e o programa nuclear norte-coreano serão o principal aspecto para entender a diplomacia na Península e atestar os interesses atuais das demais nações no processo armamentista norte-coreano (Fang; Xin, 2013; Norris; Kristensen, 2006).

Desta forma, a pesquisa se limita a observar as ocorrências no campo da segurança da Coreia do Sul e defesa da Coreia do Norte. A relevância histórica e política dos EUA para o desenvolvimento social e econômico também foi pontuada para entender a relação atual do

país como parte interessada na discussão sobre desarmamento, fornecendo apoio logístico militar à Coreia do Sul, e quais são suas demandas e interesses na região. Além disso, é importante verificar qual é o papel da China neste cenário, qual é o nível de apoio fornecido à Coreia do Norte, além de verificar quais são os seus interesses e seu benefício por meio da manutenção do sistema nuclear na nação (Lee, 2003).

Questões relativas às análises dos acontecimentos das décadas iniciais do século XX são brevemente explanadas para haver um nivelamento do conhecimento histórico da Coreia anterior à guerra e das motivações e demandas iniciais de cada parte. A divisão proposta objetiva abordar a temática juntamente com a aplicação teórica, fazendo alusão às ocorrências e momentos em que ocorreram. No primeiro capítulo, as questões históricas da Guerra da Coreia (1950) até às décadas iniciais pós-Guerra da Coreia (1953) e assinatura do armistício são os focos de discussões, sendo brevemente introduzidos termos essenciais para a compreensão da política e sociedade norte-coreana (Haruki, 2013). Neste capítulo, os subtópicos relacionados ao contexto histórico estão brevemente expostos, com a divisão de 1890 a 1949, início da presença estrangeira e início dos conflitos internos na Península, respectivamente. E no segundo ponto, as relações entre as duas irmãs rivais, durante os três anos da Guerra e da década que se sucedeu (Lee, 2001).

No segundo capítulo, o entendimento sobre a dissuasão, presente na teoria neorrealista, é aplicado ao contexto defensivo na península e as reações internacionais a respeito do desenvolvimento do programa nuclear da Coreia do Norte. As contribuições de Waltz (1981; 1990) sobre desenvolvimento nuclear são aplicadas para esclarecer as motivações de Pyongyang para construção de seu programa. O entendimento dos interesses das partes, sobretudo dos EUA e China, em relação ao desenvolvimento das capacidades nucleares da Coreia do Norte também é apontado juntamente com a teoria. Schelling (1966) também é utilizado de igual modo, embasando os conceitos vinculados às questões nucleares, fortalecendo a argumentação através da exposição das razões pelas quais um Estado detém armas nucleares. Ao longo deste capítulo, para elucidar o leitor, é feita uma aplicação dos conceitos expostos pelos autores propostos, ao correlacionar teoria e os fatos (Beal, 2006; Norris; Kristensen, 2006; 2013)

No terceiro capítulo e último capítulo, as relações diplomáticas atuais da Coreia do Norte a partir do ano de 2003, após saída do TNP, com o reconhecimento internacional de um programa nuclear, até o ano de 2022, marco da mudança presidencial sul-coreana, de um

governo que preza pelo diálogo e reciprocidade na Península. Portanto, uma listagem sobre as forças balísticas da Coreia do Norte é feita, utilizando os conhecimentos teóricos para entender as motivações para tal desenvolvimento (IISS, 2013; 2023; Waltz, 1989). As relações diplomáticas entre as nações também são analisadas considerando os diálogos já estabelecidos desde a década de 1990, e o comportamento dos governos chinês e americano em suas políticas internas, considerando o Leste Asiático (Chivvis; Keating, 2024; Chung, 2019; Hongyi, 2009; Lim, 2019).

Novos atores políticos também são tratados, levando em consideração principalmente a irmã mais nova de Kim Jong-Un, Kim Yo-Jong, e sua crescente participação governamental a partir de 2018 (Lee, 2023). A importância das forças armadas e o desenvolvimento do nacionalismo norte-coreano são indispensáveis para entender como é o comportamento social e político norte-coreano (Posen, 1993). Deste modo, a conclusão retoma os aspectos de destaque na pesquisa, além de confirmar a disposição dos Estados em atingir um acordo para a desnuclearização da Coreia do Norte e a disposição do governo norte-coreano em dar continuidade ao seu programa nuclear, dificultando assim o alcance de um cenário pacífico na região.

## **CAPÍTULO 1: AS DUAS COREIAS**

Para dar início à discussão central, é necessário entender o histórico e as motivações das duas nações centrais neste trabalho. Este capítulo delimita uma linha de análise individual das duas nações e do seu desenvolvimento ao longo dos 40 anos iniciais da divisão, sem ignorar as influências externas vindas das potências da época, de extrema importância para o entendimento do desenvolvimento estatal no campo político e da defesa.

Com a derrota do império japonês na Segunda Guerra, a península coreana volta a ser independente e condição de descolonizada a partir de 1945, sendo o passo inicial para estabelecer uma nova nação que tivesse o perfil autêntico coreano<sup>1</sup>. Havia uma discussão a respeito de qual rumo político tomar no futuro para que pudesse representar as populações coreanas. Com isso, as divergências de qual linha ideológica seguir surgiram. Ao longo deste capítulo, são analisados o contexto histórico e os fatores relevantes compreender os eventos que sucederam nos 71 anos de instabilidade nas relações diplomáticas na Península.

### **1.1. Período pré-Guerra da Coreia (1945 - 1950)**

O território da península coreana já foi palco de diversos embates e disputas por nações vizinhas e por tribos e grupos internos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e a derrota japonesa, eles retiram seu domínio sobre o território, a luta pela liberdade da colonização japonesa foi o primeiro passo para a divisão territorial que já estava se delineando a partir dos exércitos de independência e grupos de resistência presentes na terra peninsular. Essas organizações de resistência<sup>2</sup> não ficaram restritas apenas ao território Coreano, mas também se espalharam para a Manchúria e para Vladivostok, na URSS, cidade próxima à fronteira com a porção norte da Península, regiões com grande presença coreana (Lee, 2001; Tudor, 2012).

---

<sup>1</sup> Em essência, era necessário ter uma nação para o povo coreano e que fosse estruturada conforme a população coreana que estava sob a sombra das decisões do império japonês desde 1910, com a consolidação da colonização (Haruki, 2014; Lee, 2001).

<sup>2</sup> Essas organizações de resistência já existiam anteriormente a colonização devido às tensões entre grupos sociais que estavam mais voltados à manutenção de uma nação mais tradicional e fechada, seguindo os preceitos do confucionismo e budismo, já correntes na sociedade, e grupos mais liberais que desejavam uma nação aberta ao fluxo comercial externo e aberta à recepção de estrangeiros na Coreia (Haruki, 2014).

Um exemplo da estruturação de movimentos populares clandestinos foi a Liga da Independência da Coreia no ano de 1944, dando continuidade aos movimentos iniciados em 1919, conhecido como Movimento do Primeiro de Março. Movimentos como esses objetivavam serem capazes de frear os abusos de poder do império japonês atuando como uma resistência política, mas que no pós-liberação, isto é, quando o Japão se rende em setembro de 1945, também tiveram o papel de manter os costumes próprios e carregar o legado das gerações passadas para a construção de uma nova nação e livres do imperialismo (Kang, Cha, 2018; Lee, 2001; Visentini, 2012).

A Liga foi o passo inicial para o surgimento de um partido nacionalista e que com o final da guerra, seus membros dissiparam e se dividiram em duas linhas ideológicas. Aqueles nacionalistas mais voltados às tradições confucianas e que queriam a libertação do Japão e negavam a presença de estrangeiros no território coreano e aqueles que lutaram pela liberdade da Coreia, mas se demonstraram mais tolerantes à presença de estrangeiros e desejavam estabelecer relações comerciais e diplomática com demais países, já que isso era benéfico ao crescimento da nação coreana (Lee, 2011; Robinson, 2007).

A carência por uma identidade coreana sem a influência de atores externos, com características coreanas e do fortalecimento do nacionalismo foram importantes para a manutenção das ideias propagadas durante a resistência no período colonial e pós-rendição do Japão. A necessidade de lutar pelos direitos básicos e de garantir acesso ao patrimônio coreano fizeram com que o povo nutrisse repulsa pelos japoneses e pelo império japonês. Esse mal-estar entre os governos permanece, sendo mais forte entre Japão e Coreia do Norte, mas também é sentido na memória do povo sul-coreano, especialmente em tópicos sensíveis, como a disputa dos Rochedos de Liancourt e a falta do reconhecimento oficial dos crimes contra os direitos humanos pelo império japonês durante a colonização da Península (Bukh, 2016; Kim, 2018; Kim, 2006; Robinson, 2007).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, pela memória histórica ainda viva, a Coreia do Norte justificou seu posicionamento contrário à presença japonesa na Península levando em consideração o passado colonizador. O seu alinhamento com os EUA dá ainda mais ênfase ao discurso nacionalista de Kim Il-Sung e do seu partido popular. Kim pensava que uma possível invasão liderada pelos americanos na Península, os americanos seriam auxiliados militarmente pelos japoneses, e isso poderia levar ao início da ocupação de toda a Península em favor do governo formado na Coreia do Sul (Haruki, 2014; Kim, 2006). Ainda neste

capítulo, a ideia de um potencial ataque proveniente do império japonês em conjunto com os americanos é tratado com mais detalhes.

A situação de desconfiança era tão grave que foi formado o Comitê para a Preparação da Independência da Coreia (CPKI)<sup>3</sup>, um governo provisório criado pelo Japão para que o processo da saída dos japoneses não fosse desordenado e violento. O Japão já estava planejando deixar a Coreia antes mesmo das bombas atômicas, mas com as explosões a sua saída foi iminente – seis dias após a explosão da bomba em Nagasaki. O dia 15 de agosto é conhecido como o dia da libertação, feriado de independência na Coreia do Sul (Lee, 2001; Robinson, 2007).

É importante pontuar que a Península é dividida no paralelo 38, por conta da instabilidade provocada com a retirada do império japonês e principalmente como consequência da Guerra Fria. A razão pela qual o território foi dividido é o desejo de conter o avanço do comunismo no leste asiático e pela sua incapacidade de lidar com as diferenças ideológicas na Península (Haruki, 2014). Em 1945, os EUA propõem uma divisão do território no paralelo 38, em que as partes seriam tuteladas pelas duas vencedoras da Segunda Guerra Mundial, EUA e URSS<sup>4</sup>. Para a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, as diferenças ideológicas foram o primeiro passo para a secessão das nações, por suas diferenças políticas, ideológicas e de proximidade com as potências opostas (Kang, Cha, 2018).

Inicialmente houve dificuldade local para se aceitar a divisão proposta pelas potências, já que o nacionalismo fomentado durante o período colonial queria garantir a restauração da Península às práticas e costumes puramente coreanos. Contudo, com o tempo, as diferenças entre os grupos os levaram a um impasse ideológico sobre o caminho para formação da nação coreana. Por esta razão a divisão no paralelo foi proposta e o auxílio para a estruturação governamental foi iniciado pelas potências (Lee, 2001). A criação de duas nações distintas na Península foi concretizada em agosto de 1948, com a formação da República da Coreia, recebendo reconhecimento pelos Estados Unidos. No mês seguinte, a composição da República Popular Democrática da Coreia como nação soberana foi reconhecida pela China e

---

<sup>3</sup> Neste momento, o império japonês já estava planejando se render e deixar o território da Península. A liderança japonesa na Península tinha medo de que com a sua rendição a saída pudesse ser violenta e que os coreanos, principalmente os nacionalistas, pudessem atacar a delegação japonesa durante sua retirada. Este plano foi pensado para minimizar a reação da população coreana (Lee, 2001).

<sup>4</sup> Esta tutela mencionada aqui, foi durante o período de transição da saída japonesa para a construção de uma sociedade capaz de se sustentar sozinha em todas as camadas estatais, social, política e econômica (Haruki, 2014).

URSS. Neste período ainda havia expectativas sobre a unificação territorial entre as nações, contudo a divisão territorial frustrou os desejos de uma unificação simples (Armstrong, 2013; Haruki, 2014).

As divergências ideológicas apenas ampliaram a separação física e política entre as nações. Syngman Rhee liderava a Coreia do Sul e Kim Il-Sung no comando da Coreia do Norte. Cada líder foi apoiado pela respectiva nação, EUA e URSS. Essa diferença de posição foi a origem da Guerra durante os anos de 1950 a 1953. Por conta da disponibilidade geográfica<sup>5</sup> e da abertura dos grupos políticos locais, os EUA apoiam a porção sul e a URSS dá suporte aos grupos nacionalistas que compartilhavam das ideias do comunismo. A maioria destes grupos já tinham envolvimento com os soviéticos. Grupos comunistas na Coreia do Sul e grupos contrários ao sistema da Coreia do Norte já tinham participação política (Lee, 2001). No início, a flexibilização de passagem de nacionais entre as duas nações não era rígida. Se os coreanos desejassem, poderiam cruzar o paralelo 38, com fluxo de habitantes e visitantes para o norte e para o sul. Por uma insurgência de comunistas sul-coreanos, muitos destes se exilaram na Coreia do Norte e lá se juntaram ao Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte. Já o Partido dos Trabalhadores da Coreia do Sul foi aglutinado pelo partido norte-coreano, que teve como vice-presidente Park Ho-Yeong. Park tinha um longo histórico como ativista comunista (Robinson, 2007).

Em 1948, Kim Il-Sung surge como um integrante ativo do partido comunista e aos poucos ganha espaço, se sobrepondo aos integrantes com mais experiência. Sua carreira iniciou na década de 20, época em que esteve lutando contra a presença japonesa na Manchúria. Com o crescimento de sua fama e sua recém-adquirida posição no exército chinês, ele se instala na URSS, fugindo dos japoneses. Lá ele recebe treinamento formal, ocupando o posto de major no exército soviético (Haruki, 2014). Seu retorno à Coreia ocorreu logo após os bombardeios no Japão em 1945. Para manter a prerrogativa de linhagem coreana tradicional, seu nascimento em Pyongyang foi usado como ferramenta na construção do discurso nacional-soviético (Lee, 2001).

---

<sup>5</sup> Não apenas pela implementação de bases militares estadunidenses no território sul-coreano como uma medida protetiva contra as investidas da Coreia do Norte, os EUA também têm interesse na localização da península por sua facilidade de acesso a China e a Coreia do Norte, por questões de defesa e economia. Mas também existe um interesse devido à proximidade da Península com os países do sudeste asiático, como Indonésia, Filipinas, Tailândia, Cingapura e outras pequenas nações, com objetivo de expandir a influência norte-americana nessas nações em desenvolvimento (Lee, 2001).

Por outro lado, Syngman Rhee iniciou sua carreira como ativista conservador em jornais bilíngues que denunciavam a presença soviética na Coreia e o imperialismo japonês. Contemporâneo de Kim Il-Sung, sua criação e formação coreana-cristã era tudo que Kim desejava combater no período pós-colonização. Rhee foi preso participando de movimento de nacionalistas, ‘Coreia para Coreanos’, e após solto, é forçado a fugir para os Estados Unidos. Com a saída dos japoneses da Península, Rhee retorna do Havaí, garantindo suporte dos presidentes americanos Theodore Roosevelt e Truman para ser a representação governamental da Coreia. Neste período, ele ganha proeminência política e se torna o primeiro presidente sul-coreano. É um equívoco achar que seus mandatos foram democráticos. Na verdade, o período em que governou foi uma versão mais amena da repressão sofrida pelos seus vizinhos do norte (Lee, 2001; Robinson, 2007). Mais adiante são abordados os distintos períodos da República da Coreia com mais detalhamento.

Entre os anos de 1948 e 1950, os EUA acreditavam e defendiam fortemente que não haveria risco de eclodir uma guerra entre as duas nações, então a potência capitalista retirou boa parte de suas tropas do território coreano, mantendo apenas uma base no Sul para ajudar na reconstrução do país (Kim, 2006). Enquanto a URSS mantém o apoio político, econômico e militar na Coreia do Norte, com treinamentos das tropas em território soviético, envio de oficiais militares soviéticos à Coreia do Norte para a preparação do exército norte-coreano (EPC), além do envio de armamento, aviões e navios para a nação. Seul não teve a mesma abertura que Pyongyang teve com seu apoiador. A nação estava com dificuldades para garantir maior extensão da proteção, do envio de armas e do treinamento de seu exército, prometidos pelos americanos, enviados de modo insatisfatório às expectativas de Rhee para a garantia da defesa e reconstrução de seu território (Lee, 2001).

O interesse americano na região pode ser explicado por um evento que iniciou previamente a Guerra Fria. A vitória do partido de Mao Tse-Tung na Guerra Civil Chinesa (1927-1949) foi um baque para a política externa estadunidense. Os EUA viam o partido de oposição, do nacionalista Chiang Kai Shek como o governo mais adequado a liderar uma China em expansão. O governo do presidente Truman (1945-1953) sentia que a vitória de Mao e o exílio de Chiang na Ilha de Formosa favoreciam o avanço do comunismo nas demais nações asiáticas (May, 2002; National Archives, 2024). Então, quando a Coreia manifestava tendências de divisão por motivação semelhante à chinesa, o governo estadunidense

rapidamente se fez presente para tentar conter o avanço do comunismo e garantir espaço político na região (Haruki, 2014; Kim, 2006).

A presença de tropas dos EUA em território sul-coreano nunca teve motivação na proteção do povo coreano, como já exposto, mas sim para supervisionar as atividades de reconstrução japonesa, se fazer presente como contrários ao comunismo soviético e chinês e facilitar o fornecimento de suporte pessoal e de equipamentos às demais nações da Ásia, que enfrentaram conflitos envolvendo forças externas no mesmo período (Lee, 2001). Havia grande interesse americano na região das Filipinas, sendo de igual interesse aos japoneses, que se enfrentaram pelo controle da nação (1944-1945). A defesa de uma China nacionalista e o apoio ao líder Chiang Kai-shek também demandavam rápida ação e fácil acesso ao continente. Todas as precauções estadunidenses não impediram o avanço do comunismo e o envolvimento dos coreanos foi consequência do menosprezo das capacidades militares e ideológicas soviéticas e chinesas (Robinson, 2007).

Os coreanos que se exilaram na Manchúria na época da colonização japonesa na Península foram integrados ao exército chinês para lutar pelo Partido Comunista chinês e a favor da liderança de Mao. Esses coreanos, ao retornarem em massa à Coreia do Norte, se aliam às ideias de Kim e reforçam o laço ideológico já existente entre os governos chinês e norte-coreano (Lee, 2001). Em defesa de um nacionalismo radical promovido por Kim, esses coreanos ao retornar da China não eram mais vistos como coreanos, e simultaneamente, na Manchúria eles eram vistos apenas como soldados que ajudaram o PCC na disputa pela liderança. Este grupo foi importante para fortalecer as ideias propagadas pelo partido na Coreia do Norte, contudo o governo de Kim Il-Sung não deu abertura para a atuação desses homens de uma forma mais intencional na construção do governo (Haruki, 2014; Robinson, 2007). No ponto 1.3 a divisão das classes sociais estabelecidas pela Coreia do Norte para a divisão de trabalho e das castas de confiança são abordadas com mais profundidade.

O líder Kim Il-Sung e Park Hon-yeong – Ministro dos Negócios Estrangeiros e o número 2 na liderança – acreditavam que os EUA iam realizar um ataque ao norte do paralelo 38. Mas para poder proteger a nação e unificar eventualmente a Península, era necessário que Stalin aprovasse um eventual ataque e que juntamente a Mao, enviasse tropas para auxiliar o exército norte-coreano, que na época tinha recebido um breve treinamento na URSS, poucos recursos e pouco armamento para iniciar um ataque e mantê-lo até a aglutinação da Coreia do Sul. A China de Mao estava envolvida em diversos conflitos na Ásia, Guerra da Indochina

(1946-1954) e disputas internas com o Partido Nacionalista de Chiang Kai-shek. O interesse na expansão do comunismo para as demais nações é explicado pelo desejo de liderar a versão asiática da Cominform<sup>6</sup>, garantindo assim influência na região (Haruki, 2014; Lee, 2001).

Como é de conhecimento de especialistas, Kim Il-Sung iniciou sua carreira política ainda na URSS, como membro ativo do Partido Comunista da Coreia, e pelos laços formados já mencionados aqui, havia uma aproximação entre o movimento liderado por Kim com o governo de Stalin. Em 1948, Kim e Park contactam diretamente Stalin solicitando auxílio às forças armadas norte-coreanas, que naquele momento eram capazes de conter um ataque do exército sul-coreano, mas não sobreviveriam à ofensiva americana que seguiria. Moscou concede ajuda enviando um general soviético para realizar treinamento dos norte-coreanos que tinham conhecimento de combate corporal, mas não tinham conhecimento de combate aéreo e naval, sendo também solicitado por Kim o envio de armamento, aviões e principalmente navios, já que a fronteira naval não estava protegida. Foi solicitado também por Pyongyang que os soldados de baixa patente fossem treinados na Academia Militar Soviética, pois a Coreia do Norte não possuía uma escola de treinamento de oficiais. Todos esses fatos corroboram para a atuação soviética no protagonismo da ajuda prestada no início da Guerra Fria (Haruki, 2014; Kim, 2006).

Kim e Park entravam sempre em contato com o embaixador Shtykov, para pedir assistência, informações sobre as operações governamentais norte-coreanas e sobre a permissão de ataque aos adversários. Terenty Shtykov tinha sido designado para a Coreia do Norte pelo próprio Stalin visando reportar o comportamento de Kim e do partido, além de as vezes aconselhar Kim e Park, em nome de Stalin, sempre reportando as ações para o líder soviético. Este embaixador tinha papel de intermediário entre a URSS e a Coreia do Norte, e aconselhava Kim para que fosse formado um plano de ação para a defesa territorial da nação (Haruki, 2014). Kim Il-Sung e seu ministro de relações externas, criam que os EUA estavam ajudando o Japão a reconstruir seu exército e que o ataque esperado viria do império japonês, reforçando o sentimento negativo em relação ao país e a discriminação e ao rebaixamento dos coreanos que tinham alguma ligação com o Japão. Os norte-coreanos e soviéticos também tinham medo de que o envolvimento dos EUA em uma guerra na Península traria

---

<sup>6</sup> A Cominform (1947-1956) era uma espécie de organização internacional que objetivava manter os Partidos Comunistas da URSS e de outras nações da Europa em contato para formarem um bloco ideológico continental e fazer frente às forças capitalistas. Para mais informações sobre o funcionamento e atuação do bloco, veja Comintern (2021).

possibilidade de uso de armas nucleares e deste modo Stalin tentava evitar a qualquer custo o início de um conflito entre as Coreias (Kim, 2006; Lee, 2001).

Havia uma assimetria das forças armadas da Coreia do Norte em comparação às forças da Coreia do Sul. O Exército Popular da Coreia tinha grande potencial militar, tanto em números de soldados, quanto em armamento, o treinamento dos soldados foi informal, realizado ao longo do período em guerrilhas na época da colonização e durante a Guerra Civil chinesa. O EPC tinha grande capacidade aérea, com aviões soviéticos para a realização da defesa territorial e depois do contato com Stalin, treinamento apropriado e proteção marítima foram fornecidos ao governo norte-coreano. Kim também solicitou à China o envio de tropas do ELP para treinar na Coreia do Norte, sendo dois batalhões de coreanos que lutaram pela Manchúria. Mao Tse-Tung concedeu ao pedido de Kim prontamente e a China fornece ajuda aos norte-coreanos. Em contraponto, as Forças Armadas da Coreia do Sul (FACS) eram circunstancialmente mais fracas, visto a pouca população, o território e a incapacidade de arcar com o treinamento dos soldados e a obtenção de armamentos. Além da problemática da inferioridade em relação à Coreia do Norte, a Coreia do Sul enfrentava dificuldades nas discussões com os EUA (Haruki, 2014; Robinson, 2007).

Como tutores da Coreia do Sul, os EUA se comprometeram a ajudar na formação e na proteção da costa da Coreia do Sul com o valor de 200.000 dólares. O presidente Rhee acreditava que o valor fornecido pelos americanos não era suficiente para a manutenção das FACS. Em 1949, já se preparando para conflitos no paralelo 38, o presidente sul-coreano, em conversas com o diplomata Muccio, solicitava o aumento do auxílio econômico e suporte efetivo na defesa da nação. Esses debates eram constantes entre as partes, enquanto Rhee desejava garantir um desenvolvimento militar mais robusto, Muccio, em conjunto com o presidente Truman, desacreditaram a probabilidade de ocorrência de uma guerra na Península. Mesmo assim, em uma conversa com Rhee, Muccio confirma o objetivo de ajudar a Coreia do Sul a se desenvolver econômica e militarmente, prometendo o envio de tropas americanas, treinamento dos soldados e envio de armas, navios e aviões para a defesa territorial. Contudo, assim como ocorreu com a Coreia do Norte, Rhee enfrentou dificuldades em garantir que esse apoio saísse das promessas e fosse efetivado (Haruki, 2014).

Os Estados Unidos, não esperando um avanço norte-coreano sustentado pelos soviéticos e chineses, planejaram a retirada das tropas americanas da Coreia do Sul em 1949. Essa retirada tinha sido programada para maio de 1949, se estendendo a agosto do mesmo ano

para garantir uma preparação forçada das FACS. A saída foi atrasada por ataques no paralelo 38, a partir de fevereiro. A razão para o início dos ataques era desconhecida pelas nações. Existem duas possibilidades para os ataques no paralelo 38, impedir a saída das tropas americanas do território sul-coreano ou obter mais armamento dos EUA e garantir uma preparação extensiva para um conflito com a Coreia do Norte. É provável ter sido uma delas, ou as duas (Haruki, 2014).

Com o palco montado, a Coreia do Sul se encontrava totalmente despreparada para um combate contra as forças norte-coreanas aliadas à URSS e China. Contando com a intervenção americana no conflito, a Coreia do Sul pôde mudar a conjuntura do futuro sociopolítico e evitar uma aglutinação territorial e política pela Coreia do Norte. É importante destacar que o governo da Coreia do Sul tinha vertente esquerdista, mas contrárias aos ideais comunistas defendidos pelo PTC (Lee, 2001). Já a Coreia do Norte pôde se destacar inicialmente pelo sucesso na implementação ideológica do comunismo soviético e conta com apoio de Mao e Stalin no desenvolvimento das forças armadas e no apoio ao sistema ideológico. Os desdobramentos da Guerra da Coreia serão discutidos em seguida.

## **1.2. Guerra da Coreia (1950-1953)**

A Coreia do Norte já vinha dando sinais de desejar atacar sua vizinha do Sul, mas para isso Kim Il-Sung precisava do apoio soviético e dos chineses. Havia um sentimento de reciprocidade entre essas três nações devido às relações ideológicas mesmo antes do final da Segunda Guerra Mundial. Como abordado anteriormente, a visão dos nacionalistas coreanos mais radicais<sup>7</sup> — em um momento posterior, essa é a visão do governo de Kim Il-Sung — a nação estava pronta para se defender de um ataque dos americanos aliados aos japoneses. Essa ideia não podia estar mais errada. Kim não teve notícias da gravidade da destruição causada em 1945, já que com o forte assalto realizado pelas bombas atômicas no Japão e a eventual dissolução do exército imperial no pós-Segunda Guerra, o império japonês não teria condições financeiras e militares de participar de um ataque ao território coreano (Haruki, 2014).

---

<sup>7</sup> Refiro-me ao momento anterior à divisão territorial e à cessação das relações entre as duas Coreias e as potências apoiadoras das nações.

Durante muito tempo, houve um debate sobre quem efetuou o primeiro ataque militar. Na bibliografia oficial, a Coreia do Norte foi quem atacou primeiro, invadindo a Coreia do Sul em 25 de junho de 1950. Contudo, debates sobre uma arquitetura americana para provocar uma ação militar da Coreia do Norte e principalmente da URSS foram levantados com o fim da Guerra Fria (1989), com a liberação de documentos soviéticos referentes ao conflito.<sup>8</sup> A realidade é que até os dias atuais há defensores e negadores dessa visão, mesmo sem existência de provas concretas sobre a execução de provocações americanas para justificar um ataque à porção norte e ter um resultado positivo para os americanos na Guerra Fria. A historiografia oficial considera o primeiro ataque advindo da Coreia do Norte (Armstrong, 2013).

O fato é que a Guerra da Coreia serviu como catalisador para o avanço que ocorreu a partir da década de 60. De certo modo, a justificativa para a participação dos EUA na Guerra do Vietnã foi a mesma que a da Guerra da Coreia – conter a expansão do comunismo. Na realidade, o relativo sucesso na Coreia elevou as expectativas americanas para o sucesso na sua participação no Vietnã<sup>9</sup>. Os americanos convocados a lutar na Coreia não entendiam o porquê eles tinham que deixar suas casas e famílias e lutar em uma guerra longe de casa. A importância dos acontecimentos na Península não era clara para aqueles soldados, a ponto de não se questionarem sobre eles (Kim, 2006; Lee, 2001).

Há relatos de que com a chegada das brigadas em território coreano, os americanos esperavam encontrar os soldados norte-coreanos sem os recursos necessários para combater o exército dos EUA (Lee, 2001). A Segunda Guerra Mundial foi a grande responsável pelo aumento da influência americana no mundo. O Plano Marshall não foi apenas importante para a Europa, mas para o Japão e por consequência, a Coreia do Sul também, os 14 pontos de Wilson ainda eram retomados envolvendo questões referentes à paz e as forças armadas estavam confiantes nas capacidades de combate. Como já brevemente mencionado, os EUA não desejavam que um conflito entre as Coreias ocorresse. Contudo, em caso de ameaça à segurança de uma nação aliada, a proteção era garantida e a soberania mantida (Beal, 2005; McGrath; Center Of Military History, 2001).

---

<sup>8</sup> O objetivo deste trabalho não é explicar as teorias conspiratórias por trás do planejamento do ataque. Mas para interesse do leitor, verifique o artigo de Pratt (1951) e escute *The History of the Cold War* (2019).

<sup>9</sup> O menosprezo generalizado em relação à Guerra da Coreia e caráter inferior em relação a outros conflitos, fica evidente em obras populares, como ocorre com o filme *M.A.S.H* de 1970 em que é feita uma sátira sobre a rotina dos médicos na Guerra da Coreia, mas os eventos se inspiravam na Guerra do Vietnã, que ocorria na época de realização do filme.

Truman, vendo a necessidade de maior apoio às tropas americanas, solicita suporte às nações da ONU com envio de soldados capazes de combater os exércitos soviético e chinês, mais preparados e com maior probabilidade de avançar no território sul-coreano e dominar a nação. Grupos de soldados britânicos e franceses foram enviados para lutar, por solicitação dos americanos, que não viam vantagem até o início da guerra em mandar vários grupamentos para lutar com as FACS. Os EUA buscavam apoio internacional para fazer pressão nos soviéticos e chineses e formar um bloco contrário ao comunismo, se conservando desde o início da Guerra Fria. A cobrança em relação à necessidade de participação internacional foi cumprida pelo envio de soldados através das forças de manutenção da paz da ONU (Haruki, 2014).

A atuação da OTAN na Guerra levou a uma participação maior de algumas nações tradicionalmente mais ligadas aos Estados Unidos. Por demanda americana, foi concedido auxílio no envio de soldados pela ONU, em especial pelas nações da Commonwealth<sup>10</sup>. As nações efetuaram envio de esquadras navais em vista a deficiência da defesa marítima da Coreia do Sul. Ademais, a Austrália enviou um grupamento aéreo, localizado no Japão e a África do Sul também realizou envio de uma esquadrilha (Lee, 2001). O Conselho de Segurança aprovou por meio da Resolução 84 a criação da United Nations Command (UNC), visando a criação de um exército capaz de fornecer auxílio às Forças Armadas da Coreia do Sul. Além das já mencionadas, outras nações também enviaram pessoal para operar por meio da UNC, tais quais Bélgica, Colômbia, Etiópia, França, Grécia, Luxemburgo, Países Baixos, Filipinas, Tailândia e Turquia. E as nações Índia, Itália, Noruega e Suécia enviaram conjuntamente tropas médicas (United Nations, 1950). O UNC continua em atuação, com grupamento reduzido.

Assim como a URSS estava apreensiva com a participação dos EUA na guerra pela possibilidade de escalada do conflito a nuclear, os EUA também estavam preocupados com os testes realizados pelos soviéticos e pelo recém-adquirido armamento nuclear em 1949 (Lee, 2001). As tensões sobre a utilização desses armamentos podiam ser sentidas não apenas por essas duas nações, mas o escalonamento para uma corrida armamentista estava tomando forma e a Guerra da Coreia foi o momento de verificar até onde cada nação estava disposta a ir (Debs; Monteiro, 2016).

---

<sup>10</sup> Em especial, Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e África do Sul.

Com tensões crescentes, a Guerra da Coreia pode ser vista como uma guerra prematura, pela qual não houve muito tempo para atenuar as faíscas que ainda perduravam desde a desagregação do império japonês. Tudo aconteceu de um modo muito apressado. O desejo de conter o avanço do comunismo pelos EUA aos demais países da Ásia e a URSS e China, manter um Estado-tampão entre as suas fronteiras e a fronteira de uma nação aliada aos americanos. Para alguns especialistas, a Guerra da Coreia não pode nem ser considerada uma guerra civil, mas sim uma disputa internacional entre duas nações de objetivos semelhantes, mas de métodos distintos, com a participação das potências globais no conflito. Até o ano de 1950, por não aprovarem o início de um conflito armado, as potências apenas forneciam o auxílio necessário para a manutenção das nações. Todas as ações militares empregadas de 1945 a 1949 foram por meio do planejamento e pela responsabilidade coreana e, portanto, foram consideradas parte de uma disputa civil (Lee, 2001; Robinson, 2007).

Inicialmente Stalin não queria dar permissão para a realização de um ataque iniciado pela Coreia do Norte por três motivos: o exército norte-coreano ainda não estava em posição superior ao exército da Coreia do Sul; a presença dos EUA em território sul-coreano; e o acordo de divisão territorial no paralelo 38 com os EUA. Esses três motivos, ligados com as disputas ideológicas da URSS e dos EUA eram os impeditivos para a não permissão soviética aos constantes pedidos de invasão por Kim e Park. O medo de Stalin em causar uma situação em que houvesse conflito com as tropas americanas era a razão pela qual a URSS estava incentivando o fortalecimento do EPC e o não engajamento em conflitos diretos com a sua vizinha do sul (Haruki, 2014). A expansão da OTAN também foi importante para a tomada de decisão em permitir o ataque inicial pela Coreia do Norte. A URSS queria fazer frente à organização formando um grupo capaz de barrar a ação da OTAN no leste europeu, refletindo também na Ásia (Lee, 2001).

O primeiro ataque registrado foi feito pela Coreia do Norte, contando com o apoio da URSS<sup>11</sup>. O ataque foi realizado sob a justificativa de que houve uma agressão sul-coreana contra o território do norte realizada anteriormente no Mar Amarelo (Anexo I). Este ataque da Coreia do Norte pode ser visto como um ataque preemptivo, no qual Kim e Park desejavam não apenas unificar o território com respaldo comunista, mas também se proteger em uma invasão iminente da Coreia do Sul apoiada pelos americanos e japoneses. Como a Coreia do

---

<sup>11</sup> Inicialmente não havia apoio da URSS ao ataque norte-coreano, pois uma guerra não era vantajosa para a URSS. Após meses pedindo auxílio das tropas soviéticas, a Coreia do Norte consegue seu apoio para o ataque inicial (Lee, 2001).

Sul não tinha uma proteção militar eficaz, não houve muita preparação para a sua defesa. As forças de auxílio para a Coreia do Sul tiveram que se ordenar rapidamente para realizar um ataque. Por meio da realização da NSC 81 (National Security Council), os EUA delimitam a atuação das partes, o posicionamento do governo americano mediante as investidas norte-coreanas e soviéticas e um plano de ação em vista do agravamento das tensões<sup>12</sup> (Armstrong, 2013; Beal, 2005).

No ano seguinte, a Coreia do Sul contra-ataca, invadindo a península de Ongjin, localizada no Mar Amarelo, usando como justificativa uma suposta proteção ao território. Essa ilha foi objeto de disputas entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. Mesmo antes do início dos conflitos entre as duas nações, a ilha de Ongjin, pertencente à Coreia do Sul na divisão de 1945, foi invadida pelos norte-coreanos como forma de aviso, dando a justificativa das tensões na fronteira causadas pelo sul. Essa ilha continua sob o controle da Coreia do Norte (Lee, 2001).

Com o rápido avanço norte-coreano sobre o território do sul, o presidente Rhee pediu para que todos os cidadãos evacuassem a capital, Seul. Uma espécie de tática semelhante à de terra arrasada foi utilizada no processo de fuga desses coreanos a fim de destruir as passagens para tentar conter o avanço do exército norte-coreano na porção sul. Auxiliados pela URSS, as forças norte-coreanas eram superiores em termos de treinamento e pessoal em comparação ao sul. Rhee ainda afirmou que se não fosse a presença dos americanos, a Coreia do Sul não teria chance contra os comunistas. Contudo, em vista ao ataque surpresa, os EUA mandam suas tropas dois dias depois do início da guerra, com soldados despreparados e autoconfiantes para enfrentar as forças soviéticas e chinesas (Beal, 2005; Lee, 2001).

Devido ao rápido avanço militar no país, a população sul-coreana foi obrigada a se refugiar na cidade de Busan, localizada no litoral sudeste do território<sup>13</sup>. Com objetivo de livrar a população ilhada em seu próprio país, é executada uma operação conhecida como Invasão de Incheon (Anexo I). Essa operação é coordenada pelo general americano Mac Arthur. Ele foi o responsável pela ação estratégica, mandando invadir a cidade de Incheon, no litoral norte, pelo Mar Amarelo, com objetivo de atacar os norte-coreanos por trás e pegá-los desprevenidos, o que facilitaria a derrota do norte e o recuo das tropas até a fronteira. A ajuda das tropas dos EUA foi de extrema importância para o sucesso da operação. As bases

---

<sup>12</sup> Informações mais detalhadas sobre o memorando NSC 81 verifique, Office of the Historian (1950).

<sup>13</sup> Ver mapa da Península no Anexo I.

militares dos EUA no Japão auxiliaram a passagem de soldados, de suprimentos e de tanques para o exército (Haruki, 2014).

O General Douglas MacArthur foi responsável pela estratégia militar das tropas americanas e da ONU desde o ataque inicial. No período anterior à guerra, Mac Arthur já estava estacionado na Ásia, e tinha servido no Japão e nas Filipinas, além de ter sido veterano da II Guerra Mundial, atuando como supremo comandante das Forças Aliadas no Japão e comandante-chefe do Comando das Nações Unidas. Mesmo não com as desavenças com o presidente Truman, há uma unanimidade de que as táticas aplicadas para retomar o território foram importantes para garantir a soberania territorial da Coreia do Sul (McGrath; Center Of Military History, 2000). Sua presença foi diferencial quando se pensa nas estratégias defensivas militar aplicadas no período (Lee, 2001).

A Guerra da Coreia é vista como uma batalha de avanços e retrocessos. Durante os primeiros 12 meses, o conflito teve dinamismo. Em julho, a Coreia do Norte foi responsável por deslocar e isolar o povo sul-coreano na região de Busan. Durante os primeiros meses, os sul-coreanos ficaram ilhados na costa sul do território. O exército sul-coreano tinha uma grande dificuldade na reorganização das táticas (McGrath; Center Of Military History; 2000). Contando com o auxílio dos estrategistas militares americanos, Mac Arthur planejou o ataque ao exército norte-coreano por trás e cercou as tropas aliadas à Coreia do Norte. Em setembro de 1950, contando com as tropas da ONU comandadas pelo General Mac Arthur, foi bem-sucedida à retomada dos territórios, iniciando por Incheon e a Coreia do Norte recua para o norte do Paralelo 38. Essa retomada é conhecida na historiografia como Operação Cromita. Neste período, os sul-coreanos conseguem circundar os norte-coreanos próximo à fronteira com a China. Esta disposição não dura por muito tempo. As tropas norte-coreanas auxiliadas pelos chineses conseguem retornar próximo à linha pré-estabelecida em 1945, no Paralelo 38, em 1951 (Lee, 2001).

Depois de 1951, os custos para as potências, EUA e URSS, é muito alto e tentativas de estabelecer um acordo de paz são sugeridas às partes, ROK e Coreia do Norte. Os líderes tinham resistência em encontrar um acordo, em especial nos primeiros anos, ficando evidente que a guerra não definiria quem controlaria a Península, dificultando o diálogo entre as partes. Ainda nesse ano, há uma estagnação e uma mudança de estratégia das partes. Depois desta primeira fase, a Coreia do Sul avança até se aproximar com a fronteira da China e URSS. Logo depois, seus rivais contra-atacam, chegando à fronteira inicial. E por fim, é estabelecido

um armistício em 27 de julho de 1953, no qual se impõe uma zona desmilitarizada (DMZ) de 4 km de largura por toda a fronteira terrestre e que também se estendia por uma porção marítima, visto o número alto de ilhas pertencentes as Coreias. A delimitação da DMZ foi em uma localização semelhante ao paralelo 38 de 1948 (Haruki, 2014; Lee, 2001).

O armistício então foi idealizado. Também conhecido como Paz de Panmunjom (1953), ele foi batizado com o nome da cidade na qual foi assinado. O acordo foi estabelecido na ocasião em que a Coreia do Norte e a Coreia do Sul se encontravam em guerra, motivadas pela diferença de ideologias. A primeira, comunista, sendo apoiada pela URSS, e mais tarde pela China e a segunda, por meio de um sistema liberal-capitalista, sendo apoiada pelos Estados Unidos. Essa guerra foi considerada como uma das mais importantes para a divisão dos lados na Guerra Fria, pois as duas potências exerceram sua influência sob os territórios através do financiamento e do envio de forças militares e insumos para a linha de frente da guerra (Lee, 2001; Robinson, 2007; United Nations Command, 1953).

Por meio da interferência da ONU, as partes foram advertidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que determinou que deveria ser efetuado um acordo de paz. Contudo, não chegaram a um acordo para estabelecer um acordo de paz, colocando fim a guerra, mas foi dada preferência ao Armistício. O presidente sul-coreano, apoiado pelos Estados Unidos, Syngman Rhee, se recusou a assinar. Ele não desejava uma finalização em que o território e a população ficassem divididos, e por isso acreditava que as duas nações deveriam lutar até haver um vencedor por meio de uma guerra (Haruki, 2014). Essa oposição ao texto proposto pela ONU fica evidenciado pela falta da sua assinatura no documento original do Acordo de Armistício, que se encontra sob depósito da Organização das Nações Unidas (1953).

No artigo primeiro, o Acordo estabelece que seria demarcada uma linha de 2 quilômetros de cada país, formando uma faixa de 4 quilômetros, estabelecendo uma faixa desmilitarizada entre os países. A zona deveria ser resguardada pelo exército de cada nação, com as divisões entre norte e sul predeterminadas. A chamada Linha de Demarcação Militar (LDM) foi implementada no centro da zona de 4 quilômetros de divisão entre Coreia do Norte e Coreia do Sul. Como uma forma de tentar amenizar as agitações, as duas Coreias retiraram, aproximadamente, 10 postos de guarda de cada da zona desmilitarizada (DMZ). Foi então criada uma zona tampão, no Paralelo 38, como uma medida protetiva de cessar-fogo para as nações não quebrarem o bloqueio do DMZ (Chung, 2019).

A Guerra da Coreia foi o marco dos combates diretos entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, através das superpotências durante a Guerra Fria, conduzindo boa parte dos esforços das potências à península e direcionando as interações entre as nações que estavam envolvidas. Enquanto a política de cessação do uso de armas atômicas foi imposta, as guerras regionais, dentro de cada zona de relação continental, foram vistas como o padrão de mediação entre EUA e URSS (Armstrong, 2013).

A Guerra da Coreia também serviu como modelo para as demais guerras que foram travadas no período da Guerra Fria, sendo o primeiro confronto mediado entre as potências opostas. Em vista do fracasso americano no apoio do partido nacionalista de Chiang Kai-shek na China somado ao cessar-fogo das Coreias sem declarar uma nação vitoriosa, os americanos queriam proteger sua condição de potência global e se atestar como capaz de conter forças opostas (Beal, 2005). Até aquele momento, a Guerra da Coreia tinha deixado uma sensação de insatisfação no governo americano. Mesmo sem atingir o principal objetivo — conter o avanço comunista na Península Coreana — eles acreditavam que era possível definir um acordo de paz satisfatório para ambas as partes. A unificação territorial já tinha sido desconsiderada desde o início do conflito. A descrença já tinha atingido as lideranças locais. Tanto Rhee e Kim Il Sung, quanto Truman e Stalin, já não acreditavam que seria possível unificar a Península e com o fim da guerra as diferenças das duas Coreias ficaram ainda mais evidentes (Armstrong, 2013; Lee, 2001).

Durante o período após a guerra, os Estados Unidos, China e URSS se voltaram ao acolhimento das nações com as quais compartilhavam semelhança ideológica, mantendo o apoio prometido na década de 40, sendo os EUA no amparo econômico e militar à Coreia do Sul e a Rússia e China à Coreia do Norte. A URSS forneceu armamento, equipamentos e treinamentos às forças armadas da Coreia do Norte, como brevemente mencionado, mas esse auxílio não foi gratuito (Lee, 2001). O pagamento ao governo soviético foi feito com minérios naturais: monazita, tântalo, nióbio, minério de urânio<sup>14</sup>. Ao longo dos anos a aproximação entre governos é alterada, dando margem ao desenvolvimento político e econômico independente. A atuação das potências socialistas era dada para alternar o momento das atuações, sendo grande parte desse afastamento por decisão do governo norte-coreano. No

---

<sup>14</sup> Os minérios monazita e o minério urânio e os elementos, tântalo e nióbio podem ser usados em qualquer tipo de indústria, mas são usados na produção de energia nuclear. A existência desses elementos no seu território demonstra a facilidade com que a Coreia do Norte pôde construir seu primeiro reator nuclear e iniciar seu programa (Mansourov, 1995). Esse tópico do programa nuclear norte-coreano será aprofundado no capítulo 3.

caso dos Estados Unidos, o suporte era constante, mas com certo afastamento estratégico, como ocorreu quando da retirada das tropas americanas do território sul-coreano (Choi, 1999).

A Guerra da Coreia não foi uma guerra de grande importância para as potências da Guerra Fria. Inicialmente, ela foi ignorada pelas lideranças internacionais e desprezada pelos nacionais enviados como soldados para lutar. Havia uma indiferença geral com aqueles soldados que haviam lutado nesta guerra em comparação aos veteranos da Segunda Guerra ou da Guerra do Vietnã (Lee, 2001). Os direitos dados aos veteranos americanos que lutaram na Coreia eram mais restritos que aos veteranos dos demais conflitos de participação dos EUA. Além disso, não receberam os tratamentos adequados para a recuperação física e psicológica no retorno ao país de origem. Entretanto, ela serviu de exemplo à China, já que confirmou a sua capacidade de combate e aos EUA, pela necessidade de fazer contraposição às forças comunistas (Robinson, 2007). Como bem enfatizado ao longo deste ponto, os interesses nacionais estavam acima das necessidades de proteção da população e de preparação das nações para o desenvolvimento próprio e essa falta de incentivo estímulo levou a uma dificuldade inicial das duas Coreias, em especial da Coreia do Sul, em se sustentar como nação soberana.

### **1.3. Península Coreana**

A Coreia do Sul, oficialmente reconhecida como país em 1948, apresenta uma abordagem mais conservadora, valorizando a manutenção das tradições confucianas e traços imperialistas. Por outro lado, a Coreia do Norte, também estabelecida em 1948, segue uma linha mais liberal e desenvolvimentista, com ênfase na industrialização, mas sem desconsiderar as tradições da era das dinastias (Yu, 2000). O que distingue os dois países são, portanto, suas vertentes ideológicas e princípios. Após a Guerra da Coreia e o reconhecimento internacional da secessão em dois países, as Coreias reconstruíram seus modelos políticos, com o auxílio das grandes nações da época, por meio do apoio institucional aos governos e financiamento de projetos destinados a desenvolver a indústria e aos moldes dos sistemas que defendiam. Durante todo o século XX, houve tentativas de estabelecer uma unidade na península coreana, com base na história e na homogeneidade étnica do povo coreano. Durante

a Guerra Fria, a população queria que as hostilidades entre os governos fossem superadas, mas nunca foi estabelecida uma noção de nacionalismo suficientemente forte para uma cooperação entre os povos (Coghlan, 2009).

Na divisão territorial, a capital dos antigos reinos e da antiga dinastia de Joseon ficou para a Coreia do Norte. Pyongyang, por ser a capital desde a época colonial, foi a cidade que mais recebeu mudanças urbanas e industriais durante a presença japonesa na nação. Ela também tinha abundância de recursos naturais. Já na Coreia do Sul, o interior tinha potencial agrícola, com um bom clima para plantação. Essas diferenças geográficas e conjunturais transformavam a Coreia do Norte em uma nação com potencial para avanço industrial e enriquecimento maior que a sua vizinha do sul (Visentini, 2012). Por esse fato, a Coreia do Norte teve vantagem de retomada em comparação a Coreia do Sul, mesmo com a destruição quase total da sua capital no fim da Guerra. Sendo assim, foi essencial para o sucesso do regime de Kim e de grande importância para o início do enriquecimento de urânio na década de 60 (Robinson, 2007; Yu, 2000).

Na porção Sul, os EUA apoiaram o presidente sul-coreano, Syngman Rhee, sendo apontado como a melhor opção para a posição de presidente. Sua eleição ocorreu na primeira disputa pelo cargo ainda durante a Guerra. O apoio americano não se deu ao acaso, Rhee estava exilado e estudava nos EUA durante a colonização japonesa e tinha o histórico perfeito para ser o contraponto de Kim Sung-Il, apoiado pela URSS e depois pela China. Os EUA não apenas guiaram a Coreia do Sul para a escolha de seu presidente, mas também mantiveram as tropas militares perto do Paralelo 38 e estiveram presentes durante toda metade final do século XX, mesmo com a constante menção de permanência temporária e da eventual retirada. A saída dos militares americanos se deu de forma gradual, mas não total. Mediante representação da UNC cede tropas para fazer a vigilância da DMZ juntamente com os soldados das forças especiais das Forças Armadas da Coreia do Sul. A presença norte-coreana também é constante do outro lado do paralelo, sendo impossível o cruzamento de civis e militares das duas nações, mesmo na faixa de terra neutra (Lee, 2001; Robinson, 2007; Visentini, 2012).

Os Estados Unidos, por sua reciprocidade com a Coreia do Sul, estabeleceram uma relação de cooperação técnica e econômica desde 1950. Nas últimas décadas, mesmo que a Coreia do Sul tenha estabelecido seus próprios meios, o interesse americano ainda recai no futuro das relações na Península. Para os estadunidenses é de grande importância que a

influência do ocidente seja mantida no Leste-asiático para fazer contraponto às forças comunistas, que se aliam com a Coreia do Norte. Os EUA enfrentam dificuldades de inserção em partes da Ásia e em vista das questões referentes à segurança no continente, a presença de tropas americanas é necessária para demonstração do interesse estratégico e fazer frente aos chineses, o maior adversário no pós-Guerra da Coreia (Armstrong, 2013; Beal, 2005).

Após a guerra, a China continua apoiando o governo de Kim. A China garante espaço na Ásia, apoiando não apenas a Coreia do Norte, mas diversos sistemas ditatoriais do continente, fazendo frente à presença dos EUA na oposição, como foi o caso do Vietnã, Filipinas e Taiwan. Já a URSS se volta exclusivamente ao seu principal objetivo, a Europa. O falecimento de Stalin deixou o partido desordenado e em dúvidas sobre como proceder no final da Guerra e após o reajuste dos objetivos do partido comunista soviético o foco da atenção se volta ao ocidente europeu (Lukin; Pugacheva, 2022). Essa mudança não significa o abandono ao suporte financeiro dado ao PTC e apoio político a Kim, mas é reconhecido que a China tinha mais proximidade visto a história compartilhada entre as nações e o envolvimento mútuo no processo revolucionário das nações. Após o afastamento soviético da Coreia do Norte, o socialismo de *Zuche*, no qual o foco é a autossuficiência e independência na economia, política, ideológica e defesa, foi a base para o desenvolvimento da nação (Armstrong, 2013; Visentini, 2012). Sendo uma nação segregada, inicialmente não estabelece contato com nações que não partilham a mesma ideologia (Lee, 2001).

Mesmo com o socialismo de *Zuche* sendo guia para o estabelecimento das relações governamentais, o governo chinês atua, ora de modo público, ora de modo oculto, em projetos como o da construção da usina de enriquecimento de urânio. Um importante fato é que a Coreia do Norte usufrui economicamente da China, mas não política e ideologicamente. Desde então, o governo chinês auxilia o governo norte-coreano através do financiamento de tecnologias e do suporte internacional ao sistema de Kim (Grossi, 2015; Yang, 2006).

O *Zuche* pode ser visto como uma adaptação do marxismo à realidade da Coreia do Norte. A versão norte-coreana teve raízes na luta dos revolucionários do período colonial e se baseava no socialismo de Marx, justificando a necessidade da soberania coreana e além de utilizar o confucionismo chinês como traço sociocultural. Buscar a autonomia e autossuficiência são as principais motivações na construção social norte-coreana. A valorização do nacional, a centralização na figura do líder, o humanismo e o antropocentrismo como valores essenciais na sociedade e a ciência e modernização foram centrais na construção

estatal. Ao longo do tempo, houve um distanciamento das origens ideológicas marxista-leninistas e do comunismo confuciano tradicional, dando origem a uma versão que incorpora as tradições coreanas, aplicando-se em todas as esferas da sociedade. As massas se submetem ao líder, que segue as vertentes do confucionismo e socialismo, colocando o homem no centro da criação social (Grossi, 2015; Ri, 2012).

Na visão de Grossi (2015) a vertente de Zuche só é possível com a subordinação de todos os setores do Estado às práticas da ideologia. A soberania coreana é atingida por meio da revolução garantida através da independência na política, da autossuficiência da economia e da capacidade de autodefesa. A partir do desenvolvimento social, há um afastamento da tradição marxista e do confucionismo e a elevação da doutrina de Zuche a uma nova categoria ideológica. Para muitos teóricos, a versão norte-coreana foi a que mais deu certo em relação às demais, superando inclusive o socialismo soviético, utilizado como base de construção. O sucesso do regime se deu por suas diferenças estruturais, como a centralização na figura do líder, o foco na defesa nacional e a criação de um exército de massas com nacionalismo enraizado desde as camadas mais baixas (Kim, 2018).

A prática da autodefesa, defendida pela doutrina de Zuche permite a criação da política de *Songun*, que determina o investimento prioritário na defesa nacional e na indústria armamentista norte-coreana. As FACN são elevadas à categoria de agente condutor do socialismo de Zuche, são o centro da sociedade e permeiam toda a vida social da população (Kim, 2018). O espírito da classe trabalhadora estava diretamente relacionado às forças armadas, assim como a todos os grupos sociais. Ademais, o Politburo<sup>15</sup> da URSS foi um gabarito para a versão norte-coreana do Comitê. Neste órgão executivo, os maiores e mais condecorados membros do governo estipulam as normas e leis nacionais, em que todas as camadas sociais estão subjugadas (Buzo, 1997; Grossi, 2015). Essa política é uma das justificativas para o início do desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano na década de 60.

Como mencionado antes, a Coreia do Norte tinha mais capacidade de desenvolvimento industrial que a Coreia do Sul e, portanto, tiveram resultados mais rápidos. Mesmo que tenham aproveitado diversos recursos deixados pelos japoneses, houve auxílio

---

<sup>15</sup> Politburo é um órgão de um país comunista em que um comitê composto por membros da alta hierarquia governamental, decidem questões importantes para todas as áreas do Estado. O primeiro Politburo foi formado na URSS, compondo membros importantes da hierarquia estatal. Hoje a China tem o Politburo mais conhecido popularmente (Buzo, 1997).

financeiro soviético até a década de 60, quando o governo de Kim se afastou da URSS e se aproximou da China. O apoio da China também não dura muito, na década de 70 há um afastamento e a Coreia do Norte continua limitando suas relações com as demais nações, inclusive seus aliados (Visentini, 2012). Devido à ideologia de *Zuche*, já mencionada, a Coreia do Norte busca um desenvolvimento próprio, em que consiga se prosperar por forças próprias, mesmo que ao longo da história tenha momentos de aproximação estratégica com Moscou e Pequim (Le-Fort; Morales, 2012).

O início do desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte é dado para respeitar a política de defesa e o favorecimento das forças armadas, contudo a soberania norte-coreana e a necessidade de demonstrar que a nação estava buscando a independência em relação aos seus defensores abriu caminho para o início do programa armamentista no governo de Kim Il-Sung (Lee, 2001). Tendo solicitado diversas vezes o financiamento do seu programa à URSS, e sendo postergado por diversas ocasiões, a Coreia do Norte decide começar por investir no desenvolvimento autônomo de sua indústria balística. Além disso, o governo da Coreia do Norte iniciou a construção de seus reatores de urânio logo após a estabilização do regime e do desenvolvimento estatal (Debs; Monteiro, 2016).

Ao mesmo tempo, Kim Il-Sung sendo consonante a política soviética e a doutrina de *Zuche*, se distancia da nação e fortalece os laços com a China, recebendo total apoio de Mao no início do programa nuclear. Outra questão de importância para o início do desenvolvimento nuclear foi a necessidade de defesa em relação aos EUA e a Coreia do Sul. No início da década, a Coreia do Sul detinha cerca de 950 armas nucleares cedidas pelo governo de Kennedy. A Coreia do Norte então decide se precaver e garante armas para se proteger da ameaça americana e sul-coreana (Debs; Monteiro, 2016; Lee, 2001)

A neutralidade da China em relação ao programa nuclear era necessária para servir de suporte internacional nas reuniões do Conselho de Segurança e no endosso dos interesses do governo. Por meio de informações cedidas pelos órgãos governamentais, a Coreia do Sul, obteve conhecimento da existência do programa e do início dos testes. Para tentar obter maior apoio e garantias de desenvolvimento da defesa local pelos americanos, Rhee informa sobre o investimento nuclear do governo norte-coreano e solicita obtenção de mais investimentos para suprir a defesa no paralelo e desenvolver um programa para si (Norris; Kristensen, 2005). Contudo, havia uma unanimidade no governo americano de que a Coreia do Norte não estava desenvolvendo armamento por não ter os meios necessários para tal, além da crença de que

não havia necessidade, pois o conflito direto tinha acabado e as forças militares não estavam crescendo. O reconhecimento dos EUA do programa só foi feito na década de 80, sendo reportado pela CIA e depois confirmado pelo governo da Coreia do Norte das usinas de enriquecimento de plutônio (Debs; Monteiro, 2016; Mansourov, 1995)

A política cultural implementada pelo império japonês foi essencial para a consolidação do modelo industrial sul-coreano. Na década de 20, ainda durante o período de colonização japonesa, o modelo *zaibatsu* foi introduzido na sociedade coreana. A adaptação coreana deste tipo de negócio são os *chaebols*<sup>16</sup>, no qual o conglomerado de propriedade privada é mantido financeiramente pelo Estado. O grande salto na industrialização sul-coreana se deu graças ao modelo pelo qual as empresas puderam iniciar a produção de bens de consumo com investimento externo americano. Contudo, o resultado dos investimentos e avanço só foi visto em meados da década de 60, com o crescimento da Hyundai e Samsung (Le-Fort; Morales, 2012).

Aos conhecedores das problemáticas da Península, o objetivo da Coreia do Sul era garantir a segurança de seu território e de seus nacionais, diferentemente da RDPC, que priorizava as forças armadas em detrimento dos demais setores sociais. Como previamente mencionado, o objetivo central da Coreia do Sul era o desenvolvimento social e econômico e prezar pelos planos de desenvolvimento nacional centrado nas indústrias privadas e de incentivos estatais, mais conhecidos como *chaebols*. A recuperação econômica nacional é conhecida na literatura como “Milagre de Han”<sup>17</sup> (Robinson, 2007; Visentini, 2012).

A Coreia do Sul deu início ao seu programa nuclear na década de 70, visando fazer frente às capacidades da Coreia do Norte e ao seu avanço silencioso. Contrariando a vontade dos Estados Unidos, o presidente Park Chung-hee<sup>18</sup> iniciou testes sem o conhecimento dos americanos (Debs; Monteiro, 2016). Esses testes promovidos, podem ser classificados como uma medida de desespero, já que nesse período a Coreia do Norte já tinha desenvolvido um

---

<sup>16</sup> A título de curiosidade, essas empresas iniciaram como pequenas indústrias familiares, mas com o investimento governamental cresceram para se tornarem grandes conglomerados, garantindo participação em diversos segmentos. As grandes empresas ainda têm espaço no mercado de ações e grande papel político. Empresas de relevância internacional fundadas durante esse período foram a Hyundai, LG e Samsung (Tudor, 2014).

<sup>17</sup> Para mais informações sobre a recuperação econômica e construção estatal sul-coreana veja livro *Contemporary South Korean Economy: Challenges And Prospects* de Chiang Min-hua (2017).

<sup>18</sup> Importante mencionar que esse presidente foi assassinado em 1979 e seu sucessor, Chun Doo-hwan, militar, comete um golpe de Estado. Havia uma pressão sobre a resolução da questão do armistício. Assim como Rhee, havia uma resistência partidária minoritária que ainda acreditava na unificação territorial e na superação das questões ideológicas pelo bem do povo coreano (Armstrong, 2013).

programa razoável. Tinha-se uma concepção de que o desenvolvimento nuclear era resultado de avanços tecnológicos importantes para a classificação da nação lado a lado as grandes potências detentoras de armamento nuclear e resultado de uma nação próspera. O presidente Park, membro do partido conservador e militar, já não tinha mais amplo apoio político. O fim de seu mandato foi o seu assassinato pela Agência de Inteligência Coreana, favorecendo seu sucessor, também militar, Chun Do-Hwan. Com a mudança da liderança do país, o programa nuclear foi colocado de lado tendo em vista os benefícios oferecidos pelos EUA (Armstrong, 2013; Robinson, 2007).

Ainda sobre o breve período em que o governo militar iniciou de forma oculta a construção de reatores, é relatado que Kim Il-Sung se sentiu traído pelos seus vizinhos do sul, já que o destino de aplicação do armamento era seu território. Kim esperava que com a assinatura da Declaração Norte-Sul sobre os Três Princípios da Unificação em 1972, o desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Sul fosse ser contido. A motivação sulista foi a falta de apoio e do financiamento limitado concedido pelos americanos ao governo da Coreia do Sul. A omissão americana também foi vista negativamente pela população, gerando oposição à presença e à manutenção das relações com os EUA. Esse sentimento de desaprovação foi fomentado ao longo das décadas de 70 e 80, visto que a população acreditava que os americanos apoiavam o governo repressivo sul-coreano. (Mansourov, 1995; Robinson, 2007).

De todo modo, os EUA forçam a Coreia do Sul a abandonar seu programa estabelecido durante a década de 70. Em troca, os EUA concedem armamento nuclear americano e a implementação de exercícios militares conjuntos (forças armadas da Coreia do Sul e dos Estados Unidos) em território sul-coreano como forma de demonstrar compromisso com a construção da defesa sul-coreana. Essa exibição do comprometimento americano com a Coreia do Sul e o fortalecimento dos laços das nações foi visto negativamente pela Coreia do Norte, que considerou uma ameaça à sua defesa e segurança. A Coreia do Sul, com o auxílio dos americanos, fortalece suas forças armadas e desenvolve sua indústria armamentista ao longo do século XX (Debs; Monteiro, 2016; Mansourov, 1995).

Nos quarenta anos que se seguiram às relações entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, momentos de intensidade e desacordo compartilharam espaço com algumas tentativas de diálogo que resultaram em alguns acordos e tratados buscando restabelecer a amizade e fortalecer as relações. O Tratado da Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, promulgado

na década de 60, foi uma dessas tentativas de promover o diálogo entre as duas nações, mas não teve o resultado esperado pelas partes e nem pelas potências que mediarão os debates (Debs; Monteiro, 2016). Já o Acordo de Reconciliação, não Agressão, Intercâmbio e Cooperação entre Norte e Sul, da década de 90 encontrou um bom campo para estabelecimento de diálogo, mas as dificuldades com o desenvolvimento do programa nuclear da Coreia do Norte não permitiram o avanço das negociações (Le-Fort; Morales, 2012).

É possível verificar a existência de disposição em estabelecer relações políticas ou diplomáticas, ao longo de diversos períodos, mas sem sucesso a longo prazo. As nações sempre buscavam garantir o cumprimento das suas demandas, mas sempre que viam suas soberanias não atendidas, abandonavam o acordo e retornavam ao distanciamento habitual. Todas as tentativas anteriores de estabelecimento de discussões sobre a reunificação da Península Coreana tiveram influência de atores externos, como EUA e China, mas que não chegaram a ter uma decisão fixa a respeito do problema estabelecido na região (Coghlan, 2009).

A política interna norte-coreana é permeada pelo socialismo de Zuche, os pontos levantados por Grossi (2015) sobre as diferenças conjunturais da ótica ideológica evidenciam a Coreia do Norte como única. Além da adoração ao líder Grande Sol – ditador Kim Il-Sung – a segregação social em castas é o sistema de ranqueamento da população, sendo o principal parâmetro o nível de lealdade ao regime. Desde a formação da nação, a divisão entre três classes foi estabelecida para delimitar a atuação profissional, acesso a benefícios do regime, local de moradia e nível de monitoramento da vida cotidiana. No topo da pirâmide, a classe central é composta pelos membros do PTC – trabalhadores, camponeses pobres, revolucionários e veteranos de guerra. A classe seguinte é chamada de classe variante, onde seus membros são, descendentes de comerciantes, fazendeiros ricos, trabalhadores civis e imigrantes — majoritariamente da Coreia do Sul, China e Japão. A última e mais baixa classe é hostil, composta por apoiadores do Japão, budistas, confucianos, cristãos ou qualquer pessoa contrária ao sistema (Robinson, 2007). O sistema é retroalimentado. Há um comprometimento popular ao regime e a figura do líder. Para que o Zuche seja eficaz e a adoração ao líder supremo, seja uma constante, a obediência às normas deve ser a máxima, simultaneamente todo o regime só funciona pela submissão populacional, em diferentes níveis de custo social, econômico e político e pelo nacionalismo propagado pelo PTC (Ri, 2012).

Por muitos anos a Coreia do Sul foi semelhante e, ao mesmo tempo, diferente de sua vizinha. Durante os primeiros anos, a instabilidade política foi a realidade da nação. Os diversos arranjos políticos conduziram a Coreia do Sul a cenários ditatoriais e a um número incrivelmente pequeno de lideranças presidenciais, até hoje com 12 presidentes desde a liderança de Rhee em 1945<sup>19</sup>. Desde então, a Coreia do Sul teve 6 repúblicas e presidentes que ocuparam o cargo por longos períodos. A primeira república foi considerada o período em que Rhee estava na liderança e durou de 1948 a 1960. A segunda república (1960 a 1961) foi o período liberal democrático, sendo encerrada pelo golpe militar do general Park Chung-hee. Já as terceiras (1961-1973) e quarta (1973-1979) repúblicas foram o período ditatorial do general Park. Com o assassinato de Park em 1979, a quinta república (1980-1988) inicia com outro golpe militar, por parte do general Chun Do-hwan, sendo encerrado pelo Manifesto da democratização proposto por Roh Tae-woo, general das forças armadas. A sexta e atual república, tem como primeiro presidente Roh, e a primeira eleição democrática realizada em 1994. A partir da década de 80, ocorre uma aproximação das Coreias e o início da discussão sobre uma unificação pacífica é realizado em cúpulas e encontros com delegados das nações (Robinson, 2007; Yu, 2000).

Com o ‘Milagre de Han’, evidência do crescimento da Coreia do Sul e a decadência econômica da Coreia do Norte, aliado a proximidade diplomática da década de 90, garantiram um auxílio econômico da Coreia do Norte por meio da política liberal implementada pelo presidente Kim Dae-jung em 1998. A *Sunshine Policy* foi proposta pela Coreia do Sul, depois que a Coreia do Norte entrou em recessão e enfrentou dificuldades na produção agrícola para prover à sua população. Aliado à recessão interna, em 1997 a crise do FMI foi agravante para a produção agrícola e para a eventual crise que limitou o acesso a alimentos a grande parte da população. O otimismo para o futuro das relações na Península era evidente e inclusive, discussões sobre a desnuclearização da Coreia do Norte foram propostas em algum momento no final da década de 80 (Kim, 2006; Robinson, 2007).

O Capítulo seguinte evidencia as motivações do desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte e as suas prerrogativas para a manutenção de seu programa, mesmo com as normas internacionais em desacordo com o desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins de munir as forças armadas e demonstrar posição belicosa às demais nações. A Coreia do Sul, como

---

<sup>19</sup> A título de comparação, no mesmo período de 1948 a 2024, o Brasil teve 25 presidentes, incluindo os líderes do período do governo militar.

vizinha e grande interessada, sua influência no processo diplomático e as demandas governamentais ao longo da primeira década do século XXI serão de igual modo observados. O papel dos Estados Unidos, da China, da Rússia e Japão serão levados em consideração em vista dos interesses regionais das potências.

## **CAPÍTULO 2: O PODER NUCLEAR COMO ARMA DE DISSUAÇÃO**

Considerando a grande responsabilidade internacional em manter um cenário de paz, desde o final da II Guerra Mundial, os conflitos limitados – em recursos e em geografia – eram o sinal da adaptação das nações às mudanças, evidenciando uma elevada capacidade do ambiente internacional do pós-guerra em absorver mudanças e conter conflitos e hostilidades. A ameaça da utilização de armas nucleares gerou inquietação sobre a possibilidade da perturbação da paz e da ocorrência de guerras com a mesma extensão da Segunda Guerra Mundial. As armas nucleares não são unânimes, contudo, é inegável que a existência dessas é relevante para a manutenção das forças estatais e para a persuasão das nações em contextos de conflitos e guerras em que o uso da força é necessário para garantir o cumprimento das demandas governamentais e a defesa de seu território. Há controvérsias quanto ao uso ou não uso das armas por parte da comunidade internacional e por acadêmicos. Autores especialistas no desenvolvimento nuclear pontuam as motivações dos Estados dando início a um programa nuclear e aqueles que adquirem armamento de outras nações (Waltz, 1981).

Para compreender todos esses aspectos, a investigação será conduzida por meio da aplicação do entendimento de Waltz (1981; 1990) sobre estados nuclearizados, analisando suas contribuições para o campo das relações internacionais. Seus estudos sobre o desenvolvimento nuclear no pós-Guerra Fria serão utilizados para compreender o papel dos Estados como detentores de poder dissuasivo no Leste Asiático, com foco no fomento nuclear da Coreia do Norte e na resposta dos demais Estados dentro do sistema internacional, seja por meio de estratégias de contenção ou ampliação de suas capacidades. Além disso, as contribuições de Thomas Schelling (1966) serão fundamentais para este capítulo, especialmente na análise das táticas militares e das respostas adotadas pelos atores durante a crise nuclear da Coreia do Norte. Sua explicação sobre a dissuasão ajudará a entender como essa estratégia é aplicada nas relações entre a Coreia do Norte e os demais atores internacionais.

### **2.1. Dissuasão nas relações multilaterais**

Um dos grandes autores do neorrealismo é Waltz, tratando dos temas centrais sobre o desenvolvimento de armas nucleares e das estratégias que requerem a posse desses armamentos pelos Estados. Para Waltz (1981), o constante desenvolvimento de armamentos nucleares foi realizado de forma gradual e horizontal, no qual nações passam uma as outras a tecnologia disponível para a utilização ou desenvolvimento próprio. A comercialização deste material foi o modo pelo qual a Coreia do Norte adquiriu os primeiros reatores nucleares na década de 70 (Zhang, 2006). A obtenção dos reatores foi feita através do Paquistão, que durante os anos 90, estava negociando venda de armamento às nações autocráticas e de sistemas ditatoriais, entre elas a Coreia do Norte. O início do programa foi estabelecido por meio da construção de reatores de grafite e posteriormente usados para enriquecer plutônio. Mais para frente será retomada a discussão do início do programa nuclear norte-coreano (Bermudez Jr., 1999; Debs; Monteiro, 2016; Zhang, 2007).

Waltz (1981) expressa que o fazer político das grandes potências em um mundo multipolar delimita o papel de cada nação, no qual algumas nações representam perigo e outras nações são condicionadas à contenção do perigo e das ameaças promovidas pelas nações do primeiro grupo. Ao longo do tempo, os perigos são difundidos, as responsabilidades não são delimitadas e as definições de interesse vital não são claras em um primeiro momento. Um Estado torna-se uma grande potência não apenas pela capacidade militar ou econômica, mas pela combinação de fatores políticos, sociais, econômicos, militares e geográficos, aplicados com mais eficácia do que outros Estados conseguem. O papel do primeiro grupo de nações, podemos encaixar a Coreia do Norte, como disruptores da ordem e fonte de risco às nações do segundo grupo, como os Estados Unidos, considerados por muitos conhecedores e não-conhecedores como liderança global, consolidando a sua hegemonia no fim da Guerra Fria.

A relação política estabelecida entre nações que detém capacidade nuclear e as estratégias usadas para evitar um cenário de destruição são importantes para o entendimento das ações do Estado no processo de defesa e dissuasão. Contudo, a sua disponibilidade pode levar a uma rápida contenção de disputas militares durante uma guerra. A Coreia do Norte utiliza de formas distintas seu poder de dissuasão e de defesa (Coghlan, 2009). É possível notar que em cenários de crise ou de acirramento das relações, o governo de Kim Jong Il (1994-2011) e de Kim Jong Un (2011- atual) se diferenciam no modo como demonstram sua

força e projetam seu poder nuclear<sup>20</sup>. Waltz (1990) pontua que há diferenças entre dissuasão e defesa. A dissuasão é considerada a habilidade de se proteger de um possível ataque do inimigo, desestabilizando a estratégia e desencorajando um ataque. Já a defesa, garante a proteção de seu território, de seus recursos e de sua população. A existência das armas nucleares no período de delimitação das estratégias de dissuasão é importante para clarear as motivações da nação. De certo modo, é possível ver a seriedade da Coreia do Norte ao longo das décadas, em especial no início do seu programa, para garantir a soberania nacional e a defesa do seu território. Neste ponto, a busca pelo desenvolvimento de armas nucleares foi importante para delimitar os interesses e avaliar a melhor ação a ser tomada em determinado tipo de contexto (Schelling, 1996).

Schelling (1966), assinala que o entendimento do desenvolvimento nuclear e as motivações estatais iniciam o processo de nuclearização da sua nação. Schelling traz o termo de diplomacia da violência, no qual as nações estabelecem relações entre si por meio da barganha, utilizando ameaças de uso da força coercitiva. A Coreia do Norte pode ser vista como capaz de estabelecer relações com demais países conforme o que lhe é oferecido. A força é aplicada quando a Coreia do Norte quer demonstrar duas coisas: que está se sentindo ameaçada ou que não está sendo atendida em suas demandas, em especial quando acordos e cúpulas com os EUA e Coreia do Sul (Robinson, 2007). Schelling (1996) ainda pontua a diferença entre o uso da diplomacia e o uso da força, além é claro de distinguir força bruta e força coercitiva. A aplicação é específica a contextos de conflito e, portanto, aplicado à condição da Península, continua em estado de conflito, mesmo que em pausa.

O uso da barganha é o fazer diplomático, objetivando um resultado ideal para as partes, e ter controle sobre o que a outra nação quer, por meio do compromisso nacional e de trocas e colaborações. A barganha pode ser estabelecida por meio da cordialidade ou da hostilidade, sem se intimidar com o uso de ameaças (Schelling, 1966). Na Coreia do Norte, todos os instrumentos do Estado são aplicados na negociação do seu programa nuclear e de seu armamento nuclear. Caso um país tenha forças militares eficazes, a barganha é necessária. Esse não pode ser o caso da Coreia do Norte, que pela existência das sanções é limitada e tem necessidade de negociar para ser reconhecida por outras nações e ter acesso ao mercado internacional (Robinson, 2007).

---

<sup>20</sup> A diferença entre as lideranças da família Kim e o investimento no programa nuclear foram delimitados no capítulo 3.

Para haver o cumprimento das vontades em uma negociação diplomática, a força coercitiva pode ser usada como ferramenta. Na visão de Schelling (1966), ela é definida como a ação tomada por um Estado para tomar algo utilizando a persuasão e o convencimento. É claro que para a utilização deste mecanismo, um Estado tem que ter noção comparativa entre as suas forças e as capacidades de seu oponente. O uso desta funciona contra todas as áreas de uma nação, resultando no objetivo primordial do Estado que ataca e faz vítimas no processo. Os EUA e a ONU foram responsáveis pela aplicação do uso da força, mesmo que por meio das sanções e do isolamento a que foi submetido a Coreia do Norte. A Coreia do Norte também é responsável pela aplicação do uso da força quando demonstra a evolução do seu poder nuclear pelos testes realizados, pela sua capacidade de destruição por meio do emprego de ameaças de envio dos mísseis e, além disso, pelo desafio que seu comportamento adverso porta às normas internacionais (Robinson, 2007; Zhang, 2006).

Neste sentido, a Coreia do Norte por sua postura antagônica ao status quo, é considerada uma nação pária ao ordenamento internacional, mesmo sendo membro da ONU (Debs; Monteiro, 2016). Dessa forma, a coerção e o uso da força são empregados para alertar os demais Estados e garantir que as demandas do regime sejam reconhecidas pelas grandes potências e seus líderes. Entretanto, a coerção destaca as diferenças entre sua abordagem e a da força bruta, sendo a capacidade de causar dano a mais significativa. Para avaliar a força de uma nação, leva-se em conta a força relativa do adversário ao calcular a utilização da força. A força coercitiva é eficaz quando resulta na diminuição da capacidade de causar dano (Schelling, 1966).

Quando Kim faz uso de seu poder de força ou insinua a aplicação, a tensão entre as nações aumenta, o que causa incertezas e instabilidade nas relações internacionais. Para evitar que um novo cenário conflituoso reinicie, Waltz (1990) pontua que alcançar harmonia no meio internacional depende da prudência e diligência das nações com poder nuclear, do equilíbrio entre as nações que possuem armas nucleares, da contenção da competitividade entre elas e das compatibilidades entre as forças nucleares. Esses aspectos demonstram uma contenção das vontades estatais em querer ampliar sua capacidade comparado a de seu adversário (Van Ness, 2003).

O caso da Coreia do Norte é atípico quando se analisa o discurso do regime e o comportamento diplomático da nação. Zhang (2006) e Zhang (2007) pontuam em seus artigos que foi um período em que a diplomacia norte-coreana estava ‘enrolando’ para poder ganhar

mais tempo na consolidação de seu programa. O posicionamento diplomático americano é incisivo em dismantelar as capacidades nucleares da Coreia do Norte, e deste modo pode ser observado como uma oposição do argumento de Waltz (1990), em especial quando o objeto de análise se trata de uma nação cujo regime é o mantenedor da constante demonstração de força justificada pela busca da soberania nacional.

Outro comportamento demonstrado pela liderança norte-americana é o poder dissuasório. Por meio da delegação formada pela *Six Party Talks*<sup>21</sup>, as nações interessadas na nuclearização do continente, utilizam da estratégia para desencorajar o andamento do programa nuclear, que estava nos estágios iniciais (Bajoria; Xu, 2013). A dissuasão demanda cautela na sua implementação e torna o ambiente mais estável, menos propício à ocorrência de uma guerra. É possível verificar que a Coreia do Norte demonstra diligência, nas negociações diplomáticas, em especial as que envolvem os EUA e a Coreia do Sul. Porém, em momentos de tensão, há uma predileção das táticas abruptas, em momentos de não cumprimento de acordo com país adversário e em negociações sobre o encerramento do seu programa nuclear (Choi, 1999). A dissuasão tem sua importância no governo norte-coreano, contudo não é uma tática utilizada constantemente. É possível verificar uma preferência pela coação, causando incertezas sobre a veracidade das ameaças (Schelling, 1966).

Schelling (1966) distingue os termos *deterrence* e *compellence*<sup>22</sup>. A definição de dissuasão estabelece o desencorajamento pelo medo do uso de armas e de um ataque potencial. Então, dissuasão é o meio de se calcular as intenções do inimigo e ter influência sobre essas intenções. O modo de aplicação é montar um cenário com a dissuasão e esperar os resultados, sem a imposição de delimitação temporal para a sua utilização. A definição de *compellence*, está relacionada ao uso da coação e de ameaças, obrigando o inimigo de um Estado a fazer o que se deseja. As ameaças caracterizadas como coerção demandam uma motivação e compromisso para mantê-las, sendo o maior deles, conter seu inimigo antes da retaliação. Contudo, não podem ser utilizadas a longo prazo, mas devem ter um momento específico para ter seu fim.

---

<sup>21</sup> As nações parte desse grupo eram Estados Unidos, URSS, China, Japão, Coreia do Sul e Coreia do Norte. No capítulo três, é aprofundado com mais detalhes a discussão sobre cúpulas e encontros entre as duas Coreias (Bajoria; Xu, 2013).

<sup>22</sup> Os termos *deterrence* e *compellence*, no capítulo 'The Art of Commitment' do livro 'Arms and Influence'. *Deterrence*, vem do verbo em inglês *to deter*, em tradução, parar ou impossibilitar. Por vezes será mencionado deterência como termo em português equivalente. Já *compellence*, do verbo *to compel*, forçar ou obrigar.

A existência das armas nucleares complexifica e dificulta as relações entre as nações. O poder adquirido por quem detêm armas nucleares não pode ser roubada ou tomada. O real motivo da aquisição de armamento é o que a sua presença pode trazer a uma nação que a tem, ameaça da utilização e de intimidação. Contudo, por seu fator de eficiência ser maior que um armamento convencional, essas são mais letais e dão mais fundamento à ocorrência de uma guerra global. Em caso de utilização das armas nucleares, não há como retroceder na decisão. As intenções do Estado na aplicação das capacidades nucleares devem ser mantidas. Para além da derrota e da destruição, há probabilidade de submissão do derrotado (Schelling, 1966). Sendo assim, em caso de utilização das armas nucleares na Península, não haverá possibilidade de realizar uma unificação pelo seu caráter destrutivo e imperante (Zhang, 2007).

Por sua complexidade, deter ou fazer uso das armas nucleares demanda compromisso governamental. Realizar planejamento militar é importante para superar as capacidades do inimigo. É presumido que as forças militares sejam capazes de defender seu território, e que essa defesa seja em nome da pátria. A noção de nacionalismo é definida pela propensão dos indivíduos em identificarem o interesse pessoal com o interesse de um grupo que compartilham uma estrutura estatal própria para viver. O compromisso com a utilização das armas nucleares depende do compromisso individual da população com a nação, devendo cooperar para atuar em caso de guerra. A condição anárquica da política internacional onde os Estados desejam permanecer autônomos para competirem pela segurança pode ser explicada pelo realismo estrutural. O exército de massa é o meio para a sobrevivência estatal e a capacidade militar é importante para a manutenção da segurança provida pelo Estado (Schelling, 1966; Posen, 1993).

Assim como relatado por Schelling (1966), a Coreia do Norte faz uso de ameaças de dissuasão, muitas demonstrando a passividade do regime quando é observado que causa uma instabilidade e desconforto as nações vizinhas e, de forma mais contida, utiliza ameaça de coerção, mais ativa, por meio dos constantes exercícios militares e dos testes nucleares feitos desde 2006 (Zhang, 2006). Enquanto é compreensível que as necessidades nacionais da Coreia do Norte sejam justificadas pelo exercício da soberania, há também uma tentativa de impor humilhação às nações vistas como imperialistas pelo regime, fazendo com que os exercícios militares e nucleares sejam classificados como uma ameaça ativa e por essa

característica, coercitiva (Zhang, 2007). Essas características são agravadas pelo programa nuclear iniciado pela Coreia do Norte.

Ameaças de dissuasão estão relacionadas à determinação, impetuosidade, obstinação e o caráter. São irracionais e impulsivas. Caso a Coreia do Norte utilize armas nucleares, a Coreia do Sul, Japão e, em principalmente, os EUA podem garantir que a aplicação das forças nucleares seja recíproca (Lee, 2009). A ameaça sempre terá reflexos sobre aquele que a promove, para que ela seja convincente. Visando evitar que seu inimigo ou que ele mesmo desista do uso da força, uma nação cria ou destrói mecanismos para que nenhuma das partes possa desistir do conflito e concluam com a vitória de uma das partes ou com a aniquilação mútua. A ameaça de destruição mútua assegurada (MAD)<sup>23</sup> é defendida por especialistas que afirmam que não dá para desistir de ameaças quando essas envolvem armas nucleares. Além desta motivação, a honra e reputação de uma nação também são prezadas, e uma desistência mancharia o comprometimento nacional e a nação perde sua credibilidade (Schelling, 1966).

A extensão da dissuasão, ocorre em primeiro lugar quando o potencial atacante é levado a crer que o seu adversário tem interesse vital nos jogos. Em um segundo momento, a estabilidade política deve ser uma constante no local que a dissuasão ocorre. Para garantir a credibilidade da dissuasão, os interesses devem ser considerados vitais e a ameaça é necessariamente externa. Para Schelling (1966), existe uma limitação sobre o quanto um Estado pode atingir em um comprometimento estatal, visto que a maioria dos compromissos são ambíguos. Então, para testar a seriedade do compromisso são usadas técnicas que flexibilizem o acordo, mas sem necessariamente quebrar o acordo. E tenta encontrar uma resistência, prevenção ou caminho para recuar caso necessário. Em várias ocasiões, a Coreia do Norte e os EUA utilizam táticas que desafiam a confiança mútua e asseguram o cumprimento de suas demandas, mas sem fechar as portas para o diálogo e a cooperação diplomática. Mais especificamente, na execução de acordos bilaterais, a Coreia do Norte verifica se as promessas americanas serão cumpridas, como o Marco Acordado entre EUA e República Democrática Popular da Coreia<sup>24</sup> (Zhang, 2006).

---

<sup>23</sup> Termo primeiramente citado por John von Neumann, físico e matemático que trabalhou no Projeto Manhattan, responsável por projetar a bomba atômica nuclear que destruiu Hiroshima. Para interesse do leitor, verifique a literatura de Bollard (2019).

<sup>24</sup> Nome original em Agreed Framework Between the United States of America and the Democratic People's Republic of Korea, acordado em 1994. Ainda neste capítulo, será abordado com mais detalhes sobre as particularidades do acordo e o porquê ele falhou.

Caso uma nação tenha costume de agir imprevisivelmente, mesmo sem ser necessário, a solução para conter a reputação é o bloqueio. O bloqueio é usado estrategicamente para enfraquecer as forças do inimigo e tornar um cenário de guerra insustentável para o governo e para a população. O bloqueio é passivo, e como resultado pode ter a resistência da região bloqueada e uma persistência da nação que exerce o bloqueio, pois há medo de um possível colapso e eventual guerra. Este bloqueio é uma ameaça impelida ao adversário, impedindo o início de uma ação do Estado alvo da tática. A maneira de se comprometer com uma ação é iniciar. Desta forma, a última chance clara de evitar um confronto é da última parte a tomar a decisão (Schelling, 1966).

A ameaça por dissuasão depende de uma conexão entre a ação e a resposta do ameaçado. A ameaça de coação não precisa ter essa ligação. Essa conectividade fornece um esquema para classificar as ameaças e as ações convincentes. A coação ideal causa menos danos se houver sucesso e caso não tenha, grandes danos. Uma vez iniciada não poderá ser interrompida. Uma distinção importante são as ações coercitivas que pressionam e causam dano cumulativo. O *brinkmanship* é uma diplomacia arriscada, pois ela força seu oponente até o limite, podendo levar a um risco de desastre intencional. Há uma competição em tomada de decisão arriscada (Schelling, 1966).

Waltz (1981), aborda a questão da cooperação entre Estados menores que possam juntar suas capacidades no campo nuclear. Para ele, não é possível que nações se unam, pois não há possibilidade de soma das capacidades nucleares, além disso, é importante que as nações colaborem para atingirem um nível tecnológico equivalente ou superior ao das potências. Esses dois fatores demonstram que a colaboração não é eficaz para conseguir superar a capacidade das grandes nações. O que garante o avanço desses Estados é o investimento em tecnologia das ogivas, dos veículos de lançamento, dos dispositivos de detecção e vigilância, dos sistemas de comando e controle.

Ademais, as alianças podem ser rompidas com a aquisição ou desenvolvimento de tecnologia nuclear. Alguns estados nuclearizados não são politicamente fortes e estáveis para garantir o controle sobre as armas e a decisão de utilizá-las. Há possibilidade de que ocorra golpe interno, com o controle das armas nucleares no centro da disputa e do poder político. Nessa circunstância, manter autoridade governamental e o ordenamento civil é o principal aspecto a ser buscado. Quando o Estado não possui mais legitimidade e seus cidadãos não são mais leais, a manutenção da ordem e da segurança são improváveis. Duas situações podem

ocorrer quando o Estado não consegue garantir a proteção e a ordem, sendo o primeiro a transformação em um Estado tirânico e o segundo, um Estado descontrolado (Waltz, 1981).

A Coreia do Norte, como já explicado, não teve seu desenvolvimento nuclear baseado em um estado tirânico, mas iniciou seu programa pelas políticas estatais do regime. Contudo, é possível verificar que a Coreia do Norte perde o apoio das suas maiores aliadas, URSS e China, e de certo modo é reprimida pelas potências, não pelo seu caráter destrutivo, mas sim pelos interesses e demandas individuais do Estado aliado (Fang; Xi, 2013). No caso da Rússia, um distanciamento já estava sendo praticado na década de 70, com as constantes mudanças governamentais da URSS e as políticas pós Khrushchev, em que há um afastamento estratégico soviético e problemas econômicos que foram o início do declínio da URSS. No caso da China, a importância em manter a ordem no continente era primordial para a garantia das relações de segurança e política, sendo desfavorável para as ambições chinesas em exercer influência nas demais nações asiáticas (Mikheev, 1991; Ri, 2012).

O compartilhamento de fronteiras é consequência de hostilidades entre duas nações com governos instáveis. É importante que as nações saibam utilizar prudentemente as suas capacidades nucleares, sem agressividade, visando a não consolidação de um modelo bipolar. É defendido que a energia nuclear deveria estar sob o controle dos militares, pois a população civil não pode controlar de modo a manter a segurança em uma situação em que uma nação detém armas nucleares e seu rival não as possui, as políticas governamentais que objetivam a utilização das armas nucleares são classificadas como chantagem. Do mesmo modo, as ameaças são levadas a sério, visto que o outro lado não poderá se defender em um ataque, tendo mais eficácia (Waltz, 1981). O Japão se encontra no grupo das nações chantageadas por uma nação nuclearizada. Pelo histórico imperialista japonês e pela latente memória histórica norte-coreana, o governo do Japão vê o aumento da força nuclear da Coreia do Norte como ameaça à sua existência, sendo as chances de um ataque ao território japonês em um primeiro momento mais crível que um ataque a Coreia do Sul, sua vizinha e de mesma descendência (Zhang, 2006; Zhang, 2007).

No entanto, alguns aspectos são importantes de serem levados em consideração. Waltz (1981), defende que a posse de armas nucleares não acelera corridas armamentistas, mas retarda a probabilidade de uma corrida. O tempo estimado para a construção de um arsenal eficiente de uma nação menor e menos desenvolvida em comparação às capacidades de uma potência nuclear é longo e demandam investimentos que, por vezes, uma nação de pequeno

porte não é capaz de investir. É interessante notar que a Coreia do Norte em 1953 estava em uma situação econômica e política mais estável que a sua vizinha, mas do mesmo modo não tinha muitos recursos tecnológicos para iniciar e avançar um programa nuclear de tal magnitude e em expansão que iniciou a partir da década de 80 e que se consolidou com os testes de 2006 e 2013. Há muita cautela das nações envolvidas no grupo de negociações a respeito do desenvolvimento de armas por nações não-nuclearizadas, como a Coreia do Sul e do Japão. A participação dessas nações no Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e na AIEA também são inibidores do início do desenvolvimento dessas armas. Contudo, em caso de um ataque nuclear a uma dessas nações, haverá disposição nacional a uma revanche a altura e auxiliada pela potência aliada (Bermudez Jr., 1999; Zhang, 2007).

Ademais, uma nação nuclear pode tornar-se instável, tornando pouco provável que novos projetos nucleares sejam iniciados. Um projeto inédito de nuclearização é estabelecido em momentos de estabilidade, contudo garantem continuidade em períodos de turbulência política. No período que antecedeu a saída do TNP, a Coreia do Norte enfrentou diversas dificuldades financeiras, com a Crise do FMI (1997) – crise financeira dos asiáticos<sup>25</sup> – e a Grande Fome<sup>26</sup> – Marcha Penosa – em que um conjunto de fatores incapacitou o governo norte-coreano em fornecer alimento a sua população resultando em sanções e mortes a população (Medeiros, 1998; Visentini; Pereira, 2014). A transição do século trouxe instabilidade à política norte-coreana, que ainda não era considerada uma potência nuclear, mas já estava dando passos a um maior avanço, que seria consolidado no meio da década 2000, com os testes nucleares em 2006 (Kim, 2006; Norris; Kristensen, 2005; Synder, 2009).

Assim como Schelling (1966), Waltz (1981) aborda a questão da guerra preemptiva. Um ataque preemptivo é realizado visando antecipar um ataque iminente de uma nação adversária, sendo uma estratégia militar voltada para atenuar uma possível vantagem do rival sobre o governo e a população de uma nação. A nação que adota essa abordagem percebe uma ameaça militar, exigindo uma resposta rápida e eficaz para suprimir ou conter o rearmamento da outra nação e evitar sua eventual ascensão. Quando a força é usada de forma ofensiva, com

---

<sup>25</sup> A crise asiática de 1997 foi causada pela alta especulação que iniciou na Tailândia, atingindo as demais nações em desenvolvimento do sudeste da região, Indonésia, Malásia, Filipinas e Coreia (Medeiros, 1998)

<sup>26</sup> A Grande Fome (1994-1998) foi o resultado de diversas políticas adotadas durante do governo de Kim Il-Sung, com a priorização das forças armadas e desenvolvimento dos programas de mísseis e nuclear, as sanções impostas pela comunidade internacional pelo seu programa armamentista, a falha da economia planificada e uma sequência de desastres naturais que destruíram as colheitas. Como resultado, milhares de norte-coreanos morreram, intensificando o debate internacional sobre o desrespeito aos Direitos Humanos pelo governo norte-coreano. Essa má administração resultou na imposição de mais sanções internacionais à Coreia do Norte (Visentini; Pereira, 2014).

fins de conquista e segurança, pode ser conduzida de duas maneiras: preventivamente ou preemptivamente. O ataque preventivo visa eliminar ou reduzir a capacidade de retaliação do oponente, enquanto o ataque preemptivo busca derrotar o adversário antes que ele consiga desenvolver e mobilizar todo o seu potencial.

Para Waltz (1981), o principal perigo da proliferação de armas nucleares em uma nova nação é a possibilidade de comprometer um Estado que se encontra em uma situação de vulnerabilidade ou que esteja planejando um ataque, inibindo suas capacidades militares e, conseqüentemente, sua capacidade de retaliação. Em casos de nações que têm forças nucleares embrionárias, elas são destruídas por ataques preemptivos antes que possam tornar-se militarmente eficazes. A racionalidade da tomada de decisão é fundamental para que o sucesso da dissuasão seja válido.

Um ponto interessante que Waltz (1981) defende em sua obra são as quatro razões pelas quais Estados recém nuclearizados possam diminuir seus arsenais. A primeira razão está ligada a alteração das dinâmicas das corridas armamentistas convencionais quando o surgimento das armas nucleares ocorre. A lógica da dissuasão se sobrepõe em qualquer condição de competição entre os Estados e a impossibilidade de atingir sua capacidade em um primeiro ataque. Em segundo lugar, a impossibilidade de uma corrida armamentista nuclear estratégica entre duas potências menores. Ao longo de uma corrida armamentista, é presumível que as armas nucleares desaceleram a corrida e reduzem os custos militares para Estados nuclearizados. Em terceiro lugar, haverá um enfraquecimento das corridas armamentistas convencionais em caso da troca de interesses da defesa convencional para a dissuasão nuclear. As estratégias de deterência se tornam inúteis em comparação às corridas armamentistas nucleares. A última razão, atribui às corridas armamentistas a principal motivação de lutar em guerras ofensivas destinadas a aumentar a segurança nacional.

Em contrapartida, as estratégias de dissuasão são menos danosas que as estratégias de combate. As estratégias dissuasivas induzem à cautela em todos os lados e, assim, reduzem a incidência de uma guerra. Em caso de guerras travadas com a presença de armas nucleares, estratégias devem ser cuidadosamente delimitadas considerando a retaliação se ameaçarem os interesses vitais. Na hipótese de falha da dissuasão, algumas ogivas entregues criteriosamente provavelmente causarão racionalidade nas lideranças das nações envolvidas, provocando uma desescalada da proliferação (Waltz, 1981).

As nações signatárias dos organismos de controle de proliferação querem garantir que mais Estados adquiram armas nucleares. A análise de Waltz (1990), a respeito dos efeitos das armas nucleares, conclui que a política está equivocada em apoiar a proposição de que a verdadeira proliferação é desejável. Mudanças rápidas no meio internacional podem ser desestabilizadoras. A lenta propagação das armas nucleares dá aos Estados tempo para aprenderem a conviver com elas, a apreciarem as suas virtudes e a compreender os limites que impõem ao comportamento. A Coreia do Norte foi receptora de mísseis, reatores, foguetes e demais materiais importantes na formação de seu programa balístico e nuclear e hoje é contribuinte ativa no fornecimento de armamento convencional e nuclear as nações párias de igual modo consideradas ameaças nucleares (Gerardi; Plotts, 1994).

Ainda para Waltz (1990), assim como ocorreu na Península Coreana, a periferia internacional foi localidade de diversos conflitos em que as grandes potências estavam envolvidas em algum nível. Conflitos ainda ameaçam a segurança e paz na região peninsular, sendo mais um dos pontos de tensão fora da localidade das grandes potências. A probabilidade em incidir uma guerra diminui à medida que aumentam as capacidades de dissuasão e defesa. Se utilizadas de modo a respeitar as estratégias e normas, as armas nucleares podem inibir o início de guerras. A responsabilidade do Estado deve ser o parâmetro para a funcionalidade das armas nucleares.

## **2.2. EUA e Japão**

Nas décadas de 70 e 80, os EUA estavam desacreditados com a desconfiança de nações e especialistas sobre o início do programa armamentista na Coreia do Norte. A desconfiança vinha por parte das nações vizinhas, Coreia do Sul e Japão, e foi além de tudo, reportada pela CIA ao governo americano. As lideranças estadunidenses não achavam possível que uma nação de menor porte, colonizada e que tinha passado por uma guerra sem obter vitória, pudesse adquirir capacidade balística e nuclear capazes de serem utilizados com eficiência. A crença errônea dos norte-americanos foi atestada quando a CIA confirmou a presença de material nuclear em território norte-coreano em 1992. Com a descoberta de reatores de enriquecimento de urânio, a Coreia do Norte foi pressionada pelos EUA a assinar o TNP, além do acordo de salvaguardas da AIEA, assinado em 1974 (Debs; Monteiro, 2016).

A explosão da bomba de hidrogênio marca uma corrida entre as nações, EUA e URSS, para desenvolver armas maiores e melhores, além de garantir o maior arsenal em relação ao seu rival. Os EUA, na década de 1950, encabeçam um grupo de nações que objetivavam o controle das armas nucleares (Norris; Kristensen, 2006; 2013). Havia uma crença de que a nuclearização dos países pudesse causar insegurança e instabilidade no mundo, sendo necessário promover a criação de uma organização para garantir o controle da proliferação das armas nucleares. A AIEA surge no seio da ONU visando fiscalizar e controlar as nações signatárias e garantir a paz e a ordenança internacional. Na década seguinte, o TNP também foi assinado, garantindo que as nações signatárias deste tratado não desenvolvessem tecnologia nuclear e colocando o sistema de salvaguardas como verificação compulsória dos Estados Parte (Internacional Atomic Energy Agency, 1994; Brasil, 1998).

Ainda, o envolvimento estadunidense na problemática nuclear norte-coreana ocorre por meio da instalação de forças militares em território aliados, como acontece na aplicação das tropas próximas a DMZ e dos constantes exercícios militares conjuntos. Então, objetivando ser um contraponto, a Coreia do Norte arca com os custos que a obtenção das armas nucleares tem, ganhando em troca a possibilidade de garantir vantagem em um conflito. A Coreia do Norte faz uso de duas condições: a ameaça deliberada, crível e cumprida e a ameaça probabilística, manipulando os riscos que envolvem a sua utilização. Neste estágio, a possibilidade de escalada é real (Beal, 2005). Por meio da diplomacia hábil, mecanismo utilizado pelos EUA e Coreia do Sul, com as cúpulas e acordos, há contenção das capacidades norte-coreanas, dirimindo as possibilidades de gerar disputas (Schelling, 1966).

Estes aspectos da política dos EUA em relação ao constante investimento nuclear na Península, pode ser considerado como desconsideração das nações em relação às capacidades balísticas da Coreia do Norte. Diversas questões internas podem ser as causas da decisão de relegar as questões no leste asiático a segundo plano. A dissolução da URSS e a consequente finalização da Guerra Fria (1945-1989), a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o conflito no Golfo (1990-1991) e os ataques terroristas de 2001 foram o foco de atenção governamental e de energia das Forças Armadas americanas durante a transição do século. Neste período, com o auxílio da mídia, o interesse popular estava voltado ao combate ao terrorismo no Oriente Médio, depois de uma série de insucessos na Ásia, com a falha americana na Guerra Civil chinesa, a participação – indesejada – americana na Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã

(1959-1975), podem ser vistas como desejo de afastamento das questões relativas a Ásia, após a dissolução da URSS em 1991 (Beal, 2005; Norris; Kristensen, 2006).

Durante o governo de Bush (1989-1993) os EUA estavam envolvidos nas mudanças na Europa e no Oriente Médio, deixando de lado o apoio aos aliados asiáticos (Mearsheimer, 2001). A Coreia do Sul, ainda em processo de industrialização, se encontrava em um momento particular, governos ditatoriais desde a década de 1960, com períodos de instabilidade política e sensação de insegurança pela população sul-coreana. Mesmo sendo aliados, os EUA tinham má fama pelo desinteresse na problemática da Península, que acreditavam que não tinham o auxílio necessário para se defender dos norte-coreanos em caso da retomada do conflito (Debs; Monteiro, 2016).

As promessas de investimento na segurança, fornecimento de treinamento de pessoal e envios de armamentos às FACS foram cumpridos em partes e somente depois da insistência diplomática e de pedidos presidenciais aos EUA. Deste modo, houve uma perda da confiança e uma resistência ao controle nuclear estabelecido na década de 70, para fazer frente ao poder norte-coreano. A instabilidade política da Coreia do Sul pode ser um fator para o agravamento da falta de confiança. Contudo, o papel dos estadunidenses sempre foi flutuante, atingindo pontos de estagnação das relações e períodos de proximidade diplomática. Em 1991, o START I<sup>27</sup> ratifica o controle das armas nucleares em um tratado bilateral, sugerido pelo presidente a época Ronald Reagan. Os grandes idealizadores foram os EUA e a Rússia, as únicas nações com grande número de ogivas em atividade, além de se comprometer a desnuclearizar as ex-nações soviéticas. O tratado expira em 2009, após cumprir seus termos (Debs; Monteiro, 2016; Kosh, 2012; Norris, Kristensen, 2013).

A ratificação do START II aconteceu durante a presidência de Bush, em 1991, mas não obteve resultados com a saída dos EUA do Tratado de Mísseis Antibalísticos. O governo de Bill Clinton (1993-2001) mantém a política de seu antecessor em relação à Coreia do Norte, não tendo muitos incidentes com a Península Coreana. Contudo, no ano de 1994, foi descoberto que a Coreia do Norte estava realizando enriquecimento de urânio em

---

<sup>27</sup> Sigla em inglês para Strategic Arms Reduction Treaty, em tradução nossa, Tratado para a Redução de Armas Estratégica. A primeira versão deste tratado foi uma atualização de um tratado anterior, SALT (Strategic Arms Limitation Talks/Treaty), em tradução nossa, Negociações/Tratado de Limitação de Armas Estratégicas, iniciado em 1969, resultando no tratado em 1972, entre EUA e URSS. De igual forma, os tratados limitavam o número de armamento e determinavam a redução dos arsenais das nações (United States Of America; Union Of Soviet Socialist Republics, 1972). Em relação ao START, três versões do tratado foram implementadas, duas atualizações em 2002 e 2010. A partir do START I é estabelecido o controle das armas nucleares.

discordância às normas da AIEA e do TNP, resultando assim na Crise Nuclear da Coreia do Norte (1998). Concomitantemente, o governo de Clinton retoma a negociação de um novo tratado, START III Framework, em 1997, com objetivo de conter o desenvolvimento de mais armas nucleares, diminuir e destruir o número de mísseis empregados, mas a implementação das normas não é feita e, tanto a Rússia quanto dos EUA abandonaram o acordo. Em paralelo a essas negociações, o Agreed Framework entre EUA e Coreia do Norte também foi ratificado, requerendo o congelamento de seu programa nuclear em troca de investimento financeiro americano e o fornecimento de um reator para produção de energia elétrica (Beal, 2005; International Atomic Energy Agency, 1994; Koch, 2012; Nações Unidas, 1991; Norris, Kristensen, 2006; Van Ness, 2003)

Já no governo de George W. Bush (2001-2009), o posicionamento americano em relação à Coreia do Norte é de total afastamento. O foco da política externa de Bush foi o combate ao terrorismo e a Guerra ao Terror, a partir de 2003. Por essa razão é atribuída a classificação da Coreia do Norte ao grupo do ‘eixo do mal’, Irã, Iraque e Coreia do Norte, em 2002. Havia um ceticismo sobre a retomada do SALT III, no entanto, foi negociado o SORT<sup>28</sup>, ratificado em 2002, depois do 11 de setembro e antes da Guerra ao Terror (Beal, 2005). Mesmo com a assinatura do tratado e a diminuição das capacidades balísticas, os EUA continuam sendo o país que mais investe em defesa. Em 2021, investiu 754 bilhões de dólares, três vezes mais que a China, com aproximadamente 207 bilhões de dólares investidos no mesmo ano (Congressional Research Service, 2022; IISS, 2022; Kim, 2006; Van Ness, 2003).

No início do século, os EUA possuíam um arsenal de 10.577 mísseis, com uma redução de 5.627 mísseis na primeira década, se ajustando às tentativas de controle de armamentos delimitados nos tratados SALT, START e SORT (United States Of America; Russian Federation, 2002). Mesmo assim, para atingir os objetivos de impedir conflitos em regiões estratégicas ou a ascensão de um novo poder nuclear e de sua hegemonia, os EUA fazem ameaças a utilizar a força nuclear, para conter esses Estados (Norris; Kristensen, 2006, 2013). Isso pode ser visto como uma tentativa de descobrir as motivações de um Estado, enquanto a utilização desta força é uma tentativa de superar a força oposta. Para explorar a capacidade de causar dano, é necessário saber o que o adversário almeja e o que o intimida,

---

<sup>28</sup> Strategic Offensive Reductions Treaty ou Tratado de Moscou. Em tradução nossa, Tratado para Reduções de Armas Estratégicas Ofensivas.

além de entender as motivações por trás de seu comportamento. A coerção por meio do uso da força demanda que os interesses das nações opostas não sejam completamente opostos. Essa coerção demanda barganha e tentativa de encontrar melhor resultado ao oponente, do que o objetivo inicial. A violência tem mais propósito e é mais bem sucedida quando tem ameaça e não é utilizada (Schelling, 1966).

A justificativa dos EUA em fazer uso das armas nucleares em caso de utilização dos norte-coreanos pode ser considerada como uma estratégia de contenção da capacidade nuclear da Coreia do Norte, o uso da destruição mútua assegurada (MAD) foi a solução encontrada pelos norte-americanos em conter os avanços no campo nuclear. Não foi a primeira vez que foi feita uma ameaça de utilizar suas capacidades. A credibilidade da Coreia do Norte estava manchada, então os EUA ameaçam utilizar suas capacidades no controle da crise nuclear norte-coreana em 1994. E assim como os americanos, os norte-coreanos estavam implementando uma política racional ao dar continuidade ao seu programa nuclear baseado nas políticas e ideologias (Norris, Kristensen, 2005; 2006; 2013). Neste cenário, o paradoxo da dissuasão é observado, no qual se faz uma ameaça do uso da força contra alguém, contudo também têm reflexos sobre quem faz a ameaça, tornando a ameaça fidedigna. Por meio de uma doutrina apropriada, as armas nucleares podem permitir aproximar-se do ideal defensivo-dissuasivo, condição que faria diminuir as possibilidades de guerra. Evidenciar a capacidade destrutiva das armas nucleares ofusca os benefícios que elas prometem aos Estados que tentam coexistir num mundo de autoajuda, assim como a Coreia do Norte faz (Schelling, 1966; Waltz, 1981).

Com o final da Guerra Fria, a OTAN perde força e estagna. Sendo os EUA a potência global da organização, as nações europeias, que antes estavam submetidas ao comando estadunidense, buscavam independência e o desenvolvimento de seus próprios meios de segurança e defesa, visto que já estavam livres da ameaça comunista em 1989. Isso se pode dizer da presença norte-americana e ascensão chinesa na Ásia Oriental, em que há uma tendência, não apenas japonesa, mas também das demais nações, a buscarem uma pacificidade longe de um ator influente, mesmo sendo da natureza das potências, tais quais EUA e China. Com esse cenário de apaziguamento das tensões globais, as nações da região demonstram uma preferência ao alinhamento com os EUA (Mearsheimer, 2001; 2010).

A política americana para a contenção do poder nuclear da Península Coreana segue o argumento da estratégia *sticks and carrots*<sup>29</sup>, que no contexto da Coreia do Norte foi usado de modo diferente da aplicação na Coreia do Sul. No caso da Coreia do Norte, os EUA fizeram uso da estratégia *stick*, pois o comportamento diplomático norte-americano é manifesto por meio de ameaças de aplicação de sanções e, depois, na cessação no fornecimento do auxílio prestado pelo governo estadunidense. No caso sul-coreano, os EUA fazem aplicação da estratégia *carrot*, quando faz com que a Coreia do Sul pare com o desenvolvimento de seu programa nuclear se tornando signatária da AIEA, e aderindo ao TNP e ao Acordo de Salvaguardas, em troca da proteção local garantida pelas forças militares americanas. É possível ver que a resposta norte-americana é distinta, dependendo do alinhamento ideológico e diplomático com a nação que recebe o ultimato (Beal, 2005; Kim, 2006; Debs; Monteiro, 2016).

Aliado estratégico dos estadunidenses, o Japão é o foco do interesse dos EUA pelo seu posicionamento estratégico, localizado próximo de bases militares norte-americanas no continente, em Guam, nas Filipinas e na Coreia do Sul. Das cinco nações envolvidas – EUA, Rússia, China, Coreia do Sul, e Japão – os japoneses seriam aqueles mais beneficiados pelos constantes testes nucleares da Coreia do Norte. Todas as lideranças globais se prejudicam com a nuclearização da nação, inclusive o Japão. A razão por trás da vantagem em relação às demais nações, não se dá pelas capacidades que possui, mas pela posição de vulnerabilidade, visto que a maioria dos mísseis e foguetes podem alcançar as ilhas japonesas. Em caso de abandono do compromisso norte-americano com o Japão e a saída das forças armadas americanas, é provável que o Japão desenvolva seu próprio programa nuclear para combater os avanços da Coreia do Norte. É pouco provável que a Coreia do Norte lance na parte sul ou para a costa oeste dos EUA, sendo então o Japão o alvo mais fácil, tanto pelo período histórico, mas principalmente para deixar claro aos americanos sobre a extensão de suas capacidades. Então, seguindo a lógica da dissuasão, é muito provável que para sua defesa, o Japão tenha permissão das nações para o desenvolvimento de suas próprias armas nucleares (Schelling, 1966; Zhang, 2006)

Entretanto, dificuldades relacionadas à história entre as nações são obstáculo para estabelecer diálogos referentes ao período colonial enfrentado pelas Coreias. O não reconhecimento das questões imperialistas do Japão dificulta as relações diplomáticas entre as

---

<sup>29</sup> Ou, em português, bastões e cenouras.

duas nações. A falta de reconhecimento dos abusos realizados durante a colonização da Península, em especial às mulheres e crianças forçadas a servirem a militares de alta patente do exército imperial japonês, não são bem-vistos pela população da Coreia do Sul e foram a motivação central para a classificação dos japoneses como inimigos do povo norte-coreano (Ramaj, 2022). Além da não confissão dos crimes, a Coreia do Sul disputa uma ilha no mar territorial com o Japão. Os Rochedos de Liancourt – ilha de Dokdo, para os sul-coreanos e Takeshima para os japoneses – foram anexados pelo Império japonês anteriormente à invasão e colonização da Península, mas são reclamados pelo governo da Coreia do Sul como parte oficial de seu território e atravancando diversas negociações entre as duas nações (Bukh, 2016).

Atualmente, as diferenças entre a Coreia do Sul e o Japão estão relacionadas às questões históricas e geográficas, não envolvendo o emprego de forças militares. Mesmo que as nações sejam potências em diversas esferas, o histórico compartilhado ainda é tratado com delicadeza e é motivo de choques diplomáticos. Com o acordo de reconciliação do Império japonês, há uma resistência popular no reconhecimento da violência prestada a essa camada populacional (Beal, 2005; Ramaj, 2022; Ushiyama, 2021). Entre nações conflitantes, como a Coreia do Sul e Coreia do Norte, a chance de guerra é maior. Em conjunturas em que a negociação é unilateral e o potencial de violência é real, ainda é possível atingir sucesso nas negociações. Em caso de não satisfação com a vitória de seu oponente, pode ser usada a capacidade de ferir. A ação militar sempre foi vista como uma alternativa à barganha e não parte do processo da barganha. A geografia e a tecnologia da guerra auxiliam a manutenção da violência coercitiva em uma guerra entre potências desiguais. É improvável que a situação entre a Coreia do Sul e o Japão escale uma guerra total, contudo a apreensão japonesa ao investimento nuclear da Coreia do Norte é fomento para uma autonomia da segurança e defesa japonesa para evitar avanços norte-coreanos, aéreos e marítimos (Schelling, 1966; Zhang, 2006).

As Forças Armadas do Japão são utilizadas para a defesa interna desde 1945. Mesmo com as capacidades científicas das indústrias japonesas e econômicas, o desenvolvimento de um exército capaz de fazer frente aos norte-coreanos e chineses é mínima, tanto devido ao tamanho da população quanto pelo tamanho de seu território (Zhang, 2006). Mearsheimer em *The Future of the American Pacifier* classifica o Japão similar ao Reino Unido por sua posição geográfica, cercada pelo mar (Mearsheimer, 2001). A China também é um

impedimento às tentativas de robustez da segurança nacional, com a hesitação chinesa em estabelecer um discurso mais firme, em desacordo ou a favor do programa nuclear da Coreia do Norte. Em caso de posicionamento favorável da China, é provável que a presença americana seja constante na região, justificando e validando o desenvolvimento de armas nucleares japonesas (Zhang, 2006; Norris; Kristensen, 2006).

Esforços para garantir mais espaço no continente têm sido feitos em conjunto com a Coreia do Sul e o Japão. Em 1974, após demandas do presidente sul-coreano, foi implementado o *Team Spirit*, exercício militar conjunto entre as forças armadas sul-coreanas e norte-americanas para treinamento das forças armadas localizadas na base americana da Coreia do Sul, objetivando maior especialização dos soldados combatentes e instruções para uso de armamentos e de comando de veículos. Esse treinamento se estendeu até 1993, no mandato de Clinton, e o início das retiradas das tropas americanas foi feito após mudanças na política externa. A preocupação americana com o desenvolvimento nuclear da Coreia do Sul foi uma das motivações para o início das atividades conjuntas entre as forças militares (Kwak, 1995; Debs, Monteiro; 2016).

Mesmo com as atenções norte-americanas voltadas às questões centrais da política externa durante o governo de George W. Bush e Obama, a ascensão da China acende o alerta para o papel dos EUA na Ásia Oriental, local onde diversos atores aliados importantes dos EUA estão localizados. A dificuldade em garantir mais espaço na região depende da evolução econômica e militar da China e do avanço do seu programa nuclear, iniciado em meados da década de 50 (Norris; Kristensen, 2006; 2013). Schelling (1966) deixa uma reflexão sobre a possibilidade de os EUA tomarem ações que apresentam risco de desencadear uma guerra ou a um conflito de grandes proporções. As constantes ameaças de uso de armas nucleares para conter conflitos internacionais foram muito utilizadas por diversos presidentes americanos, em especial em dois momentos, na Guerra da Coreia e na crise nuclear norte-coreana nos anos 90 (Norris; Kristensen, 2006). De certa forma elas surtiram efeito e reprimem as forças nucleares adversárias, concluindo que as ameaças de dissuasão são críveis (Mearsheimer, 2001). O papel dos Estado Unidos é essencial para entender a problemática na Península e sua parceria com o Japão no nordeste asiático, com efeitos na sua presença no continente.

### 2.3. China e Rússia

Tanto a China quanto a Rússia, assim como mencionado no contexto histórico da Península Coreana, foram os maiores parceiros da Coreia do Norte quando se pensa em apoio ao regime e manutenção dos Estados ao longo dos 76 anos da nação. A origem do programa nuclear (1970) da Coreia do Norte foi estabelecida em sigilo das demais nações do globo, inclusive, suas reais motivações foram mantidas em segredo a seus parceiros históricos. Na década de 80, por não estarem diplomaticamente próximos – a URSS estava passando pela transição governamental e a China retomava relações com os EUA e Coreia do Sul – questões referentes às políticas internas norte-coreanas aos governos chinês e soviético eram desconhecidas. Com a revelação que a Coreia do Norte tinha de fato iniciado um programa nuclear com objetivos de abastecer o arsenal das forças armadas, a China e a Rússia se manifestaram contra as tentativas de nuclearização. O posicionamento atual é verificado mais a frente, porém é certo que a situação na década era de instabilidade e desconfiança das nações, inclusive das nações aliadas (Mikheev, 1991; Dhawan, 2013)

Parte da razão pela qual a China e Rússia desaprovam o desenvolvimento nuclear norte-coreano se dá pelo temor da ocorrência de uma guerra que irá acarretar o uso de armas nucleares. Schelling (1966) pontua aquilo que era o grande temor das grandes potências, o medo da destruição em massa, observada no Japão em 1945. A guerra tem poder destrutivo, deixando de ser um instrumento nacional, quando o poder nuclear é usado como arma militar, sendo suficiente para minar a espécie. As armas nucleares são mais devastadoras do que qualquer outra arma. Elas são mais rápidas e mais eficientes que ataques militares convencionais. No caso soviético, o medo da propagação e utilização das armas estava relacionado aos acontecimentos da Guerra Fria. Em relação à China, o medo de perda de influência regional era uma das justificativas para a desaprovação do programa nuclear norte-coreano (Zhang, 2006).

A China é a maior prejudicada na nuclearização da Coreia do Norte. O desenvolvimento nuclear da nação foi visto com desconfiança pelo governo chinês. Os interesses da China são prejudicados com a nuclearização da Coreia do Norte em diversos sentidos, em especial a sua imagem de protetor da humanidade. Por ser parceiro diplomático da Coreia do Norte, seu envolvimento não é bem-visto internacionalmente, podendo perder a confiança e o respeito sobre as nações do leste asiático relevantes para a manutenção dos

propósitos governamentais da China. A falta de apoio internacional à Coreia do Norte na defesa de seu programa é, de igual modo, malvista pelas lideranças norte-coreanas, que podem considerar a falta de posicionamento como um posicionamento público sobre sua oposição, inclusive uma rejeição do regime da família Kim. Essa ambiguidade gera instabilidade, já que com o constante avanço no campo nuclear norte-coreano, o Japão e a Coreia do Sul teriam justificativas plausíveis para a construção de seu próprio arsenal, contando com o auxílio dos EUA (Zhang, 2006).

A posição de ambiguidade ainda persiste em relação às políticas de defesa norte-coreanas, causando um mal-estar nas Organizações Internacionais, contudo não se compromete manifestando aprovação a nuclearização da Península. Por este motivo, as motivações chinesas não são claras a respeito dos interesses por trás da sua posição (Zhang, 2006). Um fator que pode ser explicado é o Tratado de Amizade ratificado em 1961 pela China e Coreia do Norte, garantindo diversos pontos que fortalecem o princípio de cooperação e não intervenção (China; Coreia do Norte; 1961). Os artigos II e III pontuam acerca da proteção mútua em caso de ataque e proíbe uma aliança que prejudique a outra parte, respectivamente. O preâmbulo nitidamente menciona:

[...] conforme o Marxismo-Leninismo e o princípio do internacionalismo proletário, e com base no respeito mútuo pela soberania estatal e integridade territorial, na não-agressão mútua, na não-interferência nos assuntos internos de cada um, na igualdade e benefício mútuo, e na ajuda e apoio mútuos, fazer todos os esforços para fortalecer e desenvolver ainda mais as relações fraternas de amizade, cooperação e assistência mútua [...] (China; Coreia do Norte, 1961).<sup>30</sup>

Para manter certa vantagem, a China iniciou seu próprio programa nuclear, sendo justificado pela questão em Taiwan em 1949. No ataque em questão, os nacionalistas de Taiwan fizeram de refém as forças comunistas da China, no período final da Guerra Civil Chinesa. Visando conter o exército nacionalista, a China bombardeia a ilha de Quemói. No meio da crise, o presidente Eisenhower encontrou um impasse, permitindo ou não a perda das ilhas de Quemói e Matsu. Inclusive, os EUA consideraram o uso de armamento nuclear para encerrar o confronto em Quemói e manter o status quo favorável aos estadunidenses. Com a vitória favorável aos chineses, a confiança com os norte-americanos seria estabelecida com

---

<sup>30</sup> No original "[...] in accordance with Marxism-Leninism and the principle of proletarian internationalism and on the basis of mutual respect for state sovereignty and territorial integrity, mutual non-aggression, non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit, and mutual assistance and support, to make every effort to further strengthen and develop the fraternal relations of friendship, co-operation and mutual assistance [...]".

abertura para relações diplomáticas. Neste caso, Taiwan perderia o comprometimento dos EUA e deflagrou um desequilíbrio das forças nucleares globais (Norris; Kristensen, 2006; 2013).

Então, depois deste episódio e do constante posicionamento da política americana em conflitos globais, ameaçando o emprego de armas nucleares para conter guerras, a China se sente impelida a iniciar um programa em 1955, depois da atuação do presidente Eisenhower na questão taiwanesa. Em 1964, a nação já garantia um programa nuclear relevante e em 2013, a China já tinha produzido cerca de 610 armas nucleares. Os números oficiais não são informados pelo governo chinês, mas são aproximados, levando em conta os testes, sinólogos e observadores da questão nuclear da China e fotos dos complexos nucleares tiradas por satélites (Norris; Kristensen, 2006; 2013).

O fim da Guerra Fria é o ponto de virada nas relações na Península Coreana para a China. Em 1970 as relações entre EUA e China são retomadas, o que desagradou à Coreia do Norte, tendo em vista a classificação interna dos EUA como inimigos do povo e da nação. As questões diplomáticas relacionadas à China e à Coreia do Sul no final da Guerra Fria também são exemplos da abertura chinesa ao exterior. As relações sino-sul-coreanas são voltadas à cooperação industrial e tecno-científica devido ao avanço econômico e industrial das duas nações. Há uma tímida concordância no campo da segurança regional, com a China defendendo a paz e a segurança regional e a Coreia do Sul sendo mais efusiva em relação à nuclearização da Península (Fang; Xin, 2013; Dhawan, 2013).

A desconfiança da Coreia do Norte em relação à presença militar dos EUA na Península Coreana remonta à Guerra da Coreia, o que impulsionou o regime norte-coreano a buscar proteção militar da URSS. Em 1961, como parte dessa estratégia, a Coreia do Norte assinou um acordo de proteção com os soviéticos, visando garantir acesso a armamento convencional e nuclear e aumentar a segurança diante da superioridade militar dos EUA. Sendo embasados pelo Tratado de Aliança sobre Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, ratificados em conjunto com a URSS e a China colocavam a Coreia do Norte sob o guarda-chuva nuclear soviético (Coreia do Norte; União Soviética, 1961; Kim, 2006; Mansourov, 1995).

Após a década de 1980, a Coreia do Norte começou a se afastar tanto da China quanto da URSS/Rússia por motivos políticos. A retomada das relações diplomáticas entre a China e

a Coreia do Sul, assim como o estreitamento de laços entre a Rússia e o sul-coreano, desagradaram profundamente à liderança norte-coreana (Bermudez Jr., 1999). No caso da Rússia, as reformas de Gorbachev também geraram resistência, especialmente devido à abertura da nação ao resto do mundo, o que não era bem-visto por Pyongyang. Esse afastamento da Coreia do Norte da Rússia começou antes mesmo do colapso da URSS e se intensificou após a aquisição de mísseis soviéticos convencionais na década de 1970, durante a liderança de Leonid Brezhnev. A adoção da política de *Zuche* também desempenhou um papel crucial nesse processo, pois promoveu o isolamento da Coreia do Norte<sup>31</sup> de seus antigos aliados, reafirmando sua independência política e estratégica (Mikheev, 1991).

A mudança política de transição em 1989 foi o auge do desgaste das relações norte-coreanas com a ex-URSS. As políticas implementadas por Gorbachev, em especial a *Glasnost*, com foco na abertura da Rússia para mercados externos, foram muito criticadas pela família Kim. É ainda notável que essa abertura levou a uma desconstrução do ideal Marxista-leninista, defendido e utilizado como ponto de semelhança entre a Coreia do Norte e a nação mãe. O afastamento foi inevitável, considerando as mudanças políticas em relação aos movimentos políticos e a defesa nacional e regional. Em 2013 a Rússia possuía cerca de 55 mil armas nucleares que tinham sido produzidas desde a URSS, em torno de 8 mil armas intactas, cerca de 4 mil em utilização e outras 4 mil esperando desintegração. Entretanto, com os acordos bilaterais assinados juntamente com os EUA – SALT, START e SORT – além do Tratado INF<sup>32</sup>, a nação tem se comprometido a diminuir os armamentos nucleares visando a segurança e paz global (Armstrong, 2013; Mikheev, 1991; Norris; Kristensen, 2013; United States Of America; Russian Federation, 2002).

A saída de Nikita Krushev em 1964 foi o marco para a retomada das relações soviético-norte-coreanas. Então, a partir disto, a proximidade levou à retomada dos acordos bilaterais, favorecendo o envio de armamentos da URSS à Coreia do Norte. A URSS ainda foi a responsável por fornecer foguetes à Coreia do Norte e introduzir eventualmente a nação no meio de tecnologia nuclear. O marco para o início das contribuições foi entre os anos de 1960 e 1979, com o fornecimento de mísseis tipo SAM (Míssil Superfície-Ar) e pelo sistema V-75

---

<sup>31</sup> Ver capítulo 1, subtópico 1.3, sobre explicação da política de Zuche.

<sup>32</sup> O Tratado INF (Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário) assinado em 1987, foi de igual modo um acordo bilateral objetivando a diminuição das capacidades nucleares das duas potências e a eliminação dos mísseis empregados na Europa durante a Guerra Fria (United States Department Of State, 1987).

Dvina (SA-2a GUIDELINE)<sup>33</sup> também do tipo SAM. No campo dos foguetes, o 3R10 Luna-2 (FROG-5), que comporta um foguete de artilharia, foi enviado aos norte-coreanos. Durante esta década, a Coreia do Norte recebeu esses armamentos da URSS, mas não abandonou o interesse em armamento nuclear, iniciado ainda durante a Guerra da Coreia, com pesquisas lideradas por norte-coreanos e chineses em materiais radioativos na península (Bermudez Jr., 1999; Mansourov, 1995).

O interessante é que a China, em 1952, ainda durante a Guerra da Coreia, enviou um físico nuclear, Dr. Wang Gaochang, para coletar materiais radioativos, indicando a existência de recursos minerais que podiam ser usados em usinas e reatores, como depois descoberto pela presença de urânio e grafite. Ainda nos anos 60, a China fornece sua parte no desenvolvimento local, enviando mais mísseis, HQ-1 e HQ-2, também tipo SAM, sendo o HQ-1 uma versão da engenharia reversa do SA-2, originária da URSS (Bermudez Jr., 1999; Mansourov, 1995). Diversos avanços nucleares prezados pela política de *Songun* foram apoiados pela China e URSS. Deste modo, é possível ver que o andamento do arsenal da Coreia do Norte foi provido pelas nações aliadas, mesmo que o esfriamento diplomático e as tensões culminaram nos diferentes momentos das relações entre os Estados.

#### **2.4. Adesão e rejeição do TNP pela Coreia do Norte**

Assim como mencionado no ponto anterior, a URSS foi a primeira nação a enviar um reator nuclear à Coreia do Norte ainda na década de 60. A compra dos reatores veio depois da promessa de Kim Il-Sung que o reator teria objetivo de pesquisa no campo de desenvolvimento da ciência e engenharia nacional. Neste primeiro período, os reatores controlados pela Coreia do Norte eram moderados por grafite, geralmente usados com propósito de pesquisa, para geração de energia elétrica. Acordos bilaterais foram assinados para firmar o comprometimento da Coreia do Norte na manutenção da segurança e paz regionais (Carrel-Billiard; Wing, 2010). O Acordo de Uso Pacífico de Energia Nuclear entre a URSS e a Coreia do Norte atesta que o governo norte-coreano deveria fazer uso do reator para

---

<sup>33</sup> O míssil possui o nome V-75 na classificação soviética, contudo o nome SA-2a GUIDELINE é a designação que a OTAN se refere ao mesmo armamento (Bermudez Jr., 1999).

a produção de energia nuclear<sup>34</sup>. O Tratado Sino-Soviético de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, com participação norte-coreana, é assinado em 1961 e deixa de vigorar em 1991 (Mansourov, 1995).

Havia um grande incentivo internacional para a desnuclearização norte-coreana e para a unificação das duas nações. Foi possível ver também que as relações diplomáticas das duas Coreias causaram amistosidade entre si, como foi com a declaração conjunta em 1992. A Declaração Conjunta da Coreia do Sul e da Coreia do Norte sobre a Desnuclearização da Península Coreana, fortaleceu o compromisso das Coreias na contenção das armas para evitar catástrofes causadas pelo uso das armas nucleares indevidamente (Democratic People's Republic Of Korea; Republic Of Korea, 1992). Os artigos reforçam o desejo de diminuir as forças nucleares e apenas desenvolver energia nuclear para propósitos pacíficos. No documento era explicitado o não enriquecimento de urânio e não possuir reatores de reprocessamento nuclear. A criação de uma Comissão Conjunta Sul-Norte de Controle Nuclear também foi programada, contudo, acabou não operando pelas dificuldades de acesso para inspeção da AIEA e pela sua subsequente saída da organização. Mesmo com os mecanismos de controle de repressão e do fechamento das suas instalações, a Coreia do Norte segue com o reprocessamento de plutônio e com o enriquecimento de urânio (Albright, 1994; Carrel-Billiard; Wing, 2010; Zhang, 2006).

O desenvolvimento balístico e a presença do primeiro reator nuclear norte-coreano foram verificados pela CIA através da evolução do armamento e fotos de satélites reportados pelo NIA (Departamento de Inteligência Nacional), DIA (Defesa de Inteligência) e IMINT (Inteligência em Imagens). Os testes são feitos no subterrâneo e deste modo os abalos sísmicos também são usados para verificar a ocorrência dos testes realizados pela nação. Era defendida a tese de que a Coreia do Norte demoraria a avançar no campo da tecnologia nuclear. Nas décadas de 1980 e 1990, a CIA relatou algumas vezes que a Coreia do Norte seria incapaz de avançar seu programa de modo suficiente a ultrapassar grandes nações detentoras do poder nuclear. Com a descoberta do programa da Coreia do Norte, os EUA assumem o papel de conciliador durante a tensão na Península e iniciam um processo de

---

<sup>34</sup> Este fato foi pontuado no artigo de Mansourov (1995). A referência no artigo em questão a essa informação está em russo, contudo nenhuma outra informação foi encontrada sobre esse acordo. Levando em consideração que outras nações também assinaram acordos bilaterais homônimos entre si para uso pacífico das suas capacidades nucleares (a exemplo da China e EUA e Coreia do Sul e EUA), o comprometimento da URSS com a redução do poder nuclear das nações, não sendo do seu interesse a ocorrência de um conflito nuclear no leste asiático, o caráter do envio do reator ser para pesquisa científica e o envio desse equipamento ter sido feito através do mercado negro, a probabilidade da existência deste acordo é real.

negociação para conter a evolução do programa, assim como evitar precedentes na AIEA. Contudo, de todo modo, a Coreia do Norte conseguiu avançar além das expectativas internacionais depois da virada do século (Debs; Monteiro, 2016; Norris; Kristensen, 2005; 2013; Zhang, 2007).

O avanço de seu poder nuclear foi conquistado na década de 1990, através do Paquistão<sup>35</sup>, que forneceu equipamento suficiente para a realização do enriquecimento de urânio. Esse desenvolvimento garantiu que a Coreia do Norte avançasse mais agilmente na tecnologia do reprocessamento de plutônio, contando com novos reatores vendidos pelo Paquistão. Considerando que a Coreia do Norte ainda estava atrelada a AIEA e ao TNP, a nação adquiriu reatores e desenvolveu essas capacidades de forma sigilosa para evitar mais sanções e atenção internacional, demonstrando, mesmo que erroneamente, alinhamento às normas internacionais e comprometida com a manutenção da segurança na Península e uso pacífico de energia nuclear (Cha; Kang, 2018). Uma das razões para a continuidade do programa nuclear norte-coreano é a possibilidade de extensão das capacidades nucleares para além da política de *Songun*. As armas convencionais e nucleares da Coreia do Norte são, para coerção e eventualmente para a dissuasão, essenciais para a diplomacia nacional, em especial consolidar as lideranças de Kim Jong Il e Kim Jong Un, por meio dos testes nucleares realizados em 2006, 2009 e 2013 (Norris; Kristensen, 2005)

As sanções internacionais foram a motivação da Coreia do Norte para negociar com a Coreia do Sul e com os EUA quando há um reconhecimento internacional sobre a capacidade de nuclearização e a existência de um programa incipiente. É importante mencionar que mesmo que os EUA não tivessem conhecimento do início do programa nuclear, a Coreia do Norte foi convencida a participar da AIEA, pois essa já tinha conhecimento do programa nuclear em desenvolvimento. Então, em 1974, a Coreia do Norte assinou o tratado da Agência e concordou com a submissão da nação às normas internacionais, inclusive a realizar inspeções periódicas nas instalações. Inicialmente foi acordado que representantes seriam enviados à Coreia do Norte para relatar as condições de funcionamento do programa (Carrel-Billiard; Wing, 2010; Cha; Kang, 2018).

---

<sup>35</sup> A título de curiosidade, o Paquistão inicia seu programa nuclear com ajustes para a implosão de uma bomba de fissão HEU (high enriched uranium – urânio altamente enriquecido), com informações para manipulação fornecidas pela China ao cientista Abdul Qadeer Khan. O teste nuclear da derivação desta bomba foi realizado em 1998 sob o nome de Lop Nor, com força de 10-12 kt (Norris; Kristensen, 2011). O podcast Whistleblowers no episódio ‘The Nuclear Bomb Whistleblower’ relata como Khan, infiltrado na Holanda, realizou pesquisas laboratoriais em enriquecimento de urânio. A Coreia do Norte foi uma das beneficiadas pelos reatores produzidos pelo Paquistão (Whistleblowers, 2022).

A Coreia do Norte, impelida pela URSS, ratificou o TNP em 1985, o que inicialmente foi visto como um alívio, pois se acreditava que isso marcaria o fim de sua condição de nação nuclear. No entanto, os relatórios do grupo de inspeção revelaram divergências no inventário nuclear apresentado pela Coreia do Norte no Acordo de Salvaguardas, o que gerou um desgaste nas relações entre o país e a AIEA, comprometendo a confiança internacional. A Coreia do Norte recusava o acesso direto a seus reatores, o que agravava ainda mais a desconfiança internacional em relação ao encerramento de seu programa (Beal, 2005; Robinson, 2007). Schelling (1966) pontua que mesmo verificando os riscos, a decisão de entrar em um conflito é estabelecida em forma incerta, sem considerar as capacidades militares e balísticas do adversário. Crises assim são imprevisíveis, já que as partes não têm controle dos eventos. Todas as decisões visam aumentar ou diminuir os perigos e riscos.

Por outro lado, o país também nutria uma crescente insatisfação em relação às contínuas exigências de inspeção da AIEA. Os inspetores da agência suspeitavam da existência de reatores de reprocessamento de plutônio ativos em Yongbyon, o que seria confirmado mais tarde. Em 1993, a Coreia do Norte ameaçou retirar-se do TNP devido às frequentes solicitações de fiscalização das suas instalações, mas foi persuadida pelos EUA a permanecer no tratado. Ainda assim, em 1994<sup>36</sup>, o país decidiu se desvincular oficialmente da AIEA, expulsando os inspetores, alegando falta de confiança nas nações envolvidas e descontentamento com as exigências da agência. Logo após a sua saída da AIEA, a Coreia do Norte retomou as operações de seu reator de 5 MWe<sup>37</sup> (Albright, 1994; Carrel-Billiard; Wing, 2010; Choi, 1999; Mansourov, 1995).

Ainda visando conter o desenvolvimento nuclear, foi assinado o Agreed Framework em 1994 depois de uma série de entraves nas relações americanas com a Coreia do Norte. Tinha como objetivo de congelar os reatores norte-coreanos em troca do fornecimento de dois reatores de água leve – light water reactor (LWR) – de 1.000 MWt<sup>38</sup> para geração de energia

---

<sup>36</sup> É importante mencionar que neste mesmo ano, o líder Kim Il Sung faleceu, deixando seu filho, Kim Jong Il como o líder e presidente do Partido dos Trabalhadores da Coreia. Sua liderança era controversa para alguns membros do alto escalão do PTC. A maioria dos representantes partidários duvidavam da sua capacidade de liderança da nação, não sendo considerado apropriado para a posição em comparação a figura revolucionária e patriarcal que Il Sung manifestava. Devido à hereditariedade na liderança da nação e a permanência do partido, a Coreia do Norte mantém as diretrizes em relação ao Zuche e a Songun. Ver Capítulo All in the Family, no livro *The Sister* de Lee Sung-Yoon (2023).

<sup>37</sup> MWe é equivalente a megawatts elétricos, ou seja, os reatores da Coreia do Norte de enriquecimento de urânio produziam 5 MW em energia elétrica (Mansourov, 1995).

<sup>38</sup> MWt é equivalente a megawatts térmicos, isto é, os LWR fornecidos pelos EUA geram 1.000 MW de calor (Mansourov, 1995).

elétrica e combustíveis pesados para compensação pela descontinuidade dos reatores à base de grafite (Mansourov, 1995). O financiamento destes reatores seria feito por meio de um consórcio, como pontuado no artigo 1 do texto do Acordo. Com Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e União Europeia, a Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana foi implementada para fornecer auxílio operacional e financeiro (International Atomic Energy Agency, 1994). O encerramento dos exercícios militares conjuntos entre Coreia do Sul e EUA pelo *Team Spirit* foram igualmente realizados como demonstração do compromisso governamental estadunidense com o governo norte-coreano, que se considerava ameaçado pela atuação conjunta das duas nações (Denisov, 1996). Assim como os demais acordos, é feito um apelo à motivação primária, a manutenção da segurança e paz em uma Península desnuclearizada (Mansourov, 1995).

O andamento do Acordo não teve o resultado esperado. A Coreia do Norte acusou os EUA de não cumprir com as disposições acordadas, com entrega parcial dos equipamentos e combustíveis alternativos prometidos pela nação para suprir com o desfalque causado pela desintegração de seus reatores, dando assim continuidade a nuclearização pré-adesão à AIEA. Os EUA, vendo que a Coreia do Norte dava continuidade ao investimento em seu programa nuclear, agora majoritariamente ao nível de enriquecimento de urânio, abandonou o acordo, sendo eventualmente encerrado com a saída dos EUA em 2003 (Carrel-Billiard; Wing, 2010). Os constantes desacordos com as potências globais a respeito de seu programa nuclear e a ascendência do seu programa nuclear depois da aquisição de novos reatores fornecidos pelo Paquistão, a permanência da Coreia do Norte no TNP ia na direção contrária às ambições das políticas militares do governo de Kim. Portanto, a saída da Coreia do Norte do Tratado de Não Proliferação em 2003 não foi total surpresa para os países membros do acordo, mesmo com as diversas tentativas de restringir a nuclearização por meio de negociações diplomáticas multilaterais. A Six-Party Talks inicia logo quando a Coreia do Norte abandona o TNP. Visando mais abertura diplomática e aumentar o nível de confiança e credibilidade em relação ao ocidente (Albright, 1994; Carrel-Billiard; Wing, 2010). Esta discussão será retomada no ponto 3.2.

A manutenção das armas nucleares pela Coreia do Norte é por três principais motivos. O primeiro é cumprir com as necessidades nacionais, visando melhorar a economia e diminuir a pobreza. A segunda está relacionada aos ganhos adquiridos pela aquisição do poder nuclear, como a capacidade de atrair a atenção dos EUA. A terceira razão é para proteção territorial e

ampliar a sua defesa. Como já mencionado, os ataques terroristas de 2001 levaram a categorização das nações consideradas como párias ao grupo chamado de ‘eixo do mal’ pelo presidente Bush. Na visão dos americanos, são dois os motivos para essa tal classificação: a quebra de confiança dos norte-coreanos pelo não cumprimento dos acordos, e por considerar o comportamento de deslealdade aos acordos como parâmetro de reação do governo norte-coreano (Cha; Kang, 2018). Os sinais demonstrados pela Coreia do Norte em sua política externa são de reciprocidade com os EUA, esperando que suas demandas de garantias da segurança estatal sejam cumpridas antes da desmantelarem de seu programa nuclear. Contudo, para suprir as necessidades de segurança da Coreia do Norte, os EUA precisam de uma garantia real da destruição de seu armamento. Essa situação causa um impasse, impedindo o avanço das negociações de desnuclearização da Península (Yoon, 2011; Zhang, 2006).

É notório que os EUA tentam defender sua influência, não apenas frente à tecnologia nuclear da Coreia do Norte, mas também contra a força emergente chinesa, que no pós-Guerra Fria crescia rapidamente na economia e se mostrava como rival da presença norte-americana na Ásia. A crise nuclear da Coreia do Norte não se caracterizou como um episódio extremo, contudo as tentativas de conter uma nação que explora armas nucleares eram vistas como um dever nacional (Fang; Xin, 2013; Cha; Kang, 2018). Nesse contexto, queria estabelecer proteção das ameaças relativas ao uso indevido do poder nuclear, utilizando como estratégia a coerção. Isso exigia a implementação de armadilhas estratégicas, capazes de operar em situações de imprevisibilidade (Schelling, 1966).

Schelling (1966) levanta alguns questionamentos interessantes em relação à proliferação das armas nucleares, mas que para ser coerente com o propósito deste estudo serão adaptadas e respondidas ao longo do próximo capítulo. Há perigo de ocorrência de uma guerra que armas nucleares serão empregadas? Qual é a estratégia em caso de presença real da ameaça nuclear? Quais são os riscos e intenções considerados para a realização da barganha, trégua e retirada ou pausa? As guerras nucleares demandam extensa deliberação para terem início, como a aplicação de recursos e a consideração das capacidades do adversário. Sem a estratégia apropriada as consequências podem ser generalizadas.

### **CAPÍTULO 3. JOGO DE PODER NA PENÍNSULA**

Ao longo do terceiro capítulo, o objetivo central será a abordagem prática no contexto temporal proposto, reforçando o último ponto do capítulo anterior, com a quebra e saída do TNP pela Coreia do Norte e quais foram os desdobramentos resultantes do abandono da vinculação e das constantes violações das normas internacionais, considerado possivelmente um precedente para demais nações que almejam a nuclearização. A importância do programa armamentista da Coreia do Norte é equivalente à importância do programa nuclear. Os dois programas cumprem as motivações da ideologia de *Zuche* e da política de *Songun*, reforçando os ideais nacionais.

Deste modo, com a dissolução da URSS, os EUA mudam os interesses políticos e econômicos e a prioridade da política externa americana se torna a guerra ao terrorismo. Por outro lado, a ascensão da China modifica as relações com as demais nações asiáticas, tendo mais proximidade com aquelas análogas ao molde ideológico. O avanço econômico da nação também é motivo para maior proximidade das nações aliadas aos EUA, como na Coreia do Sul, aliada histórica dos EUA. Neste sentido, é importante avaliar o papel político e militar das duas nações na problemática nuclear da Península, e os interesses internos das duas Coreias, levando em conta as mudanças diplomáticas do século XXI.

#### **3.1. Coreia do Norte contra Coreia do Sul: arsenal balístico e nuclear**

Conforme indicado no item 2.4, a Coreia do Norte começou sua busca por armas nucleares durante a Guerra da Coreia, em 1952, realizando estudos sobre os recursos disponíveis no país para encontrar materiais radioativos, com o apoio da China. Contudo, o primeiro reator nuclear iniciou seu funcionamento em 1986, depois do investimento soviético da década de 60, e continuado pela China. Localizado no Centro de Pesquisa Nuclear de Yongbyon, o reator termal (MWt) de 20 megawatts foi por muito tempo o único que a Coreia do Norte coordenou. Anos depois, em 1989, a nação inicia negociações para compra de tecnologia de enriquecimento de urânio e algumas plantas de mísseis do Paquistão, para aperfeiçoar o reator já existente em seu território, avançando assim de forma não imaginada

pelos EUA, no conhecimento da tecnologia nuclear. O conhecimento de armamento nuclear de plutônio pelos EUA só foi verificado no início de 1990 pela CIA (Bermudez Jr., 1999; Norris; Kristensen, 2005; Zhang, 2007).

As motivações para o início do programa nuclear podem ser explicadas por Waltz (1981), onde são elencadas sete razões pelas quais os Estados querem ter armas nucleares. A necessidade de contrastar com as demais nações que tem armamento nuclear é uma das principais motivações para o início do desenvolvimento de um programa. O medo de não receber apoio de uma potência aliada também em caso de ataque de uma nação adversária também é relevante para a existência de um programa nuclear em desenvolvimento. O medo rege as reações estatais quando se pensa na obtenção de armamento nuclear, para resistir aos ataques com uso de força convencional. Adquirir armamento nuclear também pode ser mais vantajoso economicamente em situações de corridas armamentistas convencionais, econômica e militarmente devastadoras. Para melhorar a sua posição internacional, o uso ofensivo pode ser uma razão para o início do desenvolvimento nuclear de uma nação. É possível verificar que em todos os sentidos a Coreia do Norte estabelece sua capacidade nuclear como oposição ao poder dos EUA, confrontando as demais nações adversárias, Coreia do Sul e Japão, sendo, portanto, corroborado pela argumentação de Waltz (Norris; Kristensen, 2005; Zhang, 2006).

Antes de iniciar a discussão sobre o programa norte-coreano, objetivando defender e proteger seu território, a Coreia do Sul iniciou o desenvolvimento de um programa nuclear confidencial na década de 1970. Durante este período, o país estava sob um regime ditatorial, liderado por Park Chung-Hee (1963-1979). As tensões ideológicas internas, somadas à instabilidade política e à falta de diálogo com a Coreia do Norte, foram fatores determinantes para o início do programa nuclear. O plano Nixon (1971), tinha como objetivo o desengajamento estratégico das forças americanas da Ásia, destacou a necessidade de a Coreia do Sul garantir maior autonomia em sua defesa e segurança territorial. Esse contexto, aliado ao abandono do auxílio da potência ocidental e ao crescimento da ameaça norte-coreana, levou ao início do desenvolvimento nuclear sul-coreano, uma resposta à crescente instabilidade na região (Szalontai; Radchenko, 2006). Em 1975 já tinha o seu primeiro SAM (Paekkom - Urso Branco) equivalente ao SAM-A-25 (Nike-Hercules), em operação total capaz de fazer frente ao avanço balístico da Coreia do Norte. Paralelamente, a Coreia do Sul iniciou esforços para buscar parcerias na Europa, visando adquirir

equipamentos e garantir o financiamento necessário para dar início ao seu programa nuclear (Bermudez Jr., 1999; Debs; Monteiro, 2016).

Neste sentido, a decisão governamental sul-coreana em iniciar um programa nuclear foi definida em um momento de necessidade de defesa e coerção em contraste ao programa nuclear norte-coreano, capaz de ser aplicado contra a Coreia do Sul e contra seus aliados estratégicos. O desenvolvimento nuclear era primitivo, mas foi substancial para o direcionamento da atenção do governo americano durante a presidência de Gerald Ford (1974-1977), sucessor de Nixon (1969-1972). Preocupado com uma escalada nuclear na região, os EUA barram esse desenvolvimento e forçam a Seul a aderir o TNP e ao Acordo de Salvaguardas da AIEA em 1975. Sem a segurança e confiança necessárias em relação à Coreia do Sul, os EUA oferecem em troca a possibilidade de dar continuidade ao desenvolvimento nuclear para ser usada no campo civil com fins pacíficos e em troca os EUA garantiriam a segurança territorial e fronteiriça por meio da inclusão da Coreia do Sul sob o guarda-chuva nuclear norte-americano. A renúncia do seu programa nuclear foi de fato um dos momentos em que a Coreia do Sul teve que escolher entre as suas capacidades militares e o recebimento de auxílio de seu aliado, se tornando de certa forma dependente da força bélica norte-americana (Bermudez Jr., 1999; Debs; Monteiro, 2016).

A Coreia do Sul, para se proteger, garantiu a construção de um sistema de defesa capaz de proteger o território e a sua população. Mesmo com dificuldades iniciais por conta da reestruturação da nação, o auxílio dos EUA foi essencial para o desenvolvimento das questões políticas e econômicas internas e para a construção de forças militares e uma política de defesa robusta. O OPCON<sup>39</sup> foi pensado durante esse período, visando a cooperação bilateral com os EUA no campo da defesa. Ainda em 2012, o Plano de Defesa a Médio Prazo 2013-2017 foi o mecanismo utilizado para o desenvolvimento das capacidades balísticas da Coreia do Sul, na construção dos mísseis Hyunmu-2A (SSM) e do Hyunmu-3C (míssil de cruzeiro), em vista do desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte. Também foi desenvolvido o L-SAM (versão coreana do MIM-104 Patriot), com custo de 87 mil dólares. Até 2016 era esperado que o total dos gastos com a construção dos mísseis seja equivalente a 5.3 bilhões de dólares. Por meio do Plano de Reforma da Defesa 2012-2030, a Coreia do Sul

---

<sup>39</sup> Wartime Operational Control, ou Controle Operacional em Tempo de Guerra em português, foi um plano de troca de contingente militar depois do acordo bilateral sobre as novas regulamentações dos mísseis. Esse plano foi controverso por acharem que ele perdeu a sua utilidade devido às desinformações sobre seu processo de funcionamento (Creamer, 2021).

dava novos passo em direção à expansão do Comando de Submarinos, da transformação em unidade marítima, o Comando de Defesa de Jeju e da criação de um contingente especializado em ameaças cibernéticas (Creamer, 2021; IISS, 2013; 2014).

No ano de 2022, a Coreia do Sul conseguiu desenvolver além das duas capacidades esperadas. Com o Quadro de Acordos juntamente a Polônia, o governo sul-coreano vendeu cerca de mil tanques K2 (Black-Panther), 672 obuses de autopropulsão K9 (Thunder) e 48 aeronaves de combate leve FA-50. O valor inicial dos equipamentos K2 e K9 vendidos para a Polônia foram avaliados em 6,06 bilhões de dólares e os FA-50 valiam mais 3,31 bilhões de dólares. Os pedidos listados no contrato não foram entregues em sua totalidade, mas demonstram a capacidade de rápido desenvolvimento das condições e da qualidade da indústria de defesa na produção de mísseis e aeronaves, não sendo possível até então. Ainda em 2022 a nação realizou com sucesso o primeiro voo da aeronave de combate KF-21, produzida exclusivamente pela indústria sul-coreana (IISS, 2023).

Como demonstrado na tabela 1, entre os anos de 2012 e 2022, a Coreia do Sul investiu fortemente nas forças armadas, observando um crescimento contido das suas capacidades militares, em virtude da inexistência de armamento nuclear em seu arsenal. O corpo militar também é significativamente menor que o de sua adversária, com uma tendência a redução de pessoal ativo nas forças armadas, mesmo considerando o aumento do orçamento na defesa e na melhora da artilharia e dos equipamentos militares. Conforme o relatório organizado pelo IISS (2023), referente ao ano de 2022, a Coreia do Sul gasta 2,1% do PIB em planejamento de políticas de defesa, em desenvolvimento de técnicas e na modernização dos tanques, das aeronaves, dos submarinos e dos demais equipamentos usados pelas forças. Importante verificar que mudanças de classificação dos armamentos foram feitas no período dos dez anos em análise. Em 2012, a Coreia do Sul tinha em seu arsenal 30 SSM. Em 2022, o relatório da IISS mencionou três batalhões, embora não tenha fornecido um número exato da quantidade de mísseis (IISS, 2013; 2023).

O destino do orçamento militar tem como fim a estratégia defensiva ‘three-axis’, ou os três eixos, de essencial atenção para o Ministério de Defesa Nacional sul-coreano. Eles são a *Kill Chain*, *Korea Air Missile Defense* e *Korea Massive Punishment and Retaliation*<sup>40</sup>. Em

---

<sup>40</sup> Em tradução livre: Kill Chain, Korea Air Missile Defense e Korea Massive Punishment and Retaliation, são respectivamente Cadeias de Morte, Defesa Aérea de Mísseis da Coreia, Punição e Retaliação Maciça da Coreia.

relação aos testes e a ameaça nuclear da Coreia do Norte, o governo criou a 'estratégia 4 Ds'<sup>41</sup>, com foco em detectar, romper, destruir e defender. Seul também vem desenvolvendo a indústria de defesa nacional para lidar com as altas demandas de equipamento pelas forças armadas. Como a Coreia do Sul é alinhada aos EUA e faz parte do guarda-chuva nuclear, o Terminal High Altitude Defense Area (THAAD) está empregado no território sul-coreano, sendo o único fora do território dos EUA, além dos diversos grupamentos militares americanos estão presentes para auxiliar a proteção e preparação de militares (força aérea; fuzileiros navais; exército) realizando treinamentos conjuntos em território sul-coreano, de modo similar as atividades do *Team Spirit* (IISS, 2023).

**TABELA 1 - Dados militares Coreia do Sul e Coreia do Norte**

|                            | Coreia do Sul |            | Coreia do Norte |            |
|----------------------------|---------------|------------|-----------------|------------|
|                            | 2022          | 2012       | 2022            | 2012       |
| <b>População</b>           | 51.844.834    | 48.860.500 | 25.955.138      | 24.589.122 |
| <b>Orçamento de defesa</b> | USD 43 bi     | USD 29 bi  | -               | -          |
| <b>Militares Ativos</b>    | 555.000       | 655.000    | 1.280.000       | 1.190.000  |
| <b>Reserva</b>             | 3.100.000     | 4.500.000  | 600.000         | 600.000    |
| <b>ICBM (est.)</b>         | -             | -          | 10              | -          |
| <b>IRBM (est.)</b>         | -             | -          | 10              | -          |
| <b>MRBM (est.)</b>         | -             | -          | 17              | -          |
| <b>SRBM (est.)</b>         | 30            | -          | 69              | -          |
| <b>MBT (est.)</b>          | 2.149         | 2.414      | 3.500           | 3.500      |
| <b>SAM</b>                 | 120           | 1.286      | ∃ *             | ∃ **       |
| <b>SSM (est.)</b>          | 3 batalhões   | 30         | 24***           | 64         |
| <b>Artilharia (est.)</b>   | 12.128        | 11.038     | 21.600          | 21.000     |
| <b>Submarinos</b>          | 19            | 23         | 71              | 72         |
| <b>Aeronaves (combate)</b> | 602           | 569        | 545             | 603        |

**Fonte:** Elaboração própria com base no IISS 2013 e 2023 (2024)

\* Existe uma quantidade não informada de 9K35 Strela-10 (SA-13 Gopher), 9K310 Igla-1 (SA-16 Gimlet) e 9K32 Strela-2 (SA-7 Grail).

\*\* Sem informações sobre a quantidade dos mesmos equipamentos.

\*\*\* O valor do SSM de 24 unidades no ano de 2022, está incluso nos 69 do SRBM do mesmo ano. A classificação foi atualizada.

<sup>41</sup> No original: Four-Ds Strategy: detect, disrupt, destroy and defend.

Diferentemente de sua vizinha, pouco se sabe sobre os dados de defesa da Coreia do Norte. A falta de informações sobre o programa nuclear norte-coreano e sobre os investimentos aplicados na defesa e indústria local não são divulgados à mídia internacional. As informações sobre as capacidades balísticas e nucleares são divulgadas pelo governo, enquanto os projetos governamentais obtêm sucesso. As fontes usadas para medir as capacidades armamentistas são observatórios internacionais e órgãos de monitoramento de atividades do governo sul-coreano, sendo o recurso mais confiável para tal.

Como já pontuado, na década de 60 os seus primeiros mísseis foram cedidos pela URSS, e a nação desenvolveu tecnologia capaz de reproduzir as versões soviéticas e posteriormente chinesas. Seus primeiros mísseis foram as versões FROG-5/6/7, soviético, HQ-2 (S-75 Dvina) e o DF-61, os dois de origem chinesa. Os desenvolvimentos de maior sucesso foram o FROG-5 (3R10 Luna-2) e FROG-7B (9M21E Luna-M) com capacidade de atingir cidades fronteiriças da Coreia do Sul, entre 55 e 65 km. O chinês, HQ-2, tinha menor capacidade balística – menor poder de alcance – mas chegava mais longe que os soviéticos, entre 150 e 200 km. De qualquer modo, a Coreia do Norte desenvolve algumas versões desses foguetes de artilharia, sendo utilizados em menor escala que os FROGs. O modelo norte-coreano do DF-61 em versão exportação foi melhorado podendo atingir um alvo de distância de 600km, comportando 1ton de mísseis ou 500kg de ogivas nucleares (Bermudez Jr., 1999; Mansourov, 1995).

Deste ponto em diante é possível verificar a capacidade tecnológica da Coreia do Norte quando se pensa na indústria balística nacional. A título de comparação, verifique o Quadro 1, onde as distâncias necessárias para se atingir um alvo desejado são listadas, conforme os interesses norte-coreanos. Por meio do Anexo 2 é possível verificar o alcance dos mísseis pelo mapa, com a demarcação das distâncias com a Coreia do Norte sendo o ponto de partida.

#### **QUADRO 1- Raio de Alcance Balístico**

| <b>Alvo/Região</b>                                            | <b>Distância</b> |
|---------------------------------------------------------------|------------------|
| A Coreia do Sul                                               | 500 km           |
| Bases militares norte-americanas no Japão e cidades japonesas | 1.000-1.500km    |
| Bases militares norte-americanas no leste asiático            | 1.500-2.500 km   |

|                                                          |               |
|----------------------------------------------------------|---------------|
| Bases militares norte-americanas no Alasca e no Pacífico | 4.000-6.000km |
| Parte continental dos EUA                                | > 6.000km     |

**Fonte:** Bermudez Jr. (1999) - (2024)

Então, houve um desenvolvimento notável dos mísseis tipo FROG e HQ-2/SA-2, e na década de 80 foi implementada a engenharia reversa nos mísseis soviéticos R-17E (Scud-B), garantidos pelos acordos de cooperação de 1960. As versões norte-coreanas desses mísseis foram comercializadas com o Egito, que participava da Guerra do Yom Kippur em 1973. Com as melhorias da engenharia reversa implementadas no Scud-B, essa versão foi nomeada de Hwasong-5. Diversas versões foram testadas pelo governo até chegar no próximo míssil, Hwasong-6, em 1986. A cooperação técnica com o governo iraquiano e os investimentos soviético e chinês foram essenciais para a evolução industrial e para a comercialização destes ao Iran, em guerra com o Iraque na década de 80. Em 1991, é realizado um teste bem-sucedido do Hwasong-6. Além do Iran e do Egito, a Líbia, o Sudão e a Síria também se beneficiam dos mísseis norte-coreanos. É estimado que a Coreia do Norte tenha exportado cerca de 250 unidades do Hwasong-6 entre 1987 e 1992 (Bermudez Jr., 1999).

A Coreia do Norte também detém armas químicas, sendo o 3º maior arsenal do mundo. Possui a maior força de operações especiais do mundo. Atualmente, no governo de Kim Jong-Un há um movimento de deslocamento dos investimentos estatais das armas químicas para as armas nucleares. O que se sabe em relação ao seu programa de defesa, como pontua o relatório ‘The Military Balance’ de 2013, em referência ao ano de 2012, é que a Coreia do Norte já ocupava a quarta posição entre as nações com maior poder balístico do globo. Mesmo com a abundância de armamentos, a qualidade das armas e equipamentos utilizados pelo exército não acompanha o grande número, que, juntamente com o treinamento das forças, também é controverso. Há um esforço para a atualização dos armamentos, mas as capacidades e equipamentos permanecem obsoletos (IISS, 2013; 2014).

No mesmo ano, a nação já desenvolvia tecnologias eletrônicas e cibernéticas para a realização de ataques a órgãos governamentais de defesa sul-coreanos, estratégicos à Coreia do Norte. O início dos testes de mísseis começou em 2010 com mais regularidade, com o programa de enriquecimento de urânio. Desde que abandonou o TNP em 2003, o governo realizou três testes de mísseis, em intervalo de 3 anos entre os testes, em 2006, 2009 e 2013, todos bem-sucedidos. Nenhum desses mísseis tinha capacidade de carregar ogivas nucleares, mas o objetivo central era que pudessem ser capazes de tal. Nessas décadas houve um avanço

no desenvolvimento do programa de mísseis balísticos. A Coreia do Norte já desenvolveu diversos mísseis de curto e médio alcance (IISS, 2014; IISS, 2023).

Em 2012, a Coreia do Norte lançou um protótipo do Hwasong-13 (KN-08), embora o teste não tenha sido bem-sucedido. Esse evento alertou a comunidade internacional sobre o rápido desenvolvimento militar da nação, especialmente no que diz respeito a mísseis intercontinentais (ICBM). O teste foi comandado pelo falecido líder Kim Jong-Il, e, em 2013, a Coreia do Norte conseguiu realizar testes bem-sucedidos de armamentos nucleares, que podiam emitir entre 4 e 8 quilotoneladas, superando os níveis dos testes anteriores. O governo norte-coreano justificou a melhoria na qualidade das armas pelo seu tamanho reduzido, peso leve e diversidade, com opções de plutônio, urânio ou uma combinação de ambos (IISS, 2013; 2014).

A reativação do reator de plutônio, que havia sido destruído quando a Coreia do Norte ainda era signatária do TNP, foi retomada seguindo a linha ideológica do socialismo de *Zuche*, priorizando a autonomia e independência do país. Especialistas da época afirmavam que a Coreia do Norte era capaz de produzir uma quantidade mínima de armas nucleares de médio alcance, o que lhe permitiria enfrentar as forças sul-coreanas e japonesas. Em 2013, observadores governamentais e especialistas americanos e sul-coreanos estimavam que a Coreia do Norte levaria mais de cinco anos para desenvolver um míssil balístico intercontinental (ICBM). Contudo, essa capacidade balística foi desenvolvida em 2017, com a linha seguinte do míssil testado em 2012, o Hwasong-14, que não comporta ogiva nuclear (IISS, 2013; 2014).

Para evitar que a Coreia do Norte adquirisse financiamento e materiais para o desenvolvimento destes programas, o Conselho de Segurança decidiu por resolução fortalecer as sanções para evitar que furos pudessem permitir que o fornecimento de materiais e comércio da Coreia do Norte com outros países, China e Rússia, pudesse passar despercebidos pelas demais nações. As forças armadas da Coreia do Norte ainda têm em funcionamento equipamentos advindos da era soviética, com melhorias efetuadas por tecnologia norte-coreana. Por ter insuficiente capacidade de forças convencionais, o investimento em armas nucleares e mísseis é realizado pelo governo de Kim (IISS, 2023).

Durante o governo de Kim Jong-Un, as forças armadas perderam a força que tinham no início do regime. Houve um reajuste dos cargos e o partido das forças armadas perdeu

força e o partido dos trabalhadores ganhou mais espaço e local na política nacional. A política do *Songun*, vinculada ao partido do exército e que priorizava as forças armadas, dá lugar para a *Byungjin*<sup>42</sup>, vinculada ao partido dos trabalhadores, com foco no desenvolvimento nuclear e econômico ao mesmo tempo. Nesta política não há distinção entre o uso pacífico e o uso militar da capacidade nuclear. Importante mencionar que a *Songun* não é esquecida, mas fica em segundo plano nas prioridades governamentais de Kim Jong-Un, que acredita que o programa nuclear é o principal aspecto de defesa da nação (Cheon, 2013; Lim, 2019; Visentini, 2012).

A tabela 2 demonstra a classificação, as quantidades, o ano de operação de cada míssil, sua classificação e os possíveis alvos, com base na sua distância. É importante mencionar que os mísseis KN-23 são variações do Hwasong-11, com modificações importantes no transporte, sendo rodoviário ou ferroviário. Conforme o relatório da IISS (2024), em 2018, foi confirmado que um novo míssil ICBM, Hwasong-18 estava sendo desenvolvido pela Coreia do Norte, tendo como base o antecessor Hwasong-16B. Diversos testes foram conduzidos depois de cinco anos do início de seu desenvolvimento, desde maio de 2023. Importante pontuar também que todos os mísseis desenvolvidos a partir de 2018 comportam ogivas convencionais e nucleares, segundo observadores (Global Security, 2024; IISS, 2023).

**TABELA 2 - Armamento norte-coreano**

| Classificação | Míssil                             | Ano     | Quantidade (est.) | Distância (km) | Alvo               | Nuclear (est.)* |
|---------------|------------------------------------|---------|-------------------|----------------|--------------------|-----------------|
| ICBM          | Hwasong-14/-15/-15 mod 1           | 2017    | 6                 | 10.000         | EUA**              | Sim             |
|               | Hwasong-17 (ou Hwasong-13/-13 mod) | 2022    | 4                 | 6.000 - 13.000 | EUA**              | Sim             |
| IRBM          | Hwasong-10                         | 2004-07 | ∃ ***             | 3.200 - 3.860  | Leste asiático     | Sim             |
|               | Hwasong-12/-12 mod 1               | 2017    | ∃ ***             | 4.500          | Alasca e bases EUA | Sim             |
| MRBM          | Nodong mod 1/mod 2                 | 1999    | 10                | 1.100 - 1.600  | Japão              | Sim             |

<sup>42</sup> Estratégia política desenvolvida por Kim Jong-Un em 2013 para desenvolvimento simultâneo da economia e do programa nuclear.

| Classificação | Missil                             | Ano     | Quantidade (est.) | Distância (km) | Alvo               | Nuclear (est.)* |
|---------------|------------------------------------|---------|-------------------|----------------|--------------------|-----------------|
| ICBM          | Hwasong-14/-15/-15 mod 1           | 2017    | 6                 | 10.000         | EUA**              | Sim             |
|               | Hwasong-17 (ou Hwasong-13/-13 mod) | 2022    | 4                 | 6.000 - 13.000 | EUA**              | Sim             |
| IRBM          | Hwasong-10                         | 2004-07 | ∃ ***             | 3.200 - 3.860  | Leste asiático     | Sim             |
|               | Hwasong-12/-12 mod 1               | 2017    | ∃ ***             | 4.500          | Alasca e bases EUA | Sim             |
| SBRM          | Scud-ER                            | 2017    | ∃ ***             | 750 - 800      | Japão              | Talvez          |
|               | Pukgusong-2                        | 2016    | 7                 | 2.000 - 2.500  | Leste asiático     | Talvez          |
|               | Hwasong-5/-6 (Scud-B/Scud-C)       | 1981-84 | 30                | 300 - 330      | Coreia do Sul      | Não             |
|               | Hwasong-8/-8 mod 1                 | 2021    | 1                 | 400            | Coreia do Sul      | Sim             |
|               | Hwasong-11 mod                     | 2020    | 9                 | 450 - 600      | Coreia do Sul      | Sim             |
|               | Scud (mod)                         | 1989    | 6                 | 500            | Coreia do Sul      | Talvez          |
|               | KN-23 (rodoviária e ferroviária)   | 2020    | 17                | 400 - 500      | Coreia do Sul      | Sim             |
|               | KN-23 mod 1                        | 2020    | 6                 | 750 - 800      | Coreia do Sul      | Sim             |
|               | KN-23 mod 2                        | 2020    | ∃ **              | 750 - 800      | Coreia do Sul      | Sim             |
|               |                                    |         |                   |                |                    |                 |

**Fonte:** Elaboração própria com base em IISS (2023), Zhang (2007) e Global Security (2024) - (2025)

\* Para a Coreia do Norte todos os mísseis têm capacidade militar. Considero a análise dos relatórios para a classificação.

\*\* Porção continental dos EUA.

\*\*\* Quantidade específica não conhecida.

Hoje a Coreia do Norte detém as armas necessárias para a realização de um ataque não apenas regional, mas também capaz de atingir partes estratégicas para os EUA e gerar uma emergência global. O ICBM equivale aos intercontinentais, o IRBM, de alcance

intermediário, o MRBM e o SBRM, são mísseis de médio e curto alcance. Com diversos reatores tendo o urânio e plutônio como produto, ambos altamente presentes no território norte-coreano, são capazes de abastecer diversos mísseis desenvolvidos pela Coreia do Norte, que chegam mais longe mesmo sem confirmação de organismos governamentais. É importante saber se eles de fato suportam ogivas nucleares, como o governo da família Kim afirma (Bermudez Jr., 1999; IISS, 2023; Zhang, 2007).

Já a Coreia do Sul provou por meio da sua política de desenvolvimento implementada no pós-Guerra em 1953 que tem sucesso em sua busca por uma autonomia não só política e econômica, mas principalmente militar e no desenvolvimento de sua força beligerante. E a Coreia do Norte por seguir uma política de valorização da defesa e das forças armadas, investe todos os seus recursos no desenvolvimento de seu exército e de seu poder bélico, especialmente no enriquecimento de urânio e reprocessamento de plutônio como observado nos testes nucleares realizados principalmente nos últimos 30 anos (IISS, 2014; Visentini, 2012). Desta forma, choques entre as lideranças da Península, principalmente em relação à defesa e nuclearização, são observados recorrentemente desde os anos 1990, discutidos com mais constância em encontros e cúpulas bilaterais desde os anos 2000.

### **3.2. Coreia do Norte contra Coreia do Sul: cúpulas e diálogos intercoreias**

As relações diplomáticas da Coreia do Sul e da Coreia do Norte enfrentaram diversos momentos de proximidade e distanciamento. Nestes momentos, a trégua não era contínua, mesmo com a esperança de retomada das relações diplomáticas e da paz entre as duas Coreias. Desacordos entre as duas nações são costumeiros desde a segregação territorial, em relação às diferenças políticas e ideológicas. Diversas tentativas de aproximação para estabelecer o apaziguamento político foram iniciadas pela Coreia do Sul, com a ajuda dos EUA desde a década de 1950. Sempre houve esperança para a recuperação das relações, e até unificação territorial pela Coreia do Sul e por parte das potências. Contudo, hoje talvez seja inviável a promoção de uma união territorial tendo em vista o posicionamento irredutível da Coreia do Norte em não abandonar seu programa (Kwan, 1988; Lee, 2001).

A AIEA, por meio de seus especialistas no território norte-coreano, enfrentou dificuldades para obter acesso às localidades dos reatores de enriquecimento de urânio e

reprocessadores de plutônio. Essa restrição resultou em diversas denúncias internacionais sobre o cumprimento dos acordos por parte da Coreia do Norte. A violação dos termos do acordo internacional também infringiu as normas do Acordo de Armistício em 1985, quando deu continuidade aos exercícios militares próximo a DMZ e ao desenvolvimento do seu aparato nuclear. Como mencionado anteriormente, o desinteresse na promoção das relações diplomáticas não apenas serviu como estratégia da Coreia do Norte para atrasar a detecção dos americanos na continuidade do programa nuclear, mas também para obter benefícios que fortaleceram tanto o sistema governamental quanto as forças armadas nacionais (Chung, 2019; Mansourov, 1995).

Até 1990, duas declarações conjuntas tinham sido endossadas pela Coreia do Sul e Coreia do Norte em relação à diminuição das armas nucleares e à defesa da paz na Península. O Comunicado Conjunto Norte-Sul, de julho de 1972, já manifestava a necessidade de estabelecer a unificação pelos moldes das duas Coreias, sem a interferência das potências, EUA, Japão, URSS e China. A confiança mútua também era prezada, em relação aos exercícios militares que estavam sendo realizados pelas forças armadas das duas nações, valorizando a união pacífica e cordialidade entre os governos (Democratic People's Republic Of Korea; Republic Of Korea, 1972). O programa nuclear e o afastamento estratégico da Coreia do Norte, somados às dificuldades políticas internas da Coreia do Sul, mantiveram os dois países distantes de uma solução para suas divergências. Após anos de impasse, ambas as Coreias reafirmaram o compromisso com a reunificação pacífica por meio do Acordo sobre Reconciliação, Não Agressão, e Intercâmbios e Cooperação entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. Esse acordo fortaleceu a iniciativa dos dois governos em promover o diálogo diplomático, contando com dois capítulos, sendo direcionados à reconciliação e não-agressão. Como consequência, a Declaração Conjunta de 1992 foi celebrada após uma série de encontros entre representantes de ambas as nações (Democratic People's Republic Of Korea; Republic Of Korea, 1991; Lim, 2019).

A Declaração Conjunta foi um procedimento marcante para a história diplomática das nações após anos de instabilidade e de distanciamento. Em 1992, o documento foi assinado objetivando estabelecer compromisso na diminuição do arsenal nuclear e no uso pacífico da energia nuclear gerada pelos reatores norte-coreanos (Democratic People's Republic Of Korea; Republic Of Korea, 1992). A declaração foi a confirmação internacional do compromisso no uso pacífico da energia nuclear pela Coreia do Norte, criando a Comissão

Conjunta de Controle Nuclear Norte-Sul para facilitar as trocas diplomáticas no campo da segurança da Península. Quando foi celebrada, essa declaração foi recebida com otimismo pelas potências, já que no mesmo ano, a tensão corrente sobre a expulsão dos inspetores da AIEA da Coreia do Norte e a crise nuclear, resultado da desobediência norte-coreana, preocupavam os EUA sobre o andamento do programa nuclear na nação (Chung, 2019; Lim, 2019).

A assinatura desta declaração corrobora a afirmação de Schelling (1966), quando é pontuado que a diplomacia coercitiva em períodos de tensões é uma comprovação sobre a disposição das nações em competir. Nesse contexto, a Coreia do Norte demonstrava a intenção de estabelecer uma ponte com sua adversária, mas, no cenário internacional, não estava disposta a se submeter às normas globais, uma vez que estas tinham os EUA como principal centro de ordenação. Assim, o país manteve sua resistência às declarações norte-americanas. A diplomacia coercitiva torna-se essencial quando a força militar é o principal instrumento para garantir tanto a defesa territorial quanto a proteção da população. O poder de ferir está diretamente relacionado ao poder de tomar e manter, intensificando a violência da guerra. O conflito, por sua vez, é uma competição que testa a coragem, a capacidade de infligir violência e a resistência dos envolvidos. Dominar a arte da coerção, intimidação e dissuasão é fundamental para o desenvolvimento de uma estratégia militar eficaz (Chung, 2019; Lee, 2009).

Além da declaração de 1992, as Coreias também celebraram a regularização das relações por meio da Declaração Conjunta Norte-Sul de junho de 2000. Este documento foi elaborado depois da ocorrência de uma cúpula intercoreana, realizada entre os dias 13 e 15 de junho de 2000, com a presença de Kim Dae-jung, presidente da Coreia do Sul e Kim Jong Il, líder da Coreia do Norte. O comprometimento com a unificação pacífica já fica evidente no preâmbulo da declaração e os diversos artigos pontuam as motivações pelas quais a Coreia do Norte e a Coreia do Sul queriam dialogar sem a participação ou interferência das potências globais nas discussões de retomada das relações diplomáticas (Democratic People's Republic Of Korea; Republic Of Korea, 2000). O presidente sul-coreano à época ficou conhecido pelo seu esforço nas tentativas de aproximação da Coreia do Norte, por meio do estabelecimento de diálogos e a respeito das tentativas de diminuição das forças nucleares na Península (Chung, 2019; Lee, 2019).

Para além das declarações, a *Sunshine Policy* (1998-2008) foi um de seus feitos de mais sucesso e avanço durante o período da crise nuclear norte-coreana, se mantendo durante o governo de Bush (2001-2009), o mais difícil no período para a Coreia do Norte. Esta política foi proposta com o intuito de cumprir com as declarações e com os esforços internacionais em promover a paz, assim como auxiliar a Coreia do Norte que passava por crises no setor econômico, iniciadas ainda na década de 80, mas que tiveram seu ápice nos anos 90, com a Grande Fome e resquícios da crise de 1997. Neste meio tempo, a continuidade do empenho das tentativas de alargamento do diálogo foi promovida durante o período da vigência da política (Kim, 2003; Paik, 2002).

A Declaração sobre o Avanço das Relações Intercoreanas, Paz e Prosperidade foi a última tentativa de negociações diplomáticas das nações da década (Democratic People's Republic Of Korea; Republic Of Korea, 2007). As expectativas internacionais e das duas Coreias já se manifestaram relativamente menos confiantes em relação a um resultado positivo da unificação. A Declaração de 2007, assim como as demais, reforçam o compromisso mútuo com o incentivo à redução de ogivas nucleares na Península e a promoção da paz autonomamente. Além disso, foi considerada uma alteração nas instituições e legislações de ambos os países como uma forma de fortalecer a confiança mútua, objetivando o início de um processo de unificação. Questões econômicas foram de igual modo acordadas visando a reconstrução das ferrovias e rodovias conjuntas que ligam cidades das duas nações, reconstrução do Complexo Industrial Gaeseong e da criação de uma zona especial de paz e cooperação no Mar do Oeste, para pesca conjunta e atividade portuária. Cooperação cultural e humanitária também foram resultados das decisões desta declaração, visando uma união maior das duas nações nos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008 (Chung, 2019; Lim, 2019). O quadro 2 apresenta de forma elucidativa todas as declarações promulgadas pelas duas nações e seus respectivos objetos de debate.

#### **QUADRO 2 - Declarações Conjuntas das Coreias**

| <b>Nome</b>                                                                           | <b>Data</b>            | <b>Objetivo</b>                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| O Comunicado Conjunto Sul-Norte de 4 de Julho                                         | 4 de julho de 1972     | Melhoria das relações por meio da confiança mútua para alcançar a unificação pacífica |
| Acordo sobre Reconciliação, Não Agressão, Intercâmbios e Cooperação entre a Coreia do | 13 de dezembro de 1991 | Acordo para reafirmar o Comunicado Conjunto de 1972 e estabelecer parâmetros a        |

|                                                                                                         |                       |                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sul e a Coreia do Norte                                                                                 |                       | reaproximação e pacificação                                                                             |
| Declaração Conjunta da Coreia do Sul e da Coreia do Norte sobre a Desnuclearização da Península Coreana | 20 de janeiro de 1992 | Comprometimento para uso pacífico da energia nuclear e criação da Comissão Conjunta de Controle Nuclear |
| Declaração Conjunta Norte-Sul                                                                           | 15 de junho de 2000   | Comprometimento com a unificação da Península, sem a interferência das potências                        |
| Declaração sobre o Avanço das Relações Intercoreanas, Paz e Prosperidade                                | 4 de outubro de 2007  | Comprometimento em questões de segurança, legais, culturais e humanitárias                              |

---

**Fonte:** Elaboração própria com base nos documentos oficiais presentes no site da ONU (2024)

É importante que para se atingir um cenário pacífico na região e consequentemente um regime de segurança eficaz no Leste Asiático, não apenas esforços diplomáticos devem ser feitos pelas nações em questão, mas também é fundamental que a implementação de um ambiente amigável entre as nações e uma institucionalização de um regime de segurança local e regional sejam priorizados, concretizando a pacificidade entre as nações, Coreia do Norte e a Coreia do Sul assim como das demais nações relevantes às políticas da península, para que o objetivo de estruturar uma política de reconciliação entre as Coreias possa ser atingido (Chung, 2019; Lim, 2019; Paik, 2002).

Acordos para a contenção das instabilidades na Península Coreana no início do século XXI foram estruturados pensando no controle do desenvolvimento nuclear norte-coreano, por meio da diplomacia de prevenção, promovendo cúpulas e reuniões entre as principais nações influentes na questão, os EUA, China, Rússia, Japão, Coreia do Sul e é claro, a Coreia do Norte. Depois da saída do TNP em 2003 o *Six Party Talks* (2003-2009) foi proposto com a intenção de estabelecer uma mediação entre os interesses das potências e as intenções da Coreia do Norte em relação ao seu programa nuclear. Coordenado pelos EUA, a intenção era inicialmente obter uma segunda via para o controle das armas desenvolvidas pela Coreia do Norte e, assim como as demais nações envolvidas, a pacificação das relações diplomáticas na Península. Com a ocorrência de seis rodadas até então, as intenções e interesses eram bem definidos (Bajoria; Xu, 2013; Grzelczyk, 2010).

Enquanto os EUA estavam preocupados com as questões referentes ao financiamento do terrorismo, a Coreia do Norte estava interessada na retirada das tropas americanas do território sul-coreano, na garantia de não-agressão e normalização das relações diplomáticas

com os EUA. Já a Coreia do Sul, tinha interesse na perpetuação da paz e ainda esperava um cenário favorável a unificação, além do alívio econômico da Coreia do Norte, que estava passando por diversas crises financeiras causadas pelo declínio do regime e pelas instabilidades regionais. A China, como aliada da Coreia do Norte, incentivou a participação da nação na *Six Party Talks*, já que também não é do seu interesse a nuclearização da Península. Assim como a China, a Rússia e o Japão, também não são favoráveis ao desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte. A influência russa na nação e o temor japonês em ser atingido por um ataque são as principais questões que permeiam a desaprovação das duas nações no programa nuclear da Coreia do Norte (Grzelczyk, 2010; Zhang, 2006).

As negociações no *Six Party Talks* foram contínuas ao longo de seu funcionamento, encerrando-se em abril de 2009, quando a Coreia do Norte realizou seu primeiro teste de míssil e, posteriormente, abandonou as discussões do grupo. Desde então, não houve restabelecimento das negociações para limitar ou congelar o uso e a produção de tecnologia nuclear. Em 2017, a Rússia solicitou a retomada das negociações, mas sem avanços concretos no diálogo entre as nações. Apenas em 2018 ocorreram progressos diplomáticos significativos, ano que registrou o maior número de cúpulas bilaterais entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos. Para tanto, nos últimos trinta anos, diversas Cúpulas foram realizadas para avançar nas negociações entre as Coreias. Em 2018, três encontros marcaram o ano: a terceira cúpula, em 27 de abril; a quarta, em 26 de maio; e a quinta, de 18 a 20 de setembro. Ainda nesse ano, uma Cúpula Intercoreana foi promovida junto à Cúpula de Cingapura, ambas fundamentais para o fortalecimento das relações diplomáticas. Em 2019, a Cúpula de Hanói reuniu os líderes da Coreia do Norte e dos Estados Unidos, mas terminou sem acordo sobre o fim do desenvolvimento e testes nucleares, sendo a última tentativa de negociação entre os dois países até então (Chung, 2019; Grzelczyk, 2010; Lim, 2019).

A realização das cúpulas durante o primeiro governo Trump (2017-2021) representou um momento único de estreitamento das relações entre Coreia do Norte, Coreia do Sul e Estados Unidos, promovendo uma aproximação inédita entre essas nações e, ao menos temporariamente, alterando suas práticas diplomáticas. Após o encontro entre Kim Jong Un e Donald Trump, em maio de 2018, o então Ministro das Relações Exteriores norte-coreano, Ri Yong-Ho, destacou, em uma conferência de imprensa, a complexidade de se estabelecer um acordo de desnuclearização que atendesse simultaneamente aos interesses de ambos os países.

O ministro Ri afirmou que a Coreia do Norte fez uma proposta, contudo, o governo americano recusou as demandas norte-coreanas (Shin, 2020). Para ele:

This is the biggest denuclearization step we [North Korea] can take based on the current level of trust between the two countries [...] toward denuclearization, the most important issue is security but we thought it would be more burdensome for the United States to take military related measures, that is why we saw partial lifting of sanctions as corresponding action (Shin, 2020, p.2)<sup>43</sup>.

A Cúpula de Cingapura, que ocorreu em 12 de junho de 2018, foi uma tentativa de formalizar o processo de acordo a respeito da desnuclearização e o estabelecimento de relações diplomáticas, entre os Estados Unidos, representado por Donald Trump e o ditador norte-coreano, Kim Jong-un. Essas negociações podem ser consideradas tentativas de se conciliar com o Ocidente, e com a sua vizinha do sul, para que a Coreia do Norte possa estabelecer um tipo de cooperação com os países de fora de sua zona de relacionamento diplomático e comercial. Contudo, foi observado um ceticismo por parte de alguns países em relação à sinceridade da fala do líder norte-coreano sobre abdicar do poder beligerante, mais especificamente nuclear (Lim, 2019). O quadro 2 mostra o histórico das cúpulas realizadas, as lideranças presentes e o marco decisório de cada encontro.

**QUADRO 3 - Cúpulas Bilaterais da Coreia do Norte**

| Ano                          | Local               | Partes                                  | Marco                                         |
|------------------------------|---------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------|
| 27 de abril de 2018          | Panmunjom - DMZ     | Kim Jong Un (RDPC) e Moon Jae-In (RDC)  | Questões securitárias, sociais e humanitárias |
| 26 de maio de 2018           | Panmunjom - DMZ     | Kim Jong Un (RDPC) e Moon Jae-In (RDC)  | Primeiro encontro de Moon e Kim               |
| 12 de junho de 2018          | Sentosa - Cingapura | Kim Jong Un (RDPC) e Donald Trump (EUA) | Intenção de desnuclearizar a Coreia do Norte  |
| 18 a 20 de setembro de 2018  | Pyongyang - RDPC    | Coreia do Norte e Coreia do Sul         | Desnuclearização e pacificação na Península   |
| 27 a 28 de fevereiro de 2019 | Hanói - Vietnã      | Kim Jong Un (RDPC) e Donald Trump (EUA) | Desnuclearização                              |

**Fonte:** Elaboração própria com base em Lim (2019) - (2024)

<sup>43</sup> Tradução nossa: O maior passo na desnuclearização que nós [Coreia do Norte] podemos dar, baseado no nível atual de confiança entre os dois países [...] em relação à desnuclearização, a questão mais importante é a segurança, mas pensamos que poderia ser mais difícil para os EUA aceitar medidas relacionadas a assuntos militares, é por isso que vimos a aplicação parcial das sanções como uma ação correspondente.

As reuniões de junho de 2018 e de fevereiro e 2019 foram o declínio dos encontros entre as nações. A partir de 2019, as relações EUA -Coreia do Norte foram se deteriorando em vista a desistência de Kim Jong-Un em abdicar da nuclearização da Coreia do Norte e das constantes declarações controversas da sua irmã, Kim Yo-Jong referente ao papel dos EUA nas diversas tentativas de desativar os reatores e minar o programa nuclear da Coreia do Norte. O afastamento das duas Coreias foi verificado depois da cúpula de setembro de 2018, onde houve um esfriamento das relações diplomáticas e depois de 2019, a reprovação das relações EUA -Coreia do Sul, sendo os sul-coreanos vistos como marionetes dos norte-americanos. Deste modo, a Coreia do Norte se distancia, retornando aos moldes ideológicos de *Zuche* e a condição diplomática convencional do governo (Lee, 2023; Lim, 2019).

Levando em consideração todos os aspectos abordados e reforçando a argumentação de Schelling (1966), a Coreia do Norte chegou a um ponto sem retorno na posse de armas nucleares e nas faltas internacionais ao longo dos anos, em especial na manutenção de seu programa nuclear. Os encontros e cúpulas mencionados previamente foram manobras internacionais para garantir que os interesses individuais das potências fossem promovidos pelo uso da coerção e da barganha com o governo norte-coreano (Lim, 2019). A incapacidade das potências em atingir um acordo para frear o uso e produção de armas nucleares ou de transformar seu programa nuclear para fins pacíficos se estende até a atualidade, além da percepção internacional de desconfiança das nações envolvidas diplomaticamente com a Coreia do Norte.

### **3.3. Interesse chinês contra interesse americano**

Com a consolidação dos governos no fim do século XX, o enfraquecimento russo depois da dissolução da URSS e a derrota socialismo na Guerra Fria em oposição ao liberalismo norte-americano, a crescente chinesa transforma a nação no novo opositor dos EUA. As relações entre as potências norte-americana e chinesa sempre oscilaram entre períodos de cordialidade e instabilidade. Estabelecidas formalmente em 1979, elas ocorreram duas décadas após o apoio dos EUA a Chiang Kai-Shek durante a Guerra Civil chinesa de 1949. Desde o início, as intenções da China de Mao, de orientação comunista, e dos EUA, de

tendência liberal, estavam claramente delineadas. Do lado americano, combater a presença socialista que se espalhava pelo leste e sudeste asiático, e do lado chinês, ser resistência à presença norte-americana na Ásia e promover uma revolução de classes (Lee, 2001).

Questões econômicas sempre foram o principal fator de aproximação nas relações entre as duas potências. A presença dos EUA na Ásia se expandiu significativamente, especialmente a partir da década de 1990. O fortalecimento das relações entre China e EUA ocorreu por meio de amplas cooperações nos setores industrial, comercial e científico. No entanto, o rápido crescimento econômico e industrial da China não foi previsto pelo governo norte-americano. O fácil acesso aos produtos chineses por seu preço e alta produção foi o diferencial no mercado americano, que por vezes passava por períodos de alta nos preços e de escassez. Como incentivos, a solução foi maior abertura ao mercado chinês, como a redução tarifária sobre produtos importados – mérito não apenas dos EUA – e a exportação de bens de alta especialização, impulsionaram o desenvolvimento do setor industrial chinês e de empresas de grande valor, que hoje competem diretamente com suas equivalentes americanas (Chivvis; Keating, 2024; Paik, 2002).

Este posicionamento pode ser explicado pelo plano de projeção internacional econômico da China, no qual o governo promove a infraestrutura e expande os investimentos, enquanto incentiva as poucas empresas privadas. A ‘Belt and Road Initiative’ foi estruturada em 2013 por Xi Jinping, mas originou ainda nos anos de 1970 pelo plano de Deng Xiaoping, promovidas pela maior abertura da economia chinesa. A implementação dessa iniciativa não apenas ajuda financeiramente as demais nações asiáticas por meio do financiamento de projetos de infraestrutura e empresas internacionais, mas também solidifica a presença do governo chinês em todas as nações que recebem o auxílio. Observando os benefícios no campo econômico, os EUA lançaram em 2021 um plano semelhante, o Build Back Better World (Reconstruir um Mundo Melhor), que visa mobilizar recursos financeiros do setor privado para a melhoria da infraestrutura. Essas disputas econômicas ressaltam as diferenças nos interesses dos Estados nos âmbitos político e social, refletindo a política externa e como empregam suas forças em outras nações (Mendonça, *et al.*, 2021).

Tanto para a China quanto para os EUA a perpetuação da paz internacional é esperada. As duas nações são engajadas com a manutenção da paz, participando de operações da ONU, auxiliando em conflitos e desenvolvendo uma rede de apoio em conjunto com seus aliados.

Porém, também engajam em atividades para conter o avanço de adversários e grupos contrários aos interesses nacionais, por vezes agravando tensões e causando conflitos. A repressão de um conflito com capacidade de escalada a nível nuclear é primordial para atingir os objetivos estatais das duas potências. Esse fato se confirma pelas constantes tentativas de se destacar em números e qualidade em comparação aos seus adversários, ao mesmo tempo, em que busca limitar as capacidades nucleares de nações menores. Há uma influência à redução da produção de armamento nuclear e promoção do uso pacífico dessas tecnologias, sentida por nações detentoras deste poder, com intenção de conter uma possível corrida armamentista (Norris; Kristensen, 2008; Yanagisawa, 2019).

A nuclearização da Coreia do Sul pode ser considerada um momento em que houve uma pressão excessiva das relações, levando a Coreia do Norte a considerar um ataque vindo da sua adversária. Esse momento desestabilizou as relações diplomáticas e foi considerado inibir esse avanço, objetivando neutralizar um ataque futuro. O principal risco da proliferação nuclear é que novos Estados caminhando para a nuclearização possam levar potências antigas a atacá-los, destruindo suas capacidades antes que se tornem nuclearmente eficazes. O não apoio a iniciativas de ataque da Coreia do Norte pela China e o não engajamento demandado da Coreia do Sul pelos EUA, dão às potências um controle das ações militares, em partes pelos altos custos, mas também pelos interesses nacionais que as potências defendem. A utilização da dissuasão em um cenário de conflito pode ser aplicada por meio da negação ao ataque inicial, levando a contenção de um combate entre Estados (Kang, 2011; Schelling, 1966; Waltz, 1981).

Contudo, é notável que há uma desavença nas relações de políticas de defesa, em especial pela existência de armas nucleares na China. Tanto a soberania regional chinesa quanto a presença americana são pontos que levam ao desacordo das relações entre as potências. Em 1964 a China iniciou seu processo de nuclearização, com o teste da sua primeira bomba atômica e desde então atritos diplomáticos são observados internacionalmente, mesmo sendo membro da AIEA desde 1984 e signatária do TNP. Recentemente, as duas nações ainda enfrentam entraves diplomáticos nas áreas militar e tecnológica. Isso se torna evidente na atuação do governo do ELP em países vizinhos, como Taiwan, Índia, Vietnã e Japão, em resposta ao crescente envolvimento da China nas indústrias de bens de consumo duráveis e no setor tecnológico. Muitas dessas empresas chinesas são

conglomerados que competem regionalmente com as consolidadas empresas americanas no mercado global (Hongyi, 2006; Norris; Kristensen, 2008; Vaughn; Morrison, 2006).

A presença de armamento nuclear chinês, superior em qualidade e quantidade em comparação ao da Coreia do Norte, conforme apontado pelo relatório *The Military Balance* de 2022, pode atuar como um mecanismo de contenção contra possíveis ataques norte-coreanos na Península. A China não tem interesse em um conflito de grande magnitude na região, seja nuclear ou convencional. Além disso, busca expandir sua influência sobre os países do sul e leste asiático, fortalecendo alianças e ampliando sua soberania. Para a Coreia do Norte, a proximidade com a China garante apoio institucional e econômico no desenvolvimento de suas forças nucleares e na busca por uma possível reunificação política e territorial. As alianças entre potências globais e países da Península refletem a tendência de um retorno à bipolaridade no sistema internacional (Hongyi, 2009; IISS, 2023).

Do mesmo modo, os Estados Unidos, tendo um dos maiores arsenais nuclear do globo e objetivando a redução de armamentos nucleares, defende maior controle das nações com capacidade nuclear, promovendo uma cooperação internacional em tratados e acordos. Mesmo com o New START<sup>44</sup>, assinado em 2010 pela Rússia e EUA e prorrogado até 2026, a aproximação diplomática entre Rússia e China se fortalece, verificado durante as presidências de Putin e de Xi Jinping. Isso não se dá apenas pela proximidade ideológica, mas sobretudo pelos interesses compartilhados, se traduzindo em relações próximas no contexto comercial, com a Rússia fornecendo gás, armamento e equipamentos militares necessários para as ambições securitárias do governo chinês. A China, por sua vez, exporta bens manufaturados e um agora tímido investimento privado na Rússia (Bolt, 2014; Department of State, 2023; IISS, 2023; Kluge, 2024).

Desde meados da década de 2010 vem se observando uma movimentação maior das relações diplomáticas da Rússia com a China. Nunca houve uma quebra total das relações, mas um afastamento temporário em vista dos objetivos relacionados aos interesses regionais dos governos. Nos últimos anos, foi estabelecida uma cooperação bilateral no campo da economia digital, com o yuan sendo a principal moeda das relações comerciais entre as nações. Há uma dependência da Rússia em relação à China, verificada com a extensão da

---

<sup>44</sup> É estabelecido nos mesmos termos que os antecessores, objetivando o controle de armas, mas também informações sobre testes balísticos, inspeções regulares nos locais de lançamento e de pesquisa, informações sobre os programas a cada dois anos, uma Comissão Bilateral Consultiva, novos tipos e novas variantes e relatório das informações telemétricas pela Rússia e Estados Unidos (Department of State, 2023).

participação na guerra na Ucrânia em 2022, reduzindo drasticamente a produção industrial nacional e com os investimentos alocados no setor de defesa russo. A China também considera a Rússia como parceiro regional importante para a manutenção dos interesses chineses na Ásia (Bolt, 2014; Kluge, 2024).

Entraves diplomáticos dos governos sul-coreano e chinês são outro fator de relevante análise. A reciprocidade das nações foi estabelecida por meio da cooperação comercial e pelo histórico social. Contudo, divergências diplomáticas profundas causam discordância em relação a questões territoriais, sociais e políticas. Pressões do governo chinês sobre o acesso marítimo ao Mar Amarelo (Anexo I) são observadas negativamente pelo governo sul-coreano. Há um firme controle chinês quanto ao acesso de embarcações sul-coreanas no Mar Amarelo, afirmando ser mar territorial da China. E este não é um caso isolado, as demais nações que compartilham fronteira marítima com a China, como o Japão, Vietnã e Filipinas também sofrem com o controle de acesso aos mares do leste e sudeste asiático (Hongyi, 2009).

O apoio das nações do Leste e Sudeste Asiático fortalece a presença americana na região, ampliando sua proximidade diplomática não apenas com a Coreia do Sul e o Japão, mas também com as Filipinas e Taiwan. A atuação dos EUA na Ásia vai além da narrativa de combate ao comunismo e do posicionamento estratégico das nações. O apoio comercial e os conflitos dessas nações asiáticas com a China, cuja atuação é frequentemente coercitiva, acabam fortalecendo os laços diplomáticos com os EUA (Chung, 2019).

Observa-se uma tentativa de maior interação estratégica por parte dos Estados Unidos, com foco na cooperação com os países da ASEAN<sup>45</sup> e em uma participação mais ativa na APEC<sup>46</sup>. No caso específico de Taiwan, as relações com a China são particularmente sensíveis, especialmente quando a questão taiwanesa é levantada. Persiste um certo ressentimento em relação ao apoio americano às tropas nacionalistas no passado. O suporte atual à ilha pode ser interpretado tanto como uma tentativa de reparação histórica quanto como um esforço para garantir uma parceria estratégica com Taiwan, especialmente no setor de cooperação tecnológica (Chung, 2019; Hongyi, 2009; Vaughn; Morrison, 2006).

---

<sup>45</sup> A Associação de Nações do Sudeste Asiático promove a cooperação nas áreas econômica, social, educacional e cultural entre as nações do Sudeste asiático, desde 1967 (Association Of Southeast Asian Nations, 2024).

<sup>46</sup> A Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico é uma organização em funcionamento desde 1993 para cooperação econômica das 20 nações componentes, regulamentando a livre troca comercial até 2020 (Câmara dos Deputados, 2024).

Desde o armistício em 1953, havia uma intenção de que um acordo fosse atingido objetivando o fim total do conflito na Península. A bipolaridade do momento político da época deixava a situação nas Coreias muito mais tensa, com a Coreia do Sul aliada à potência liberal adversária da tríade comunista, URSS, China e Coreia do Norte. Deste então uma instabilidade quanto à presença do inimigo próximo de seu território levou as potências comunistas, em especial a China, a defender a soberania norte-coreana, não apenas por serem aliados ideológicos e políticos, mas para não permitir que a Coreia do Sul ocupasse a Península. Portanto, na visão do governo chinês, a Coreia do Norte é muito mais que uma parceira diplomática, ela também é um Estado tampão, evitando um contato territorial da China com um aliado americano e deste modo, dois adversários históricos compartilhando uma fronteira (Chivvis; Keating, 2024; Cimbala, 2017; Lim, 2019). Sendo assim, o avanço das discussões de paz é incentivado pelas potências, mas há uma certa descrença na viabilidade da unificação da Península, como é abordado a seguir.

### **3.4. As novas gerações na Península Coreana**

Com o avanço das discussões entre as Coreias, em especial no ano de 2018, houve um sentimento otimista na melhoria das relações diplomáticas entre as duas nações. É relevante mencionar que, mesmo com o avanço, histórico, entre as nações, grupos políticos sul-coreanos mais otimistas ainda defendem a possibilidade de uma reunificação territorial com a Coreia do Norte. Entretanto, é importante pensar que a Península Coreana nunca foi unificada como Coreia, mas sim como reino e império, previamente à invasão e ocupação japonesa. Considerando os quase 80 anos de segregação e de afastamento, é impensável que um processo simples e facilitado seria colocado em prática para a unificação, seja ela territorial, política ou econômica. A crescente diferença sociopolítica na Península dificulta o estabelecimento das relações entre os dois países, tornando assim mais difícil uma concordância diplomática, levando em consideração todas as mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que distinguem as duas Coreias (Lee, 2001; Lee, 2009).

Para manter o regime e o programa nuclear, a produção industrial agrícola não é suficiente. Por ser uma nação fechada, de poucos parceiros comerciais, a exportação e importação da Coreia do Norte é limitada a cooperação econômica e tecnológica da Rússia e

da China. É de pouco conhecimento que a Coreia do Norte investe em tecnologias capazes de financiar tanto o governo e a nação quanto o programa balístico e nuclear, prezado pelo regime governamental e defendido pela política de *Songun*. Por meio de trocas comerciais com os parceiros, novas tecnologias chegam à Coreia do Norte, com os produtos passando por engenharia reversa, para atingirem o mercado interno norte-coreano (Lee, 2009; Yanagisawa, 2019).

Visando estabelecer a proteção dos seus organismos estatais, a Coreia do Sul vem desenvolvendo mecanismos capazes de proteger informações sobre seus programas militares e balísticos, além de informações pessoais de membros do governo essenciais para a defesa e segurança sul-coreana. Desde a década de 1970, o desenvolvimento de tecnologias para uso em guerra tem sido um foco central dos investimentos governamentais na Coreia do Sul. Em 1998, foi criada uma agência governamental específica para lidar com operações cibernéticas, o Departamento 121. A Coreia do Norte, por meio de ciberataques, foi acusada de desestabilizar as redes aeroespaciais internacionais, com o ataque sendo um dos primeiros exemplos do uso dessa tecnologia. No campo cibernético, após os ataques norte-coreanos às redes do governo sul-coreano em 2009, o Serviço de Inteligência Nacional e o Comando de Segurança e Defesa da Coreia do Sul estabeleceram o Centro de Comando de Segurança Cibernética, para monitorar as ações da Coreia do Norte após o incidente. Em 2018, o presidente Moon Jae-in criou a Reforma da Defesa 2.0, visando fortalecer a proteção da defesa nacional. O comprometimento do governo em melhorar a política de defesa, avançar no campo da tecnologia espacial e intensificar a cibersegurança são algumas das iniciativas que refletem o esforço contínuo da Coreia do Sul em fortalecer sua segurança nacional (IISS, 2013; 2014)

Desde 2009, a Coreia do Norte tem utilizado ciberataques e ciberspionagem para avançar seu programa, construindo reatores e adquirindo armas e equipamentos militares para suas forças armadas. A invasão de sites do governo da Coreia do Sul e dos EUA foi realizada como forma de resistência e para apoiar o programa nuclear norte-coreano. Grupos de ciberataques como Andariel (APT45) e Kimsuky (APT43) têm invadido plataformas governamentais estratégicas para o governo de Kim. Informações confidenciais desses países foram roubadas e utilizadas, incluindo planos e diagramas detalhados de mísseis, visando aprimorar versões modificadas pela nação. Um exemplo desses ataques cibernéticos ocorreu em 2014, quando o grupo APT45 invadiu o sistema governamental sul-coreano para roubar

informações sobre um reator hidro nuclear. Em 2017, um ataque malware invadiu servidores Intranet do Ministério da Defesa Nacional da Coreia do Sul, no qual o OPLAN 5027<sup>47</sup> foi supostamente conhecido pelo governo norte-coreano<sup>48</sup>. Anos depois, em 2021, o grupo APT43 fez um novo ciberataque no Instituto Coreano de Energia Atômica. A Coreia do Norte tem se consolidado como uma nação que financia ataques cibernéticos, chamando a atenção dos EUA e da Coreia do Sul devido à sua notável capacidade de progresso (Lee, 2017; Park, 2015; Recorded Future, 2023).

Outro fator crucial para o desenvolvimento das relações diplomáticas entre as nações é a transição de liderança na Coreia do Norte. A família Kim, nomeada de "família real" pelo especialista Lee Sung-Yoon, embora siga a ideologia *Zuche* e a política de *Songun*, adota abordagens diferentes em relação ao exercício político, às práticas governamentais e à exposição dos discursos partidários. Enquanto Kim Il-Sung emanava o espírito revolucionário, sempre próximo ao povo e preocupado com o proletariado, seu filho, Kim Jong-Il, adotou uma liderança mais focada no partido, distante das massas. O fato de Kim Il-Sung ter sido um membro de guerrilha e líder revolucionário, mantendo contato direto com as massas durante a Guerra da Coreia, o destacava de seus sucessores. Com sua morte, Kim Il-Sung foi elevado à categoria de líder supremo, tornando-se uma figura superior aos governos de seu filho e neto. Diversos fatores explicam essa mudança de postura entre os líderes (Chung, 1963; Lee, 2023).

As lideranças subsequentes não tiveram o mesmo impacto no partido e na população. Nos primeiros anos de seu governo, Kim Jong-Il enfrentou dificuldades em liderar o país e conquistar o apoio partidário, sendo sua atuação inicial considerada aquém da de seu pai. Além disso, houve uma resistência partidária significativa à sua ascensão ao poder. Inicialmente, o Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC) duvidava do sucesso de seu governo, e existia uma barreira relacional entre o partido e o novo líder. A falta de contato direto entre Kim Jong-Il e o povo também dificultou a criação de uma conexão tanto com o segmento trabalhista quanto com as forças armadas. Questionamentos sobre seu nascimento também foram manifestos, uma vez que o local de seu nascimento permanece incerto.

---

<sup>47</sup> OPLAN 5027 é referente a um plano de ataque planejado pelo governo dos EUA em conjunto a Coreia do Sul em 1978, objetivando conter ataque, de qualquer natureza, mas especialmente o nuclear lançado da Coreia do Norte. Foram feitas atualizações no plano de retaliação, agora OPLAN 5015, reestruturando a atuação das forças armadas em caso de ataque das forças norte-coreanas (Park, 2015)

<sup>48</sup> Um suposto acesso do conteúdo do plano foi realizado por meio do ataque cibernético realizado por hackers norte-coreanos em 2017. Para mais informações sobre o suposto vazamento (Lee, 2017).

Especialistas sugerem que ele possa ter nascido no Japão, filho de uma mãe japonesa, o que, caso confirmado, poderia prejudicar sua liderança e comprometer a imagem da luta revolucionária, associada à resistência à exploração colonial japonesa (Lee, 2023).

Em 2011, quando assumiu a posição de *chairman*<sup>49</sup> da Coreia do Norte, Kim Jong Un alterou os processos operacionais da nação. As estratégias políticas ganham mais evidência com a participação quase que exclusiva do Partido dos Trabalhadores da Coreia na Assembleia Popular Suprema, com uma participação mais hierárquica dos militares no Politburo. Dessa forma, Kim Jong-Un, de certa maneira, amplifica as aspirações de seus predecessores ao intensificar o diálogo com nações adversárias, como os EUA e a Coreia do Sul, sem, no entanto, abdicar das ambições armamentistas e nucleares herdadas de seu pai e avô. Há incerteza a respeito das motivações estratégicas do partido, uma vez que os eventos de 2018 foram vistos como uma quebra de precedentes, embora sem a formalização de acordos e com a continuidade do desenvolvimento nuclear norte-coreano. Foi, contudo, a maior abertura ao contato por parte de Kim Jong Un com os presidentes, Donald Trump e Moon Jae-in, alterando a percepção internacional sobre o líder, atribuindo-lhe uma imagem de disponibilidade e amabilidade, mesmo em um regime autoritário (Ahn, 2010; Lee, 2023).

As questões relacionadas ao período de subjugação da Coreia ainda servem como base para as decisões governamentais e para a sustentação do discurso partidário, que se manifesta não apenas por declarações oficiais, mas também por meio de contínuos exercícios militares e demonstrações de poderio balístico, como os testes de mísseis e foguetes que atravessam os territórios da Coreia do Sul e do Japão. Além disso, o discurso agressivo em relação à aproximação dos EUA, das nações do Leste Asiático e as múltiplas tentativas de desnuclearização da Península continuam a reforçar essa postura. Mesmo com o otimismo da retomada das relações diplomáticas entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, a estagnação das relações ocorreu mais rápido do que estavam esperando. Já em 2019, diversas declarações de Kim Jong Un encerraram o período de proximidade diplomática, afastando assim as duas nações do período de paz (Chung, 2019; Lee, 2023; Terry, 2014).

---

<sup>49</sup> A literatura informa que o nome da posição ocupada pelos líderes da Coreia do Norte não é de presidência ou de ditador, mas de *chairman*. Na tradução para o português, a palavra é definida como presidente. Contudo, essa palavra no inglês é utilizada para definir a presidência de uma grande empresa, com diretores e acionistas. É interessante pensar que o modo como a nação é guiada pelo *chairman*, promove a setorização e burocratização dos órgãos nacionais, sendo semelhante a uma empresa. Na empresa Coreia do Norte, o produto produzido são os armamentos convencionais e nucleares, utilizados pela mesma e exportados a outras nações páreas.

Além das questões partidárias, novos atores têm ganhado destaque na política norte-coreana. Em 2018, Kim Yo Jong, irmã de Kim Jong Un, entrou de forma inédita no cenário político ao ser escalada para acompanhar a delegação norte-coreana nos Jogos Olímpicos de Inverno, na Coreia do Sul. Sua presença nesse evento, que marcou sua primeira aparição oficial, confirmou sua relação como membro da família Kim e deu início a uma série de atividades sob sua liderança. Desde então, ela tem se destacado como uma figura central, representando oficialmente seu irmão e o regime, além de exercer a função de vice-diretora do PTC e diretora do Departamento de Propaganda e Agitação. Muitos especialistas a veem como possível sucessora do regime. Como diretora do Ministério de Propaganda, Kim Yo Jong se tornou o braço direito de Kim Jong Un nos holofotes políticos, consolidando sua influência tanto internamente quanto internacionalmente. Vale destacar que a personalidade de Kim Yo Jong é mais ríspida e direta do que a de seu irmão, Kim Jong Un. Ela adota uma retórica mais hostil, com declarações agressivas direcionadas a nações adversárias, além de manifestar apoio à continuidade do programa nuclear norte-coreano (Chung, 2019; Lee, 2023).

Pouco se sabe sobre a vida pessoal de Kim Jong Un, assim como ocorreu com seu avô e seu pai, que só revelaram a existência de herdeiros próximos ao período de sucessão. É relatado que Kim possua três filhos. As idades e os nomes não foram divulgados pelo PTC, como é o costume da nação. A existência da filha de Kim Jong Un foi mencionada em 2013 por um famoso jogador de basquete, Dennis Rodman, amigo de Kim depois de uma visita do jogador a Pyongyang. Desde então, pouco se sabe sobre a nova geração da família Kim. No fim de 2022, a aparição de uma menina bem-vestida ao lado de Ri Sol Ju, esposa de Kim, na inspeção de um teste de míssil, confirma a existência de uma criança, possível sucessora do regime. O nome da criança é Kim Ju Ae, e acredita-se que ela tenha entre 10 e 12 anos. O nome para se referir a filha de Kim é ‘respeitada’ e ‘muito adorada’, adjetivos também usados para classificar Kim Jong Un, antes de assumir o lugar do pai (Lee, 2023).

Por se tratar de uma nação fechada e patriarcal, ainda é cedo para determinar se Kim Yo Jong, irmã de Kim Jong Un, ou Kim Ju Ae, sua filha, serão as futuras sucessoras do regime. Embora seja improvável que sua irmã assuma o cargo devido à ausência de sucessão direta, a possibilidade de sua filha assumir o posto, mesmo sendo a primeira mulher a ocupar a posição de *chairman*, é um pouco mais plausível. Considerando sua juventude, é provável que Kim Ju Ae esteja sendo preparada para uma posição de liderança política interna. Assim

como aconteceu com Kim Jong Un, época em que sua existência só foi confirmada após atingir a fase adulta e terminar a formação acadêmica na Suíça, não podemos descartar a existência de um filho homem, mais velho ou mais novo que Ju Ae, capaz de assumir o lugar do pai (Kang, 2011; Lee, 2023).

É interessante notar que o partido endossa a atuação de Kim Yo Jong, solidificando a sua participação política por meio de declarações enfáticas e hostis. Em um dos muitos discursos que deu após assumir o cargo de diretora do Departamento de Propaganda e Agitação, pontuou efusivamente o desagrado governamental em relação à presença norte-americana na Coreia do Sul e as tentativas de dissuadir a Coreia do Norte em abandonar o programa nuclear. O governo norte-coreano abandona a abordagem diplomática pacífica e reforça seu discurso contra a imagem dos EUA, mantendo uma postura de confronto, promovendo-os como uma nação imperialista e inimiga, ao mesmo tempo, em que se opunha ao alinhamento da Coreia do Sul com os americanos, especialmente devido à presença do sistema de defesa THAAD. Essa estratégia incluiu a rejeição das diversas tentativas de desnuclearização e a reafirmação da posição do regime por meio de sucessivos testes de MRBMs e IRBMs, além da ameaça de uso de ICBMs, sem contar a continuidade do programa nuclear (IISS, 2023; Lee, 2023; Pollack, 2017).

Esse posicionamento é guiado pela perspectiva nacionalista, que fomenta a narrativa norte-coreana, dando suporte a quaisquer políticas que possam ser benéficas ao partido e a narrativa histórica perpetuada pelo regime governamental. Desde o final da Guerra Fria, em 1991, é observado que o nacionalismo aumenta a intensidade de guerras, com os Estados mobilizando a população ao sentimento de sacrifício em nome do bem maior, a defesa da nação. Isso se deve ao aumento de movimentos nacionais que provocaram conflitos destrutivos no século XX, como o caso do conflito na Península Coreana. É interessante notar que as duas Coreias saíram da guerra com lideranças nacionalistas, mas que hoje, a Coreia do Norte dá continuidade a abordagem nacionalista, sendo o núcleo das relações do governo, permeando os eixos político e social. Desta forma, qualquer decisão tomada é sentida em todas as esferas da nação (Lee, 2001; Lee, 2009; Posen, 1993).

A movimentação de civis é equivalente ao nível das divergências, considerando as constantes tensões na península o envolvimento da população é um reflexo das necessidades governamentais de defender o ideário nacional perante as ameaças externas. Para garantir que a população esteja aliada às ideologias propagadas pela nação, é fundamental que a formação

de um exército capaz de defender os ideais do Estado seja iniciada desde os primeiros estágios do movimento nacionalista, levando em conta todas as etapas necessárias para a consolidação das doutrinas. Deste modo, a essência do exército de massa depende diretamente da capacidade de manter o tamanho das tropas, mesmo com as adversidades relacionadas à periculosidade, as tentativas de desertar e as forças adversárias (Posen, 1993; Schelling, 1966).

Para entender o papel dos não-combatentes em um cenário de conflito, Schelling (1966), destaca que o ataque a civis e a destruição de propriedades por negligência de combatente reduz o valor da guerra, causando desvantagens para os envolvidos no conflito. A mobilização dos civis é diretamente influenciada por meio da propaganda governamental. Além disso, o emprego de violência desencadeia a ação dos civis durante o conflito, fazendo uso do poder coercitivo. O uso da violência para provocar a participação de civis são instrumentos para a guerra coercitiva, mesmo sem uma motivação bem definida. É interessante notar que a Coreia do Norte faz uso da mobilização de sua população para garantir a proteção territorial e governamental, além de conter as forças armadas norte-coreanas por meio do uso da violência em casos de dissidência dos soldados. A aplicação da violência também é implementada em casos de atividades irregulares na DMZ por parte da Coreia do Sul, se manifestando de modo convencional – conflitos fronteiriços – e por meio da diplomacia coercitiva. A partir desses cenários, surgem dois dilemas principais: a decisão de utilizar a violência como o principal meio de conter a nação adversária; e a escolha entre retaliação do adversário ou preservação da autonomia sobre as decisões estratégicas (Lee, 2001; Lim, 2019; Shin, 2020).

Levando em consideração o trabalho de Posen (1993) como base para a análise contextual, é possível verificar que as condições do exercício das forças militares são, de certo modo, relacionáveis com a atual situação das forças armadas norte-coreanas, que mesmo com a propaganda de bem-estar nacional, indagações sobre o tratamento dos soldados são disseminadas. Outro ponto está relacionado à manutenção do potencial de combate através do bom treinamento. Para que o sucesso das forças armadas seja alcançado, os recrutas devem se sentir confortáveis o suficiente para se comprometer com o alistamento. Em caso de nações em que há um poder nacionalista totalitário, a escolha da participação ou não em um grupo estadocêntrico não pode ser levada em consideração, como na Coreia do Norte. O alistamento

é obrigatório a todos os cidadãos, sendo de 12 anos para homens e 10 anos para as mulheres (Blancke, 2009).

É evidente que apenas a obrigatoriedade é insuficiente para a obediência das normas locais. A motivação política e a alfabetização são essenciais para a permanência dos cidadãos no exército de massa e no fomento do nacionalismo. Por meio do fornecimento de carências básicas, o governo nacionalista fornece tudo aquilo que a população demanda para facilitar o comando e o treinamento, motivando politicamente os cidadãos a defender a nação (Posen, 1993). Na Coreia do Norte, a ideologia de *Zuche* deixa de ser apenas um desdobramento do socialismo soviético e passa a se distinguir das outras formas socialistas. A dependência populacional é evidenciada pela questão de coletividade e de igualdade, essas transmitidas pela alfabetização e ideologia, dois aspectos centrais para a construção de um nacionalismo efetivo em que a cultura – idioma, símbolos e memórias coletivas – e a história contribuem estrategicamente para o desenvolvimento deste nacionalismo (Grossi, 2016).

Aspectos importantes para entendimento do desenvolvimento do nacionalismo são desenvolvidos por Posen (1993). É fundamental considerar os argumentos de atores estatais relevantes no que diz respeito à proporcionalidade teórica, levando em conta tanto a aplicação prática dessa teoria quanto como ela se adapta às mudanças na realidade. A verificação em relação ao padrão das mudanças políticas militares e educativas de um Estado, por exemplo, quando Estados adaptam seus exércitos em caso de derrota, pela promoção de campanhas de alfabetização para formação de soldados mais eficazes, ou através da propagação de material educativo escolar com elevado grau de conteúdo nacionalista e militar. Além disso, os Estados não fornecem uma justificativa clara para a realização dessas ações, defendendo sua soberania como base para a legitimidade das reivindicações populares por participação política, o que altera o equilíbrio de poder interno.

É possível observar a Coreia do Norte nesses aspectos, evidenciados pela constante defesa das motivações governamentais na promoção de sua visão contrária ao imperialismo japonês e norte-americano, bem como pela subordinação da Coreia do Sul aos valores ocidentais. Isso se reflete tanto no discurso diplomático quanto na propaganda política interna, amplificada no contexto social e nos exercícios militares oficiais transmitidos pela mídia local. Os valores ideológicos da Coreia do Norte estão focados na proteção do regime, sustentado pelo nacionalismo, com a maioria dos recursos direcionados ao fortalecimento das forças armadas (a *Songun*), onde as demais áreas e necessidades sociais ficam em segundo

plano, subordinadas às prioridades de defesa e segurança. Aqui o papel do exército de massa, praticamente a população total da Coreia do Norte, aliado à propaganda norte-coreana antiocidental, foram os responsáveis pela consolidação do nacionalismo e consequentemente pelo sucesso do regime da família Kim por quase 80 anos (Grossi, 2016; Shin, 2020).

Considerando todos os pontos abordados, é, portanto, relevante apontar que o modelo nacionalista norte-coreano, que prioriza o desenvolvimento nacional autônomo e por vezes independente e o foco nas forças armadas podem ser vistos com questionamento aos países que não compartilham a mesma compreensão ideológica. Essas diferenças não devem ser observadas como possíveis faíscas de conflito e sim como equilíbrio das forças, salvo em caso de ameaça à segurança internacional ou à própria população. Em caso de guerra, é essencial que a nação em questão esteja aberta a aceitar o ônus da guerra, considerando sempre o poder de seu adversário em contraposição ao próprio. Sendo assim, o uso do nacionalismo em um contexto de guerra ofensiva depende da intensidade do dilema de segurança (Grossi, 2016; Posen, 1993). A continuidade no programa de armas nucleares na Coreia do Norte é equivalente à expansão do guarda-chuva nuclear norte-americano na Coreia do Sul, favorecendo a fomentação do discurso anti-EUA, evitando diálogo com a sua vizinha do sul, fomentando o nacionalismo norte-coreano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os avanços nas relações diplomáticas durante as duas primeiras décadas do século XXI, as evidências sobre a existência de armamento nuclear na Península e o constante desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte, não é adequado perceber essas ações apenas como uma tentativa de contrapor as forças dos EUA na Coreia do Sul. Em vez disso, elas devem ser vistas como uma estratégia para fortalecer a autonomia do país e se posicionar internacionalmente como uma nação nuclear capaz de utilizar a dissuasão e a coação contra os países que se opõem ao regime norte-coreano. Além disso, a instabilidade nas relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e a China também é preocupante, com tensões marítimas no Mar Amarelo, o que agrava ainda mais os impasses na área da defesa regional (Mastro, 2023).

Como verificado, os EUA e a China vêm observando as movimentações dos governos na Península. Em maio de 2021, os EUA aprovaram a volta de testes de mísseis pela Coreia do Sul, o que enervou a Coreia do Norte, levando a uma série de testes balísticos ao longo dos quatro meses seguintes à queda das restrições da Coreia do Sul. O retorno do desenvolvimento do arsenal sul-coreano ainda no final da década de 2010 demonstra uma iniciativa de fortalecer a sua proteção externa e inibir possíveis ataques vindos da Coreia do Norte, sem necessariamente depender de uma força externa. Esses testes evidenciam uma dificuldade de acordar um ponto comum nas negociações realizadas pelos dois países, além de agravar as tensões militares na Península e as relações diplomáticas entre os governos (Lim, 2019; Pollack, 2017).

Levando em conta a atuação chinesa, as relações com a Coreia do Norte apenas se fortaleceram, em especial a partir de 2020, onde a Coreia do Norte enfrentou dificuldades tardias em relação à crise intensificada pelo Corona Vírus. O apoio econômico emergencial da Coreia do Norte pela China foi o primeiro para o estreitamento das nações na diplomacia e retomada dos acordos e cúpulas bilaterais entre as aliadas. A recente aproximação do governo chinês com a Rússia tem facilitado as interações diplomáticas entre os dois países (Vaughn; Morrison, 2006). Essa aliança também envolve outros atores estratégicos, como o Irã, que comercializa armamentos da Coreia do Norte e mantém parcerias com China e Rússia no setor de defesa, influenciando a balança regional nos últimos anos. Deste modo, é interessante observar que a China sempre obteve aliados ou por meio de parceiras econômicas, quando

negocia com aliados ou Estados mais fracos, ou através da retaliação, quando está entre nações diplomaticamente oscilantes (Chivvis; Keating, 2024).

Existem quatro tipos de cenários possíveis para o estabelecimento da unificação das Coreias, cada um com suas características e implicações distintas. O primeiro cenário é o da unificação gradual, que se desenrolaria por meio do progresso mútuo das duas nações. A ênfase estaria em um desenvolvimento econômico conjunto, acompanhado por uma crescente união política na Península Coreana, facilitando uma integração harmoniosa ao longo do tempo. O segundo cenário é o que podemos chamar de *status quo*, no qual as duas Coreias permaneceriam politicamente separadas, mas haveria um aumento significativo na comunicação e nas relações diplomáticas, verificando a ocorrência de cooperação entre as nações. Esse cenário poderia levar a um ambiente de cooperação mais robusto, ainda que a divisão política permanecesse (Coghlan, 2009).

O terceiro cenário é o colapso, que está ligado à eventual desestabilização do sistema ditatorial da Coreia do Norte. Nesse caso, poderíamos vislumbrar a absorção do território norte-coreano pela Coreia do Sul, resultando em uma unificação que se daria de maneira abrupta, possivelmente gerando desafios significativos para a integração social e econômica. Por fim, o quarto cenário é o da guerra, no qual as duas Coreias entrariam em conflito armado. Este cenário representaria o resultado mais trágico e devastador, não apenas para as nações envolvidas, mas também para a estabilidade da região e do mundo, com consequências profundas e duradouras. Cada um desses cenários apresenta um conjunto de desafios e oportunidades que devem ser cuidadosamente considerados no debate sobre o futuro da Península Coreana (Coghlan, 2009).

Com base no exposto ao longo da pesquisa e observando o contexto político até 2020, é interessante observar que a linha decisória do governo norte-coreano em relação às potências adversárias aponta para um *status quo*, caracterizado pela manutenção de relações cordiais entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. A partir de 2021, com a saída de Donald Trump da presidência dos EUA, as relações entre os EUA e a Coreia do Norte esfriam. Isso se deve ao abandono da narrativa expressiva de Trump, substituída pela negligência da administração de Joe Biden em seus primeiros anos na Casa Branca. O discurso da família Kim se torna também mais intencional no início da década, evidenciado principalmente pelas declarações de Kim Yo-Jong, que reafirma a permanência das capacidades nucleares e

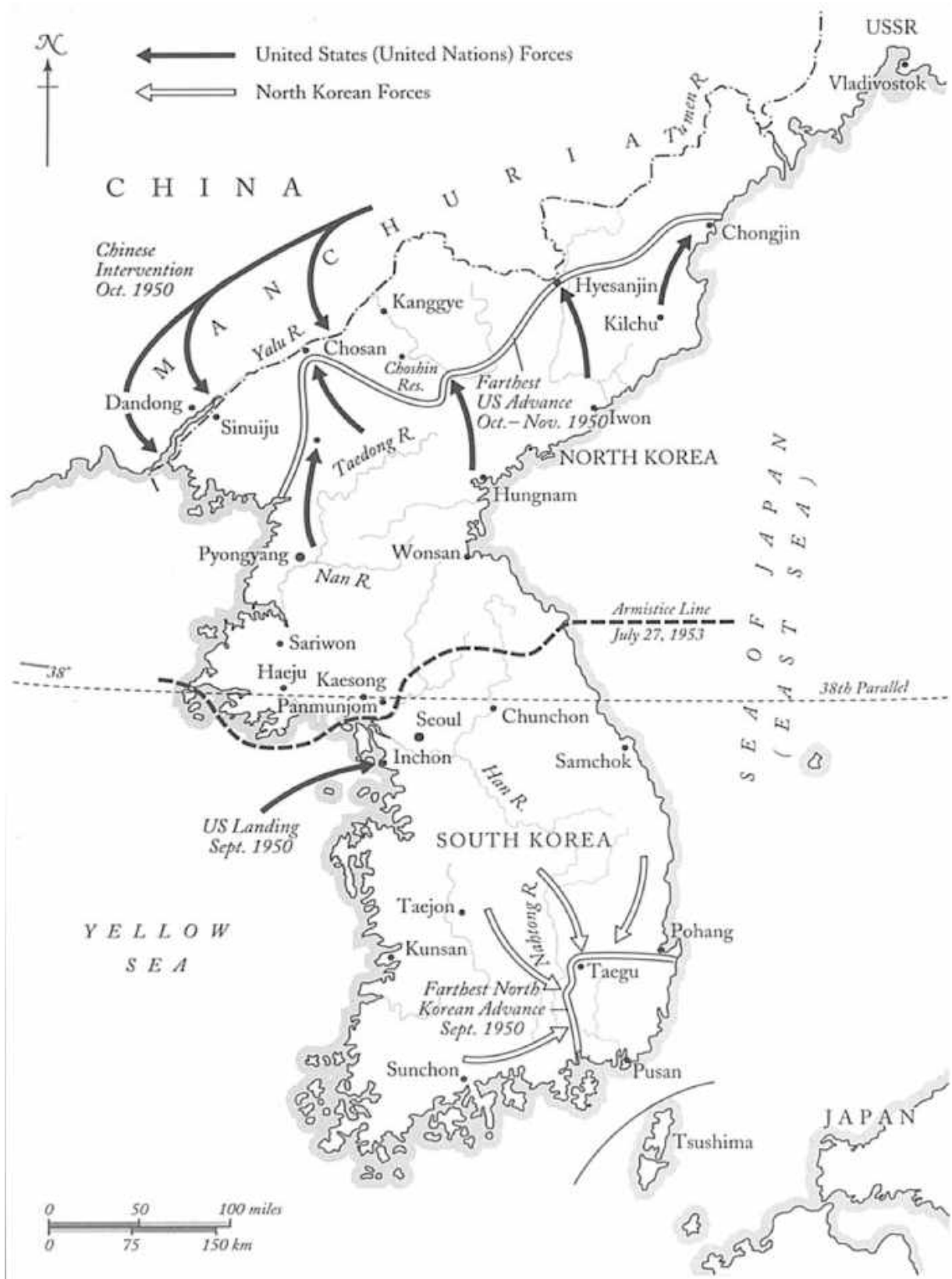
confirma a hostilidade diplomática em relação a todas as nações que não apoiam a existência do programa nuclear norte-coreano (Coghlan, 2009; Lee, 2023).

Justificativas para a manutenção de nações nuclearizadas são expostas para entender as razões pelas quais mais Estados garantem seu próprio arsenal nuclear. Levando em conta que a política internacional se debruça na interdependência dos Estados, os principais atores buscam maximizar os ganhos absolutos. Dado que o arsenal de ogivas nucleares dos EUA e Rússia são amplos, há um equilíbrio, tendo em vista a possibilidade retaliatória e capacidade da destruição mútua. Para avaliar a condição de força, uma nação deve estimar estrategicamente suas capacidades, tendo em vista que armas nucleares reduzem a margem para erros, pois é impossível ignorar os danos que podem causar. Neste sentido, as armas nucleares podem ser empregadas tanto como uma ferramenta de defesa quanto de dissuasão, sendo possível estabelecer uma defesa praticamente impenetrável, com as mesmas limitações e possibilidades de Estados nuclearizados (Waltz, 1981).

Para Terry (2014), um dos motivos das muitas negativas de negociação por parte da Coreia do Norte é a imprevisibilidade da liderança de Kim Jong-Un, que se demonstra incapaz de estabelecer reformas internas em seu país, levando até a um questionamento sobre a política interna de Pyongyang, o que pode ser verificado no ano de 2013, em que mandou executar seu tio, por traição ao governo e em 2017, até onde sabe, arquitetou o assassinato do seu meio-irmão, Kim Jong-Nam. Esta autora acrescenta também os discursos de Kim Yo-Jong quanto a não disposição nacional em abdicar das capacidades nucleares para satisfazer as potências e as normas internacionais, colocando as relações diplomáticas com a Coreia do Sul em risco (Lee, 2023).

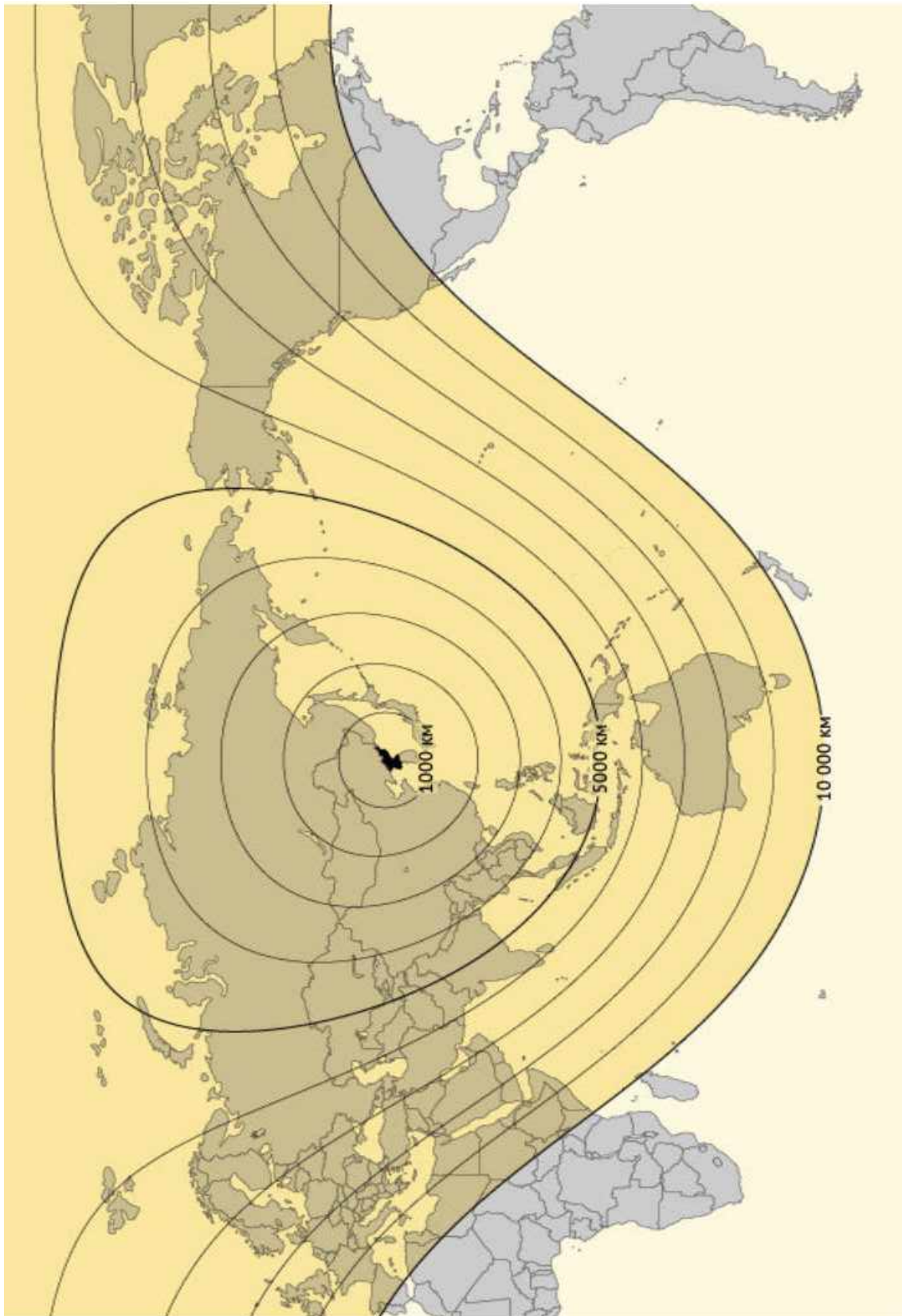
Portanto, as armas nucleares podem tornar os Estados mais seguros, pois desestimulam riscos elevados em troca de ganhos menores. Os Estados tendem a se preocupar menos quando os custos esperados da guerra são baixos e mais quando esses custos são elevados. A diferença entre um cenário multipolar convencional e um bipolar nuclear está na forma como os Estados avaliam vantagens, muitas vezes de maneira restrita e ilusória (Waltz, 1981). Em seu artigo, Waltz (1990) questiona se é possível evitar uma escalada das tensões e argumenta que a própria presença das armas nucleares atua como um termômetro, ajudando a controlar conflitos e promover a desescalada. Deste modo, em um mundo nuclear a paz é mantida por meio da dissuasão.

## ANEXO I: Mapa Guerra da Coreia (1950-1953)



Fonte: The Korean War - Steven Hugh Lee (2013)

## ANEXO II: Área de Alcance em Relação à Coreia do Norte



Fonte: Global Security - North Korean Missiles (2024) - (2025)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHN, Mun Suk. North Korea's Nuclear Policy towards the U.S.: The Bureaucratic Politics Model. *North Korean Review*, v. 6, n. 2, p. 100–116, 2010. DOI: 10.3172/NKR.6.2.100.

ALBRIGHT, David. North Korean Plutonium Production. *Science & Global Security*, v. 5, p. 1–34, 1994. DOI: 10.1080/08929889408426416.

ARMSTRONG, Charles K. Tyranny of the Weak: North Korea and the World, 1950–1992. 1ª ed. Ithaca: Cornell University Press, 2013. DOI: 10.7591/9780801468933.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. The founding of ASEAN. Dez. 2024. Disponível em: <https://asean.org/the-founding-of-asean/>. Acesso em: jan. 2025.

BAEZNER, Marie. Cyber disruption and cybercrime: Democratic People's Republic of Korea. *ETH Zürich; CSS Cyberdefense Hotspot Analyses: Center for Security Studies*, v. 9, 2018. DOI: 10.3929/ethz-b-000314511.

BAJORIA, Jayshree; XU, Beina. The Six Party Talks on North Korea's Nuclear Program. *Council on Foreign Relations*, 30 set. 2013. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/six-party-talks-north-koreas-nuclear-program>. Acesso em: dez. 2024.

BEAL, Tim. North Korea: The Struggle Against American Power. *Pluto Press*, 2005. DOI: 10.2307/j.ctt18dztf4.

BERMUDEZ Jr., Joseph S. A History of Ballistic Missile Development in the DPRK. *James Martin Center for Nonproliferation Studies (CNS): Monterey Institute of International Studies*, 1999. p. 38. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep09894>. Acesso em: nov. 2024.

BLANCHE, Stephan. North Korean Intelligence Structures. *North Korean Review*, v. 5, n. 2, p. 6–20, 2009. DOI: 10.3172/NKR.5.2.6.

BOLT, Paul J. Sino-Russian Relations in a Changing World Order. *Strategic Studies Quarterly*, v. 8, n. 4, p. 47–69, 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26270816>. Acesso em: jan. 2025.

BOLLARD, Alan. 'If They Say Bomb at One O'clock ...': John von Neumann in the USA, 1944–5'. In: *Economists at War: How a Handful of Economists Helped Win and Lose the World Wars*. Oxford, 2019; online edn, Oxford Academic, 2020. DOI: 10.1093/oso/9780198846000.003.0007.

BRASIL. Decreto nº 2.864, de 7 de dezembro de 1998. Promulga o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, assinado em Londres, Moscou e Washington, em 1º de julho de 1968. Brasília, 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2864.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm). Acesso em: nov. 2024.

BUKH, Alexander. Korean National Identity, Civic Activism and the Dokdo/Takeshima Territorial Dispute. *Journal of Asian Security and International Affairs*, v. 3, n. 2, 2016, p. 183–199. DOI: 10.1177/2347797016645459.

BUZO, Adrian. Economic reform in the DPRK. *The Economics of Korean Reunification*, v. 2, n. 1, p. 63, primavera, 1997. Disponível em: [https://www.hri.co.kr/upload/board/EUR199701\\_08.PDF](https://www.hri.co.kr/upload/board/EUR199701_08.PDF). Acesso em: jan. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul: Fórum Econômico Da Ásia E Do Pacífico (APEC). Dez. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/historico/blocoseconomicos.html/apec.html>. Acesso em: jan. 2025.

CARREL-BILLIARD, François; WING, Christine. North Korea and the NPT. In: *NUCLEAR ENERGY, Nonproliferation, and Disarmament: Briefing Notes for the 2010 NPT Review Conference*. 2010. p. 28–32. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep09582.10>. Acesso em: nov. 2024.

CHEON, Seong-Whun. The Kim Jong-un Regime's "Byungjin" (Parallel Development) Policy of Economy and Nuclear Weapons and the 'April 1st Nuclearization Law'. 2013. Disponível em: <https://repo.kinu.or.kr/bitstream/2015.oak/2227/1/0001458456.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

CHINA; COREIA DO NORTE. *Treaty of Friendship, Co-operation and Mutual Assistance Between the People's Republic of China and the Democratic People's Republic of Korea*. Jul.

1961. Disponível em: Chinese Communism Subject Archive [https://www.marxists.org/subject/china/documents/china\\_dprk.htm](https://www.marxists.org/subject/china/documents/china_dprk.htm). Acesso em: nov. 2024.

CHIVVIS, Christopher S.; KEATING, Jack. *Cooperation Between China, Iran, North Korea, and Russia: Current and Potential Future Threats to America*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2024. Disponível em: <https://carnegie-production-assets.s3.amazonaws.com/static/files/Chivvis%20Keating%20-%20Ch-Ir-Nk-Ru-Cooperation-1.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

CHOI, Jinwook. *Changing Relations between Party, Military, and Government in North Korea and Their Impact on Policy Direction*. Shorenstein APARC, 1999. Disponível em: <https://fsi9-prod.s3.us-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/ChoiPM.pdf>. Acesso em: set. 2024.

CHUNG, Kiwon. *The North Korean People's Army and the Party*. The China Quarterly, n. 14, p. 105–124, 1963. DOI: 10.1017/S0305741000029238.

CHUNG, Kyung-young. *Building a Peace Regime on the Korean Peninsula and the Future of UNC*. Korean Journal of Defense Analysis, v. 31, n. 4, dez. 2019/jan. 2020, p. 477–500. DOI: 10.22883/kjda.2019.31.4.003.

COGHLAN, David. *Prospects from Korean Reunification*. Strategic Studies Institute, abr. 2018. Disponível em: [https://www.files.ethz.ch/isn/55130/Prospects\\_Korean\\_Reunification.pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/55130/Prospects_Korean_Reunification.pdf). Acesso em: Out. 2024.

COMINTERN. *O Cominform 1947–1956: Capítulo VIII da General-Line da Comintern*. Editora Comintern (EH), 2021. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/cominform/cominform.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. *Nonstrategic Nuclear Weapons*. CRS Report: Nonstrategic Nuclear Weapons. 2022. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/nuke/RL32572.pdf>. Acesso em: dez. 2024.

COREIA DO NORTE; UNIÃO SOVIÉTICA. *Tratado Soviético-Coreano de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua*. Julho de 1961. Nações Unidas. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20420/volume-420-I-6045-English.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

CREAMER, Shawn P. *Setting the Record Straight on OPCON Transition in the U.S.-ROK Alliance*. The National Bureau of Asian Research, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/setting-the-record-straight-on-opcon-transition-in-the-u-s-rok-alliance/>. Acesso em: jan. 2025.

DEBS, Alexandre; MONTEIRO, Nuno P. *Nuclear Politics: The Strategic Causes of Proliferation*. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge University Press, 2016. DOI: [10.1017/CBO9781316534305](https://doi.org/10.1017/CBO9781316534305).

DEMOCRATIC PEOPLE'S REPUBLIC OF KOREA; REPUBLIC OF KOREA. *The July 4 South-North Joint Communiqué*. 4 jul. 1972. Ministry of Unification of the Republic of Korea. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/kr20kp720704the20july20420south-north20joint20communiqu3a9.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

\_\_\_\_\_. *Agreement on Reconciliation, Non-Aggression, and Exchanges and Cooperation between South and North Korea*. 13 dez. 1991. Ministry of Unification of the Republic of Korea. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/kr20kp911213agreement20on20reconciliation20non20aggression20and20exchangespdf.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

\_\_\_\_\_. *Joint Declaration of South and North Korea on the Denuclearization of the Korean Peninsula*. 20 jan. 1992. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/kr20kp920120jointdeclarationdenuclearizationkoreanpeninsula.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

\_\_\_\_\_. *South-North Joint Declaration*. 15 jun. 2000. Republic of Korea Ministry of Unification. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/kp20kr000615southnorth20joint20declaration.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

\_\_\_\_\_. *Declaration on the Advancement of South-North Korean Relations, Peace and Prosperity*. 4 out. 2007. Ministry of Unification of the Republic of Korea. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/kp20kr071004declaration20on20advancement20of20south-north20korean20relations.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

DENISOV, Valery I. *Viewpoint: The U.S.-DPRK nuclear deal: A Russian perspective*. The Nonproliferation Review, v. 3, n. 3, p. 74-79, set. 1996. DOI: [10.1080/10736709608436640](https://doi.org/10.1080/10736709608436640).

DEPARTMENT OF STATE. *New START Treaty*. Estados Unidos. Bureau of Arms Control, Deterrence, and Stability. Junho de 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/new-start-treaty>. Acesso em: jan. 2025.

DHAWAN, Ranjit Kumar. *China and Its Peripheries: Contentious Relations with North Korea*. Institute of Peace and Conflict Studies, n. 231, ago. 2013. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/168038/IB231-Dhawan-ChinaPeriphery-NorthKorea.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

FANG, Xiu-Yu; XIN, Hua. *China-U.S. Relations and the Security of the Korean Peninsula*. The Korean Journal of Defense Analysis, v. 25, n. 3, p. 351-367, 2013. DOI: [10.1080/10163273.2013.842590](https://doi.org/10.1080/10163273.2013.842590).

GERARDI, G. J.; PLOTTS, J. A. *An annotated chronology of DPRK missile trade and developments*. The Nonproliferation Review, v. 2, n. 1, p. 65-98, 1994. DOI: [10.1080/10736709408436569](https://doi.org/10.1080/10736709408436569).

GLOBAL SECURITY. *North Korea Missiles*. Weapons of Mass Destruction (WMD). Set. 2024. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/wmd/world/dprk/missile.htm>. Acesso em: jan. 2025.

GROSSI, Diego. *A Revolução Coreana entre a questão nacional e o marxismo: o Zuche e a construção de um projeto patriótico na Coreia Socialista*. Boletim Historiar, n. 12, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/4676>. Acesso em: set. 2024.

GRZELCZYK, Virginie. *Failure to Relaunch?: The United States, Nuclear North Korea, and the Future of the Six-Party Talks*. North Korean Review, v. 8, n. 1, p. 8-21, 2012. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43910288>. Acesso em: jan. 2025.

HARUKI, Wada. *The Korean War: An International History*. Trad. Frank Baldwin. Roman & Littlefield, Lanham, 2014. DOI: [10.1080/07075332.2016.1227550](https://doi.org/10.1080/07075332.2016.1227550).

HISTORY OF THE COLD WAR. *Episódio 60: Who Started the Korean War?*. The History of the Cold War Podcast. 15 mar. 2019. Disponível em: <https://historyofthecoldwarpodcast.com/website/episode-60-who-started-the-korean-war>. Acesso em: set. 2024.

IISS. Chapter Six: Asia. The Military Balance, v. 113, n. 1, p. 245–352, 2013. DOI: [10.1080/04597222.2013.757002](https://doi.org/10.1080/04597222.2013.757002).

\_\_\_\_\_. Chapter Six: Asia: Regional trends in 2022; Regional defense policy and economics; China: defense policy and economics; Arms procurements and deliveries; Armed forces data section. The Military Balance, v. 123, n. 1, p. 208–301, 2023. DOI: [10.1080/04597222.2023.2162718](https://doi.org/10.1080/04597222.2023.2162718).

\_\_\_\_\_. Chapter Six: Asia. The Military Balance, v. 114, n. 1, p. 201–296, 2014. DOI: [10.1080/04597222.2014.871879](https://doi.org/10.1080/04597222.2014.871879).

\_\_\_\_\_. Chapter Five: Asia: Regional trends in 2024; Regional defense policy and economics; Japan: defense policy and economics; China: defense policy and economics; Arms procurement and defense-industrial trends; Armed forces data section. The Military Balance, v. 125, n. 1, p. 206–311, 2025. DOI: [10.1080/04597222.2025.2445477](https://doi.org/10.1080/04597222.2025.2445477).

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. *Agreed Framework between the United States of America and the Democratic People's Republic of Korea*. INFCIRC/457. 1994. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/publications/documents/infcircs/1994/infcirc457.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

\_\_\_\_\_. *Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)*. Acordo internacional, assinado em: 1º jul. 1968, em vigor em: 5 mar. 1970. Disponível em: <https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/>. Acesso em: nov. 2024.

KANG, David C. They Think They're Normal: Enduring Questions and New Research on North Korea—A Review Essay. *International Security*, v. 36, n. 3, p. 142–171, inverno

2011/12. Disponível em:  
<https://ncnk.org/sites/default/files/content/resources/publications/Kang%20They%20Think%20Theyre%20Normal.pdf>. Acesso em: out. 2024.

KIM, Jong Il. Sobre a ideia de Juche. São Paulo: Editora Nova Cultura. 2ª ed. 2018. Disponível em:  
[https://www.marxists.org/portugues/kim\\_jong-il/ideia/Sobre-a-Ideia-Juche.pdf](https://www.marxists.org/portugues/kim_jong-il/ideia/Sobre-a-Ideia-Juche.pdf). Acesso em: out. 2024.

KIM, Taehyun. Engaging the Estranged: Reciprocity and Cooperation on the Korean Peninsula. *Journal of East Asian Studies*, v. 3, n. 2, p. 169–197, 2003. Disponível em:  
<http://www.jstor.org/stable/23417677>. Acesso em: out. 2024.

KIM, Samuel S. *The Two Koreas and the Great Powers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KLUGE, Janis. Russia-China economic relations: Moscow's road to economic dependence. SWP Research Paper, n. 2024/RP 06, 24 maio 2024. Disponível em:  
[https://www.swp-berlin.org/publications/products/research\\_papers/2024RP06\\_Russia-ChinaEconomicRelations.pdf](https://www.swp-berlin.org/publications/products/research_papers/2024RP06_Russia-ChinaEconomicRelations.pdf). Acesso em: jan. 2025.

KOCH, Susan J. The Presidential Nuclear Initiatives of 1991–1992. Case Study 5. Washington, D.C.: National Defense University Press, setembro de 2012. In: BERSTEIN, Paul I. (Org.). Case Study Series. Disponível em:  
[https://wmdcenter.ndu.edu/Portals/97/Documents/Publications/Case%20Studies/cswmd\\_cs5.pdf](https://wmdcenter.ndu.edu/Portals/97/Documents/Publications/Case%20Studies/cswmd_cs5.pdf). Acesso em: dez. 2024.

KWAK, Tae-Hwan. Peace-Making Process on the Korean Peninsula. *World Affairs*, v. 150, n. 4, p. 251–262, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20672152>. Acesso em: nov. 2024.

\_\_\_\_\_. US Military-Security Policy toward the Korean Peninsula in the 1990s. *Korean Journal of Defense Analysis*, v. 7, n. 2, p. 237-262, 1995. DOI: [10.1080/10163279509464313](https://doi.org/10.1080/10163279509464313).

LEE, Steven Hugh. *The Korean War*. 1ª ed. Reino Unido: Routledge, 2001. DOI: [10.4324/9781315840222](https://doi.org/10.4324/9781315840222).

LEE, Jae-Bong. "US Deployment of Nuclear Weapons in 1950s South Korea & North Korea's Nuclear Development: Toward Denuclearization of the Korean Peninsula". *The Asia-Pacific Journal: Japan Focus*, v. 7, n. 8, art. 3, 17 fev. 2009. Disponível em: <https://apjif.org/wp-content/uploads/2023/11/article-2428.pdf>. Acesso em: dez. 2024.

LEE, Yong-soo. "N. Korea hacks into secret war plans". *The Chosun Daily*, 04 abr. 2017. Disponível em: <https://www.chosun.com/english/north-korea-en/2017/04/04/PROOURZI2ZFYGJUDQI5SS3NAYU/>. Acesso em: jan. 2025.

LEE, Sung-Yoon. *The Sister: North Korea's Kim Yo Jong, the Most Dangerous Woman in the World*. EUA: PublicAffairs, 2023. DOI: [10.1080/03068374.2023.2248793](https://doi.org/10.1080/03068374.2023.2248793)

LE-FORT, Martín Pérez; MORALES, Alejandra Chacón. Políticas de Unificação Coreana y su Vinculación con las Alianzas Regionales. In: COREIA DO SUL: visões latino-americanas. Coleção Relações Internacionais. Juruá Editora, Curitiba, 1ª ed., 2012. p. 185-224.

LIM, Jonathan. The North Korean Detente: Peace Prospects on the Korean Peninsula. *International Journal of Korean Studies*, v. 23, n. 1, p. 106-140, 2019.

LUKIN, Alexander; PUGACHEVA, Oksana. Russia's priorities and approaches to issues regarding the Korean Peninsula. *Korean Journal of Defense Analysis*, v. 34, n. 1, p. 81-99, 2022. DOI: [10.22883/kjda.2022.34.1.005](https://doi.org/10.22883/kjda.2022.34.1.005).

MANSOUROV, Alexandre Y. The origins, evolution, and current politics of the North Korean nuclear program. *The Nonproliferation Review*, v. 2, n. 3, p. 25-38, 1995. DOI: [10.1080/10736709508436590](https://doi.org/10.1080/10736709508436590).

MASTRO, Oriana Skylar. The Next Flashpoint? China, the Republic of Korea, and the Yellow Sea. *Asia Policy*, v. 18, n. 1, p. 67-93, 2023. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27254617>.

MAY, Ernest. 1947-48: when Marshall kept the U.S. out of war in China. *The Journal of Military History*, v. 66, p. 1001-1010, 2002. DOI: [10.2307/3093261](https://doi.org/10.2307/3093261).

MCGRATH, John J.; CENTER OF MILITARY HISTORY. *The Korean War: Restoring the Balance, 25 January-8 July 1951*. Washington, D.C.: U. S. Army Center for Military History,

2000. Disponível em:  
[https://www.history.army.mil/html/books/019/19-9/CMH\\_Pub\\_19-9.pdf](https://www.history.army.mil/html/books/019/19-9/CMH_Pub_19-9.pdf). Acesso em: jun.  
2024.

MEARSHEIMER, John J. The Future of the American Pacifier. *Foreign Affairs*, v. 80, n. 5, 2001, p. 46-61. DOI: [10.2307/20050250](https://doi.org/10.2307/20050250).

MEDEIROS, Carlos A. Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coreia. *Economia e Sociedade*; Campinas, jan. 1998, v. 7, n. 2, p. 151-172.

MENDONÇA, M. A. A.; LOPES FILHO, C. R. da F. U.; OLIVEIRA, J. K. B. da S. A nova rota da seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento e fluxos de investimento externo direto (IED). *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*, n. 31, set./dez. 2021. Disponível em:  
[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11116/4/bepi\\_31\\_nova\\_rota.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11116/4/bepi_31_nova_rota.pdf).

MIKHEEV, Vasily V. Soviet Policy Toward the Korean Peninsula in the 1990s. *Korean Studies*, Honolulu, v. 15, p. 31-49, jan. 1991. DOI: 10.1353/ks.1991.0003. citeturn0search0.

NAÇÕES UNIDAS. *Treaty Between the United States of America and the Union of Socialist Soviet Republics on Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms (Start I)*. Center for Nonproliferation Studies Inventory of International Nonproliferation Organizations and Regimes. 31 jul. 1991. Disponível em: [https://media.nti.org/documents/start\\_1\\_treaty.pdf](https://media.nti.org/documents/start_1_treaty.pdf). Acesso em: dez. 2024.

NORRIS, Robert S.; KRISTENSEN, Hans M. North Korea's Nuclear Program, 2005. *Bulletin of the Atomic Scientists*, v. 61, n. 3, p. 64-67, 2005. DOI: 10.2968/061003016.

\_\_\_\_\_. U.S. Nuclear Threats: Then and Now. *Bulletin of the Atomic Scientists*, v. 62, n. 5, p. 69-71, 2006. DOI: 10.2968/062005016. Disponível em:  
<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.2968/062005016>. Acesso em: dez. 2024.

\_\_\_\_\_. Chinese Nuclear Forces, 2008. *Bulletin of the Atomic Scientists*, v. 64, n. 3, p. 42-44, 2008. DOI: 10.2968/064003009.

\_\_\_\_\_. Pakistan's nuclear forces, 2011. *Bulletin of the Atomic Scientists*, v. 67, n. 4, p. 91-99, 2011. DOI: 10.1177/0096340211413360.

\_\_\_\_\_. Global nuclear weapons inventories, 1945–2013. *Bulletin of the Atomic Scientists*, v. 69, n. 5, p. 75-81, 2013. DOI: 10.1177/0096340213501363.

NATIONAL ARCHIVES. *Who lost China?*. HARRY S. TRUMAN LIBRARY MUSEUM, 2024. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/education/presidential-inquiries/who-lost-china>. Acesso em: 19 fev. 2025.

OFFICE OF THE HISTORIAN. *Memorandum by the Executive Secretary of the National Security Council (Lay)*. Foreign Relations of the United States, 1950, Korea, Volume VII. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d486>. Acesso em: nov. 2024.

PAIK, Haksoon. Assessment of the Sunshine Policy: A Korean Perspective. *Asian Perspective*, v. 26, n. 3, p. 13–35, 2002. DOI: 10.1353/apr.2002.0012.

PARK, Byong-su. S. Korean and US militaries draw up a new operation plan. *Hankyoreh*. 28 ago. 2015. Modificado em: 19 out. 2019. Disponível em: <https://www.hani.co.kr/>. Acesso em: jan. 2025.

POLLAK, Joshua H. Ballistic Missile Defense in South Korea: Separate Systems Against a Common Threat. In: *Missile Defense, Extended Deterrence, and Nonproliferation in the 21st Century - Collected Papers*. Center for International & Security Studies at Maryland, 2017. Disponível em: <https://cissm.umd.edu/sites/default/files/2019-07/Paper%20-%20Ballistic%20Missile%20Defense%20in%20South%20Korea.pdf>. Acesso em: dez. 2024.

POSEN, Barry. The Security Dilemma and Ethnic Conflict. *Survival*, Londres, v. 35, n. 1, p. 27-47, 1993. DOI: 10.1080/00396339308442672.

PRATT, Sir John. Korea: The Lie That Led to War. 1951. Panfleto emitido em 1951 pela Britain-China Friendship Association, 17 Bishops Bridge Road, London W2. Versão digitalizada e preparada por Paul Flowers. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/1951/korea.htm>. Acesso em: dez. 2024.

RAMAJ, Klea. The 2015 South Korean–Japanese Agreement on ‘Comfort Women’: A Critical Analysis. *International Criminal Law Review*, v. 22, n. 3, p. 475-509, 2022. DOI: 10.1163/15718123-bja10127.

RECORDED FUTURE. North Korea’s Cyber Strategy. Cyber Threat Analysis: North Korea, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://go.recordedfuture.com/hubfs/reports/cta-nk-2023-0622.pdf>. Acesso em: jan 2025.

RI, Jong Chol. *Songun Politics in Korea*. Foreign Languages Publishing House. Juche 101. Pyongyang. 2012. p. 79.

ROBINSON, Michael E. *Korea's Twentieth-Century Odyssey: A Short History*. University of Hawaii Press. Honolulu. 2007.

SCHELLING, Thomas C. *Arms and Influence*. New Haven: Yale University Press, 1966a. p. 20-53.

SHIN, Dongmin. Exploration on the Elements of the Korean Peninsula Peace Regime: From the Perspective of “Order”. *Asian Journal of Peacebuilding*. Coreia do Sul. Vol.8, nº 1, 2020.

SNYDER, Scott. Assessing North Korea’s Strategic Intentions and Motivations. In: KWAK, T.-H. (Ed.). *North Korea's Foreign Policy under Kim Jong Il: New Perspectives*. 1. ed. Londres: Routledge, 2009. p. 39-55. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315247861>. Acesso em: nov. 2024.

SZALONTAI, Balazs; RADCHENKO, Sergey. North Korea's efforts to acquire nuclear technology and nuclear weapons: Evidence from Russian and Hungarian archives. Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2006. (Cold War International History Project Working Paper #53). Disponível em: [https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/WP53\\_web\\_final1.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/WP53_web_final1.pdf). Acesso em: nov 2024.

TERRY, Sue Mi. US Strategic Interests and Future Role in the Peaceful Unification of the Korean Peninsula. *International Journal of Korean Studies*. 2014. Vol. 19, Nº1, p. 100-120.

TUDOR, Daniel. *Korea: The Impossible Country*. Tuttle Publishing. Boston. 2012.

UNITED NATIONS. Resolution 84 (1950): adopted by the Security Council at its 476th meeting, of 7 July 1950. United Nations Security Council. 7 jul. 1950. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/112027?v=pdf>. Acesso em: out. 2024.

UNITED NATIONS COMMAND. The Korean War Armistice Agreement. Panmunjom, Coreia do Sul, 27 jul. 1953. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/kp2bkr530727agreementconcerningmilitaryarmistice.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Elimination of Their Intermediate-Range and Shorter-Range Missiles (INF Treaty). Assinado em: 8 dez. 1987. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/102360.htm#text>. Acesso em: nov. 2024.

VISENTINI, Paulo F. Coreia do Norte: História e Percepção. In: ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique; MASIERO, Gilmar (Coord.). Coreia do Sul: Visões Latino-Americanas. 2. reimpr. Curitiba: Juruá Editora, 2012. p. 237-258.

VISENTINI, Paulo F.; PEREIRA, Analúcia D. A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma. Revista brasileira política internacional. 2014 Vol 57, Nº 2. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400310>.

WALTZ, Kenneth. The Spread of Nuclear Weapons: More may be Better. The Adelphi Papers, Londres, v. 21, n. 171, p. 383-428, 1981.

\_\_\_\_\_. Nuclear Myths and Political Realities. American Political Science Review, v. 89, n. 3, p. 730-745, 1990.

WHISTLEBLOWERS. The nuclear bomb whistleblower. Whistleblowers, 29 mar. 2022. 38 min 25 segs. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/70faTrynX73N3SiBSNp17J?si=ggUdfK9-RTmw4OEdobLrfA>. Acesso em: out. 2024.

YANAGISAWA, K. The North Korea–United States Summit and Possibilities for New Security-Oriented Thinking. Journal for Peace and Nuclear Disarmament, v. 2, n. 1, p. 357–369, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/25751654.2019.1592708>.

